

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

Maurício Coelho da Silva

**DAS MARGENS ÀS COMUNIDADES VIRTUAIS: o empoderamento da
comunidade LGBTQI+ por meio do acesso e uso da informação**

Porto Alegre

2020

Maurício Coelho da Silva

DAS MARGENS ÀS COMUNIDADES VIRTUAIS: o empoderamento da
comunidade LGBTQI+ por meio do acesso e uso da informação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de título
de Bacharel em Biblioteconomia, pela
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Rodrigo Silva Caxias de
Sousa

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos André Bulhões

Vice-Reitora: Prof.a Patrícia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Karla Maria Müller

Vice Diretora: Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof.^a Dr.^a Samile Andréa de Souza Vanz

Chefe Substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenadora Substituta: Prof.^a Dr.^a Caterina Marta Groposo Pavão

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Maurício Coelho da
DAS MARGENS ÀS COMUNIDADES VIRTUAIS: o
empoderamento da comunidade LGBTQI+ por meio do acesso
e uso da informação / Maurício Coelho da Silva. --
2020.
109 f.
Orientador: Rodrigo Silva Caxias de Sousa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Poder e Informação. 2. Movimento LGBTQI+. 3.
Acesso à Informação. 4. Comunidades Virtuais. 5.
Ciência da Informação. I. Sousa, Rodrigo Silva Caxias
de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana

Porto Alegre/RS – CEP 90035-007

Telefone: 51 3308 5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu quero agradecer ao meu cachorro. Obrigado por sempre me ouvir em todos os momentos com paciência e atenção, sem nunca julgar ou achar que sua opinião é mais importante do que escutar. Na verdade, você é o ser vivo mais inteligente que eu conheço e com quem eu me relaciono. Então obrigado, cachorro.

Agradeço também a minha família por todo apoio, encorajamento e por permitir que eu chegasse até aqui. Sem vocês eu provavelmente não conseguiria chegar onde cheguei, ou ser quem eu sou. Agradeço principalmente a minha mãe, Dona Robélia, e meu pai, Seu Adão, por todo o suporte, carinho, pelas conversas e por compartilharem o conhecimento de vocês, que é muito grande, comigo. Agradeço a família também por me dar sobrinhos muito legais.

Agradeço a minha irmã Vera que, em um momento crucial, estendeu a mão e me salvou e também por sempre ter cuidado de mim e me incentivado a estudar, incentivo esse que me trouxe até aqui. Eu te admiro e tenho muito afeto por você e você sempre foi um exemplo para mim, uma espécie de super-heroína. Ou super vilã? Você também prefere as vilãs. Lembra da conversa que tivemos sobre O caçador de Pipas? Quero que você saiba que você salvou o garoto.

Agradeço também às amigas que viram todos os meus lados, toda minha bondade, toda minha maldade e mesmo assim ainda estão ao meu lado.

Agradeço ao meu companheiro, Caliel, que eu conheci no início da graduação e que desde então esteve do meu lado em todo tipo de situação possível, sendo sempre admirável e carinhoso. Eu te admiro pela sua inteligência, pela sua preocupação com seus amigos, pelo seu bom gosto e sua caminhada que fizeram de você um ser humano incrível.

Agradeço também a Nayamillet por ter me permitido se aproximar dela e se tornar uma amiga especial que admiro muito e com quem conversar sempre me faz sorrir e resulta em ótimas reflexões. Como diria nosso grande professor Rene, esse trio é dureza. Vocês tornaram todo o período de graduação mais divertido e me

ajudaram a ter memórias que sempre vão me dar nostalgia doce e vou lembrar com muito carinho. Nos sentindo heróis ou miseráveis sempre nos divertimos juntos.

Agradeço também à Bruna, que me aproximei mais tarde na graduação, mas conquistou minha admiração e carinho logo nos primeiros segundos juntos. A melhor coisa de ter trabalhado na Biblioteca Pública Prof. Romano Reif foi ter tido a oportunidade de me aproximar de você. Você já sabe disso, mas sempre quis ser seu amigo e fico muito feliz que isso tenha acontecido. Obrigado por ser essa menina doce, inteligente e que ama filmes de terror também.

Agradeço também a minha amiga de infância, Júlia, que retornou para minha vida de maneira incomum, mas me ajudou a lembrar o quanto sou grato por ter crescido contigo e compartilhado os obstáculos de uma infância difícil e traumática com uma menina tão legal. Espero não perder você de novo.

Agradeço a minha terapeuta, Maria Fernanda, pelos longos anos de caminhada e por me ajudar a estar aqui hoje. Eu me orgulho muito do ser humano que estou me tornando, um passo de cada vez, e você é mais do importante nessa estrada que estou construindo. Você sabe a quantidade de profissionais pelos quais eu passei que me fizeram duvidar da importância do tratamento, mas valeu a pena porque isso me levou até uma das melhores profissionais que já conheci. É legal ainda estar vivo, obrigado.

Agradeço também aos professores e a COMGRAD do curso de Biblioteconomia por todo suporte e todo conhecimento compartilhado durante o meu caminho para me tornar um profissional.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo Silva Caxias de Sousa, que abraçou o tema da pesquisa, tornou ela possível, me incentivou a escrever, estudar, me ensinou e compartilhou do entusiasmo pela pesquisa comigo.

Agradeço à professora Ana Maria Mielniczuk de Moura por, pacientemente, ter me instruído, auxiliado na criação dessa pesquisa, por ter acreditado em mim e sempre me incentivado a alcançar todo meu potencial.

Agradeço ao professor Jackson Medeiros pelas aulas de Poder e Informação que serviram de base dos conhecimentos aqui construídos e me mostraram diversas possibilidades que eu ainda não enxergava. Pelas ótimas conversas, agradeço também.

Agradeço ao professor Rene Faustino Gabriel Junior por ter me ajudado com os primeiros passos nos mares desconhecidos da pesquisa e da comunicação

científica. Obrigado pelas oportunidades nos mais de dois anos de iniciação científica e por todo seu conhecimento que compartilhou comigo. Foi um aprendizado muito grande e uma experiência muito importante.

Agradeço a professora Ketlen Stueber pelas ótimas aulas, por todo aprendizado e pelo apoio emocional. Obrigado por enxergar seus alunos como seres humanos e por, além de ser uma ótima profissional, ser uma ótima pessoa que educa e acolhe.

Agradeço a professora Luciane Cuervo por ter sido, além de uma professora incrível, uma grande amiga. Obrigado por ter me orientado e acolhido em um dos momentos mais difíceis da graduação, por ser gentil com a minha família, por todas as conversas, todo afeto e por ser um modelo de professora no qual todos os outros profissionais deveriam se inspirar. Sua educação é libertadora e sua amizade é inspiradora.

Agradeço a professora Simone Oliveira que, durante o ensino fundamental, escolheu se importar e ser gentil com um aluno gay que foi pedir ajuda para ela e por ficar conversando com ele depois das aulas. Você foi a primeira pessoa a me dizer que não tinha nada de errado em ser quem eu era e que me fez ter orgulho pela primeira vez. Sem esse orgulho, essa pesquisa não existiria. Ninguém tinha se importado tanto e, se não fosse por você, eu duvido que teria chegado até aqui. Obrigado por ser a professora mais inteligente, descolada e legal da escola.

Agradeço a Hayley por ter me ensinado a reconhecer o bullying, a aprender a gostar de mim mesmo e a me defender das pessoas que tentam machucar os outros por serem diferentes. Por continuar sendo uma grande inspiração, que nunca vai ler isso e, se ler, não vai entender.

E agradeço, finalmente, ao Jeff Kaplan por todas as horas seguidas de procrastinação muito bem gastas, repletas de crises de raiva e agradeço a Sylvana, por ter me ensinado como deve ser uma liderança de verdade e a lidar de maneira justa com aqueles que me prejudicaram de alguma forma.

RESUMO

Considerando o potencial das comunidades virtuais como ambientes de acesso à informação e interação social, este trabalho busca questionar de que forma ocorre o processo de empoderamento dos membros do grupo de Facebook LGBTQI+ Resistência pela Democracia em um espaço virtual de acesso e uso da informação. Tem como objetivo analisar de que forma ocorre o processo de empoderamento dos membros do grupo de Facebook *LGBTQI+ Resistência pela Democracia* em um espaço virtual de acesso e uso da informação. O processo metodológico ocorreu por meio de uma pesquisa aplicada, de abordagem quali-quantitativa ou mista, de caráter exploratório e descritivo, utilizando métodos netnográficos para coleta de dados extraídos a partir de questionário, respondido por 153 membros do grupo. Os dados analisados permitem inferir que a maioria dos respondentes são pessoas cisgêneras, com 68% homens cisgêneros e 24,2% mulheres cisgêneras, com poucas pessoas trans, bem como constatar que 79,7% são homossexuais (gays e lésbicas) e 10,5% são bissexuais. Quanto à etnia, 66% dos respondentes são brancos, seguidos por 22,2% pardos; já quanto ao grau de ensino dos respondentes, 43,1% cursa ou já cursou pós-graduação, demonstrando um perfil mais acadêmico dentre os sujeitos analisados. Dados obtidos acerca do uso de fontes de informação ainda apontam que 90,2% dos respondentes usam as plataformas de redes sociais como fontes de informação diariamente, sendo que 84,3% utiliza as informações acessadas para se manter atualizado sobre fenômenos políticos e sociais. Constatamos também que parte dos respondentes se sente desconfortável em participar de comunidades virtuais LGBTQI+ em razão dos discursos dominantes e discriminatórios que são reproduzidos pelos próprios integrantes do movimento LGBTQI+. Observamos que, da perspectiva dos respondentes, esses espaços virtuais representam um grande potencial no que se refere ao empoderamento, mas têm esse potencial prejudicado por problemáticas relacionadas à discriminação e fragmentação da comunidade LGBTQI+. Concluímos que, embora exista um potencial relacionado ao processo de empoderamento em comunidades virtuais por meio do acesso e uso da informação, esse processo de empoderamento é prejudicado pela ausência de uma abordagem interseccional, segmentando o movimento LGBTQI+ e prejudicando a participação e o acesso à informação para algumas identidades sexuais e de gênero do movimento.

Palavras-chave: Poder e Informação. Movimento LGBTQI+. Acesso à Informação. Comunidades Virtuais. Ciência da Informação.

ABSTRACT

Considering the potentials of virtual communities to serve as environments of information-access and social interaction, this research seeks to question how the empowerment process of members of the Facebook group “LGBTQI+ Resistência Pela Democracia” occurs in a virtual space of access and use of information. It aims to analyze how the process of empowerment of members of the Facebook group “LGBTQI+ Resistência Pela Democracia” occurs in a virtual space for access and use of information. Its methodological process consisted of an applied research, with a quali-quantitative procedure, of a descriptive and exploratory nature, using netnographic methods to extract data from questionnaires, answered by 153 members of said group. The data obtained allow us to infer that most of the respondents are cisgender people, with 68% cisgender men and 24,2% cisgender women, as well as to note that 79,7% of the respondents are homosexuals (gay and lesbian) and 10,5% are bisexuals. Regarding race, 66% of the respondents are white people, followed by 22,2% brown people; as to their school level, 43,1% of the respondents are enrolled in or have already obtained their graduate degree, which shows that many of the subjects possess a scholarly trait. Other data, regarding the usage of information sources, show that 90,2% of the respondents use social media as information sources on a daily basis, whereas 84,3% of the subjects use the information they access to keep themselves updated about social and political affairs. It was also observed that part of the respondents feel uncomfortable to take part in virtual LGBTQI+ communities due to the dominating and discriminatory discourses replicated by the very own members of the LGBTQI+ movement. It was noted by many of the respondents that these virtual spaces represent great potential regarding the process of empowerment, but end up having this potential undermined by problematics related to discrimination and fragmentation of the LGBTQI+ community. It is concluded that, while there is great potential related to the empowerment of virtual communities through the access and usage of information, this process is hampered by the absence of an intersectional approach, the lack of which ends up splitting the LGBTQI+ movement in various segments and hindering the participation and information-access of some sexual and gender identities present in the movement.

Keywords: Information and power. LGBTQI+ movement. Information-access. Virtual communities. Information science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Última interação do autor com o grupo	45
Figura 2 – Escala de silhuetas de Stunkard utilizada na questão 5 do questionário desta pesquisa.....	49

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos respondentes	51
Gráfico 2 – Sexualidade dos respondentes.....	53
Gráfico 3 – Faixa-etária dos respondentes	55
Gráfico 4 – Nível de ensino dos respondentes.....	56
Gráfico 5 – Etnia dos respondentes	58
Gráfico 6 – Corpos dos respondentes.....	58
Gráfico 7 – Frequência de uso das redes sociais pelos respondentes	60
Gráfico 8 – Confiabilidade das redes sociais segundo os respondentes	61
Gráfico 9 – Outros suportes de informação utilizados pelos respondentes	63
Gráfico 10 – Comportamento dos respondentes em relação à informações pouco confiáveis	65
Gráfico 11 – Uso da informação acessada na web.....	66
Gráfico 12 – Reação dos respondentes aos comentários com os quais não concordam.....	68
Gráfico 13 – Percepção dos respondentes sobre como a informação pode beneficiar um indivíduo.....	71
Gráfico 14 – Discursos de caráter discriminatório em comunidades virtuais que não são exclusivamente LGBTQI+identificados pelos respondentes.....	79
Gráfico 15 – Discursos de caráter discriminatório em comunidades virtuais que são exclusivamente LGBTQI+ identificados pelos respondentes.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais

ANTRA – Articulação Nacional das Travestis

BRAPCI – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CID – Código Internacional de Doenças

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

GGGGG – Gays, Gays, Gays, Gays e Gays.

LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, *Queers*, Interssexuais e mais.

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e mais.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais.

OMS – Organização Mundial de Saúde

TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PODER, INTERSECCIONALIDADE E DISCURSOS DOMINANTES.....	17
3 O MOVIMENTO LGBTQI+ NO BRASIL	24
4 A ABORDAGEM SOCIAL DA INFORMAÇÃO E O EMPODERAMENTO	29
5 REDES SOCIAIS E AS COMUNIDADES VIRTUAIS.....	36
6 METODOLOGIA	43
7 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM O QUESTIONÁRIO	50
8 REFLEXÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO VIRTUALMENTE	106

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória da humanidade a forma como os seres humanos se relacionam sofreu transformações. Entre essas transformações, manifestações afetivas e sexuais, bem como as identidades de gênero, foram sendo identificadas e ganhando visibilidade. Por meio da identificação dessas novas manifestações afetivas, sexuais e das identidades de gênero surgiu o movimento LGBTQI+. O movimento LGBTQI+ sofreu diversas transformações e acompanhou mudanças sociais e políticas na história da humanidade. A sigla LGBTQI+ representa diversos grupos da sociedade, manifestações de gênero e sexualidade. As letras que compõem a sigla identificam alguns desses grupos, como Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans, Travestis, *Queer* e Intersexo. O sinal de adição que acompanha a sigla representa outras identidades de gênero e manifestações afetiva-sexuais que compõem o movimento como, por exemplo, a assexualidade. Desde a Revolta de Stonewall¹, passando por outros eventos históricos que foram significativos para movimento LGBTQI+ e seus integrantes, os grupos contemplados pela sigla ainda se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica que variam conforme as conjunturas e regiões, de acordo com a cultura do local no qual estão inseridos.

Além da censura e repressão, a história do movimento LGBTQI+ também é marcada por episódios de resistência e empoderamento. No Brasil os movimentos sociais e políticos protagonizados pelos membros dos grupos LGBTQI+ vão surgir mais tarde em relação à América do Norte e à Europa. No fim da década de 1970 e início da década de 1980, quando a Ditadura Militar perde força, que surgem alguns dos marcos históricos importantes para a comunidade LGBTQI+ brasileira como, por exemplo, o Jornal Lampião da Esquina, importante fonte de informação à respeito da comunidade LGBTQI+, disseminada como forma de resistência a repressão na

¹ Referente a revolta ocorrida no bar Stonewall Inn, na data de 28 de junho de 1969. Na época, não vestir três peças de roupa “apropriadas ao seu gênero” poderia levar à prisão, e a polícia realizava buscas em bares frequentados pelo público LGBTQI+. Na data citada, a polícia fez uma busca no bar Stonewall Inn, um local de refúgio para pessoas LGBTQI+, em um horário fora do comum e se deparou com uma forte resistência por parte do público, que jogou objetos, gritou e criou uma resistência no local até os policiais irem embora (FERNANDES, 2019). A data ficou fortemente marcada pelo ato de resistência.

época. O que esses marcos históricos possuem em comum é a articulação do movimento LGBTQI+ em busca de um empoderamento.

As comunidades virtuais presentes em plataformas de redes sociais se configuram como importantes fontes de informação uma vez que são utilizadas como meio de acesso à informação pela sociedade brasileira. Nesse contexto, nosso trabalho busca problematizar: de que forma ocorre o processo de empoderamento dos membros do grupo de *Facebook LGBTQI+ Resistência pela Democracia em um espaço virtual de acesso e uso da informação?*

Para responder esta questão, o objetivo geral busca analisar de que forma ocorre o processo de empoderamento dos membros do grupo de *Facebook LGBTQI+ Resistência pela Democracia em um espaço virtual de acesso e uso da informação* por meio dos seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar os perfis dos membros do grupo; Analisar o comportamento informacional dos membros do grupo; Identificar manifestações de discriminação dentro do próprio grupo LGBTQI+ a partir da percepção dos seus integrantes; d) apontar as percepções dos membros sobre a relação entre o acesso e uso da informação como forma de empoderamento. Salientamos também que demos preferência ao uso da sigla LGBTQI+ por ser a sigla utilizada no título do grupo de Facebook onde realizamos a pesquisa.

O presente estudo teve início com a exploração da *web*, observando distintos espaços virtuais de manifestação do movimento LGBTQI+. Durante esse processo de exploração foram identificadas algumas comunidades virtuais exclusivamente LGBTQI+, mas em sua grande maioria se tratavam de espaços voltados para a interação entre grupos do movimento LGBTQI+ em busca de relacionamentos afetivos. Também foram identificadas algumas comunidades virtuais que se dedicam a compartilhar dicas de conteúdos LGBTQI+ como filmes, livros e séries. Entre os espaços virtuais explorados, selecionamos um grupo em específico que consideramos pertinente ao tipo de pesquisa que este estudo se propõe, pois o grupo foi desenvolvido com o objetivo principal de empoderar e articular membros do movimento LGBTQI+ por meio do acesso à informação e interações em torno das informações disponibilizadas no espaço virtual.

O grupo de *Facebook* selecionado é intitulado LGBTQI+ Resistência pela Democracia, ele é descrito pelos seus moderadores como um espaço de acesso à informação, discussão, articulação e empoderamento da comunidade LGBTQI+.

Apesar do grupo propor um processo de empoderamento se valendo do acesso e uso da informação, não fica claro como esse processo ocorre, de maneira que este estudo se propõe a compreender quais as possibilidades e problemáticas desse processo de empoderamento no grupo selecionado. A temática e o objetivo do estudo foram desenvolvidos posteriormente a primeira aproximação e observação espontânea inicial do grupo que ocorreu sem que previamente houvesse sido estabelecido critérios.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação discutem temas que são fundamentais se considerarmos o quanto a informação é importante para estudos LGBTQI+. Um desses temas é o acesso e uso da informação como matéria prima para o desenvolvimento pessoal e coletivo do indivíduo e da sua identidade. As referidas áreas do conhecimento discutem o papel da informação como formadora de pensamento crítico, influenciadora de opinião e decisão em diversos níveis e também como fonte de desenvolvimento pessoal, social e cultural. Também é possível afirmar que a informação é uma fonte de poder na sociedade. O acesso à informação de qualidade, entretanto, requer muitas vezes uma construção e posição social do indivíduo que o permita ter os recursos necessários para tal acesso e também para a compreensão e apropriação dessa informação.

Ainda no que concerne ao acesso à informação, as plataformas de redes sociais e as comunidades virtuais são centrais a essa pesquisa, pois a primeira diz respeito a uma importante plataforma de acesso à informação e a segunda é referente a grupos que se formam em ambiente virtual e que são dotados de características sociais e culturais.

É notável e válido ressaltar que na área da Ciência da Informação foram desenvolvidos trabalhos com temáticas relacionadas à gênero e sexualidade. Para uma melhor contextualização deste estudo, observemos alguns estudos publicados na área da Ciência da Informação no Brasil do ano de 2018 até os dias atuais. Em nível de pesquisas de pós graduação, incluindo teses de doutorado e dissertações de mestrado, temos os trabalhos de Santos (2020); Silva (2019); Righetto (2018); Lima (2018) e Santos (2018). Também foram publicados artigos que são referência na área com temáticas LGBTQI+ dentro do período de 2018 até os tempos atuais e que como exemplo podemos citar os artigos de Ferreira, Viana e Oliveira (2020); Brito e Machado (2020); Martínez-Ávila, Luvizotto, Brito e Silva (2020); Pinho, Melo e Oliveira (2019); Vale e Vitorino (2019); Ottonicar (2019); Pinto e Leite (2018); Brito

e Matias (2018); Apocalypse e Jorente (2018); Simpaio e Lima (2018); Martins e Pizarro (2018); Souza (2018) e Ishimoto, Garcia e Souza (2018). Embora consideremos que a temática de gênero e sexualidade na Ciência da Informação necessite de um maior número de produções por parte de pesquisadores da área, no sentido de incentivar a pesquisa com a referida temática, consideramos também válido reconhecer e explorar a literatura já publicada.

A comunidade LGBTQI+ passou por diversas formas de censura e de exclusão, dentre as quais manifestações que negligenciavam o acesso à informação. Quando ocorre o acesso à informação por parte dos grupos que compõem a sigla LGBTQI+, a informação encontrada muitas vezes tem uma construção com base em discursos heteronormativos², que depreciam ou excluem a existência de pessoas LGBTQI+. Esse tipo de informação acaba tendo impacto negativo no processo de construção da identidade do indivíduo, no seu desenvolvimento como um ser social e político em uma sociedade heteronormativa que não o contempla.

Mesmo em ambientes virtuais a comunidade LGBTQI+ se depara com espaços hostis compostos de discursos de ódio que afetam tanto simbolicamente quanto fisicamente os membros da comunidade³. Esses espaços virtuais, entretanto, se configuram como plataformas que facilitam o acesso e o uso da informação, bem como também se consolidam como plataformas de discussão e interação social entre pessoas interessadas em uma mesma temática, como é o caso os grupos de *Facebook*. Essa interação que ocorre entre membros de comunidades virtuais é importante em razão da troca de informação e da discussão que auxiliam na construção de novos conhecimentos e no fortalecimento da comunidade LGBTQI+ como um coletivo.

Embora pesquisadoras e pesquisadores da Ciência da Informação e da Biblioteconomia tenham mostrado interesse em realizar trabalhos que abordem o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como meios para o acesso à informação, compreendemos a necessidade de um estudo que aborde o uso dessas tecnologias e desses espaços virtuais de acesso à informação em favor da comunidade LGBTQI+.

² Heteronormativo, ou heteronormatividade, é um termo referente a heterossexualidade compulsória, onde se presume que todos sejam heterossexuais e outras manifestações sexuais e afetivas são marginalizadas (NASCIMENTO, 2010).

³ Cruz (2012) discute a reprodução de discursos de ódio e discriminatórios em ambientes virtuais.

Diante deste cenário, consideramos necessário debater a respeito do acesso à informação por parte da comunidade LGBTQI+ e de que forma esse acesso e uso da informação podem auxiliar no processo de empoderamento da comunidade, visto que a presença das novas tecnologias e as interações em rede por meio das comunidades virtuais também tem causado impacto e mudanças nas relações entre a própria comunidade LGBTQI+.

O estudo aqui apresentado se justifica em razão de que o autor tem por objetivo despertar um maior interesse por parte de pesquisadoras e pesquisadores da Ciência da Informação e da Biblioteconomia nas temáticas de cunho social apresentadas, pela proximidade do autor com o tema e pela relevância que esse tipo de estudo possui nos grupos da sociedade que por ele são contemplados. Ademais o estudo traz em si novos aspectos da temática dentro da Ciência da Informação na medida em que desvela, a partir de manifestações de acesso e uso de informações em comunidades virtuais, possibilidades e problemáticas de empoderamento do movimento LGBTQI+, identificadas sob a perspectiva metodológica aqui adotada. Nesse cenário, esperamos também oferecer contribuições teóricas a respeito das temáticas de gênero e sexualidade dentro das referidas áreas por meio dos objetivos alcançados com essa pesquisa.

Nesse contexto, nossa pesquisa busca, a partir da exploração da comunidade virtual brasileira da plataforma de rede social *Facebook* LGBTQI+ Resistência pela Democracia, estudar possibilidades de um empoderamento por meio do acesso e uso da informação, assim como os aspectos sociais e culturais que permeiam as relações entre os indivíduos na comunidade virtual selecionada e suas perspectivas a respeito desse processo. Para melhor compreensão dos elementos que compõem a temática desta pesquisa o referencial teórico foi dividido em quatro seções. Na primeira seção do referencial teórico abordamos os conceitos de poder, discursos dominantes e interseccionalidade com base principalmente nos estudos de Foucault (1995; 2005; 2006) e Collins (1998; 2000; 2016; 2017) para, na terceira seção do referencial, discutirmos o conceito de empoderamento compreendendo sua relação com os fenômenos de poder e discursos dominantes, bem como a abordagem interseccional como uma alternativa de diálogo em relação a esses discursos. Na segunda seção discutimos marcos do movimento LGBTQI+ brasileiro para compreendermos, de uma perspectiva histórica, a consolidação do conceito de empoderamento. Na terceira seção do referencial teórico, discutiremos

sobre a abordagem social da informação como um conceito chave para a pesquisa, pois permite compreender como o processo de empoderamento pode ocorrer a partir de fenômenos como o acesso e o uso da informação. Finalmente na quarta seção do referencial debatemos acerca dos conceitos de comunidades virtuais e redes sociais como palco de interações sociais e discursos dominantes, uma vez que essa pesquisa trabalha com os aspectos sociais e culturais de uma comunidade virtual específica.

2 PODER, INTERSECCIONALIDADE E DISCURSOS DOMINANTES

Na sociedade brasileira contemporânea, existem diversas formas de poder que viabilizam o desenvolvimento de estruturas hierárquicas, onde alguns indivíduos detêm o domínio para se manter em posições privilegiadas em relação aos demais. Essas relações de poder muitas vezes resultam em uma realidade na qual o discurso daqueles que detêm o poder se apresenta como o único legítimo, atribuindo a falsa noção de que todas as outras perspectivas que não compartilham desse discurso são ilegítimas (FOUCAULT, 2006).

Neste estudo estamos propondo abordar a questão do empoderamento de um grupo social específico identificado por características de gênero e sexualidade, tendo como objetivo a compreensão do conceito de empoderamento e para isso julgamos necessário primeiro compreender o conceito de poder e como ele se manifesta na sociedade. Para isso essa seção vai utilizar de alguns autores e suas teorias acerca do conceito de poder como fundamento.

Foucault (2006), em sua compilação intitulada *A Microfísica do Poder*, discorre, entre outros aspectos, que o poder não é algo que se dá, se troca ou se retoma, mas é algo que se exerce e existe somente em ação. O autor também aponta que o conceito de poder não tem como elemento principal a manutenção e reprodução das relações econômicas, embora seja por meio dele que essa manutenção ocorra. Segundo a teoria de Foucault (2006) essa manutenção ocorre principalmente por meio de relações de força. Entre os aspectos discutidos por Foucault (2005), em seu trabalho *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, ele fala sobre a relação entre poder e sexo e como ela é reforçada por meio da sua associação com o capitalismo, em razão de que esse modelo econômico depende da produção de corpos que tem como base o modelo de relações sexuais

heterossexual. O estudo de Foucault (2005) aponta que aqueles que não se encaixam no modelo de sexualidade considerado 'normal' imediatamente têm suas sexualidades classificadas como anormais e desviantes e dessa forma são transformados em párias. Destacamos que o discurso relativo a sexualidades desviantes é engendrado segundo a lógica capitalista, que resulta na criação de segmentações em relação aos indivíduos a partir das suas práticas sexuais (FOUCAULT, 2005).

Esse padrão de sexualidade 'normal' à qual Foucault (2005) se refere vai ser retomado por Butler (2003) que disserta sobre o padrão heteronormativo (modelo de relação entre homem x mulher) que fortalece a percepção de que relações homossexuais (modelo de relação entre indivíduos do mesmo gênero) como relações imorais e, segundo a autora, quase sempre como uma ameaça à ordem social, partindo do próprio ambiente familiar.

Outro aspecto que está relacionado ao poder é a categoria de gênero e na relação entre os dois conceitos o poder age como um segmentador social. Considerando essa perspectiva Saffioti (1987, p. 32), aponta que foi por meio de processos históricos e sociais que a categoria de gênero estabeleceu parâmetros para distinguir entre seres humanos femininos e masculinos e, segundo a autora "implicando na direção binária e hierárquica com reflexos na interpretação das diferenças anatômicas que ocasionam, além disso, desigualdades no exercício do poder" (SAFFIOTI, 1987, p. 32).

Essa perspectiva compartilhada por Foucault (2005), Butler (2003) e Saffioti (1987) também se manifesta por meio de um discurso dominante do qual um grupo de indivíduos se vale da sua posição hierárquica predominante para legitimar seu discurso como sendo o único legítimo. Nesse sentido as grandes massas que não fazem parte desse grupo predominante, muitas delas compostas por minorias sociais, políticas e sexuais, acaba tendo seu discurso e conhecimento deslegitimado. Partindo das reflexões de Foucault (2006), o status de "intelectual" acaba se tornando algo exclusivo de indivíduos em posição de poder dentro de uma estrutura hierárquica. Esses indivíduos utilizam de sua própria posição para justificar seus discursos e influenciar pessoas, delegando discursos menos predominantes dentro dessa hierarquia a um apagamento e uma deslegitimação do seu conteúdo.

Concernente a luta dos movimentos sociais afetados por esse discurso dominante, sendo a comunidade LGBTQI+ um desses movimentos, essa luta não

se refere somente à tomada de consciência, uma vez que as grandes massas, conforme discutiu Foucault (2006), já tomaram consciência há muito tempo e vem produzindo seu próprio conhecimento. Nesse aspecto a luta desses movimentos é um confronto contra o poder, que consiste em fazê-lo aparecer e feri-lo onde é mais insidioso (FOUCAULT, 2006), de maneira que as identidades sociais marginalizadas por esses discursos possam ocupar locais onde até então eram excluídas ou delegadas a posições marginais. A análise Foucaultiana (2006) também sugere que o poder de um grupo sobre o outro não é definitivo e, portanto, existe a possibilidade de o grupo oprimido reagir contra essa imposição. Essa tomada de poder, essa mudança em que indivíduos começam habitar espaços e nichos da sociedade que até então eram negados a determinados grupos identitários se pode conceituar como empoderamento.

Collins (2017) também aborda o conceito de poder e propõe uma vinculação entre esse conceito e o conceito de interseccionalidade partindo de uma perspectiva em que diferentes identidades sociais, incluindo aquelas que compõem o movimento LGBTQI+, são afetadas por uma estrutura de poder e dominação em comum. Dessa forma a abordagem interseccional proposta pela autora vai permitir que essa estrutura de poder seja compreendida em sua totalidade, ou seja, incluindo todas as identidades sociais e fenômenos que se manifestam dentro dessa estrutura.

O conceito de interseccionalidade, segundo Rodrigues (2013), foi originalmente cunhado para se referir à luta de mulheres negras que não tinham suas especificidades contempladas tanto no debate feminista quanto no debate antirracista, surgindo então a necessidade de uma abordagem interseccional que contemplasse tanto as questões de gênero quanto de raça. Collins (2017) vai afirmar que o conceito de interseccionalidade discute sistemas de opressão que tem como base uma estrutura de dominação e poder em comum, e, segundo a autora, essa estrutura contempla os sistemas de gênero, raça e classe social. Para a autora, essa estrutura de dominação se manifesta com bastante força em sociedades marcadas pelo racismo e sexismo, sociedades onde é possível identificar uma matriz de dominação que se caracteriza por diversas formas de opressão que se intersectam (COLLINS, 2000). Sobre os estudos interseccionais é possível afirmar que:

Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...]Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através da raça) e de ser mulher (vivida através do gênero) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995)

Retomando a perspectiva de Collins (2017) a respeito da abordagem interseccional, a autora defende que a interseccionalidade vai permitir que ativistas e estudiosos que se dedicam aos estudos sobre os processos de interação entre as relações de poder (RODRIGUES, 2013) consigam compreender a estrutura de dominação em que essas relações se interseccionam. A interseccionalidade também aponta para a articulação de diversos grupos contra um poder e uma estrutura de dominação em comum, fortalecendo desta forma o aspecto de resistência em relação à esse sistema de dominação. Sobre essa articulação Collins (1998, p. 201, tradução nossa) afirma que “o posicionamento de um grupo em meio a relações de poder hierárquicas resulta em um desafio partilhado entre os participantes desses grupos”. A abordagem interseccional nesse estudo vai nos permitir compreender diversas formas de discursos dominantes e opressões, como é o caso da gordofobia, que discute a marginalização de corpos gordos, (SANTOS; SANCHOTENE, 2017), a marginalização de dinâmicas de relacionamentos assexuais (SILVA, 2019) e discursos feministas que entram em conflito com identidades trans (NUNES, 2018), por exemplo. O diálogo interseccional ainda nos permite dialogar a respeito da categoria mulher trans e travesti de acordo os aspectos sociais e de classe que envolvem essas identidades (CARVALHO, 2016).

Bourdieu (2014), em sua obra *A Dominação Masculina*, discute aspectos que são recorrentes e se materializam a partir da abordagem interseccional proposta por Collins (2017) no que concerne às relações de poder e dominação. Bourdieu (2014) concebe o poder masculino como um fenômeno que se concretiza principalmente pela demonstração de virilidade agressiva e dominante por parte do homem, subjugando dessa forma a figura da mulher. Nessa perspectiva também são subjugados por esse poder masculino aqueles homens que não são contemplados por esse tipo de masculinidade agressiva e dominante, sendo colocados na categoria de ‘mulher’ e, na visão desse discurso heteronormativo predominante, categoria inferior em relação a categoria ‘homem’.

Bourdieu (2014) ainda defende que o poder masculino tem como força o fato de que o homem dispensa justificativas para comportamentos considerados instintivos, pois ele parte de uma posição androcêntrica⁴ em que é considerado o membro predominante de uma sociedade patriarcal. Segundo Bourdieu (2014) essa dominância vai ter como consequência a violência simbólica e as influências sob o indivíduo que é dominado. Observamos que de acordo com o trabalho de Bourdieu (2014) o conceito de dominância não é exclusiva de gênero, mas também está presente na questão da desigualdade racial e cultural, apontando novamente para a importância da abordagem interseccional, para que seja possível abranger as diversas formas de dominação e poder que regem sociedades com base predominantemente heterossexuais, cisgênero e brancas. Esse poder acaba sendo fortificado por aqueles que são subordinados e que só se subordinam porque o aceitam como poder (BOURDIEU, 2014), em virtude de não terem elementos para questionar essa ordem/perspectiva. Nesse sentido o acesso e uso da informação cumprem papel de fundamental importância em razão de que fornecem elementos para questionar essa perspectiva.

Em outro trabalho, Collins (2016) vai novamente abordar o conceito de poder como uma estrutura que permite a um grupo dominante disseminar imagens construídas com base em estereótipos de grupos marginalizados e com a finalidade de dominar e controlar esses grupos. A autora utiliza o exemplo da ridicularização de mães negras fortes e a rotulação delas como matriarcas assustadoras, pois a figura de mulheres assertivas é ameaçadora ao *status quo* das visões patriarcais das relações familiares, ainda mais se tratando das mulheres negras, por possuírem um papel central na socialização da próxima geração de adultos negros (COLLINS, 2016). Essa ridicularização que a autora aborda ocorre por meio dos discursos dominantes abordados anteriormente com base nos estudos de Foucault (1995; 2005; 2006) , uma vez que os grupos que possuem seus discursos dominantes legitimados são os que, na maioria das vezes, se valem deles para rotular e definir aqueles que classificam como *outro* (LGBTQI+, negros, mulheres e todos aqueles que não são contemplados pelo discurso dominante). As definições sugeridas para

⁴ Referente à androcentrismo, termo criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, que faz referência à forma como as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humano como uma norma universal, excluindo o valor da experiência feminina.

essas minorias sociais geralmente são pejorativas, construídas com bases em estereótipos e crenças pessoais dos seus autores.

Essas definições pejorativas da imagem de grupos sociais, políticos e sexuais resultam em problemas de autoestima, autoimagem e causam danos psicológicos nos indivíduos, transformando-se em formas de dominação (COLLINS, 2016). Isso se justifica porque quando um indivíduo utiliza do seu poder discursivo e sua influência para definir uma pessoa, ou grupo de pessoas, por meio de estereótipos; essa definição afeta a forma como a pessoa (ou coletivo de pessoas) é vista na sociedade e também a forma como o próprio indivíduo se vê. Os estudos de Collins (2016) apontam que esse processo de definir o outro de forma pejorativa afeta a subjetividade do indivíduo, resultando em problemas de autoestima que o tornam mais propenso a ser dominado. Relativo a essa dominação o acesso e uso da informação possibilitam ao indivíduo redimensionar percepções à respeito do outro e de si mesmo, contrapondo-se às definições pejorativas impostas por meio do discurso dominante. Utilizando as palavras de Collins:

[...] Definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. [...] (COLLINS, 2016, p. 105)

Para Wittig (1992) o discurso que oprime componentes da sigla LGBTQI+, é o discurso que afirma, como uma verdade universal, que a base de qualquer sociedade é a heteronormatividade. Segundo Wittig (1992) esse discurso se estruturou como legítimo de tal forma que impossibilita aqueles que não se sentem contemplados por ele de se manifestar se não for nos termos já estabelecidos pelo mesmo. Ou seja, se apresenta como possibilidade vigente para um indivíduo LGBTQI+ falar sobre si e de fenômenos relacionados a si mesmo por meio de discursos predominantemente heterossexuais que o caracterizam de maneira pejorativa, não contemplando suas especificidades.

Dentro da comunidade LGBTQI+ surgem novos termos para representar manifestações sexuais e afetivas, como é o caso da androssexualidade que se refere à pessoas não-binárias que se relacionam apenas com homens (SILVA,

2018) ou a apropriação e uso do termo queer, mais comum entre pessoas LGBTQI+ de fora do Brasil e que é usado de maneira identitária por pessoas que não se identificam com nenhuma das categorias de sexualidade predominantes (ALMEIDA, 2004).

Além do discurso dominante impedir a criação de novos termos que fogem às definições já estabelecidas pelo discurso heterossexual cisgênero, como uma forma de desenvolver discursos alternativos aos discursos dominantes, Wittig (1992) aponta os impactos físicos e mentais que os discursos dominantes causam naqueles que são oprimidos por esse tipo de violência simbólica. Essa violência também foi discutida por Bordieu (2014) que, segundo o autor, se materializa de maneira física e concreta tanto por vias políticas como entre nas relações pessoais dos seres humanos. Esse tipo de discurso dominante utiliza de termos que tocam de perto a comunidade LGBTQI+ como os destacados por Wittig (1992): “homem”, “mulher”, “sexo” e “diferença”.

Como apontou Collins (2016) a importância de se autodefinir e se autoavaliar é uma forma de redimensionar as identidades e manifestar no âmbito discursivo termos que valorizem a imagem dessas identidades sociais. Por meio da autodefinição discutimos fenômenos sociais pertinentes à gênero, sexualidade, classe e raça com base em nossos próprios termos, viabilizando novas perspectivas e formas de conhecimento sobre esses fenômenos sociais que fragmentam a sociedade em estruturas de poder e dominação (COLLINS, 2016). Isso vai viabilizar o desenvolvimento de práticas discursivas alternativas aos discursos dominantes discutidos por Foucault (2006) e Collins (2016). Para que tal processo seja possível, o acesso à informação é extremamente importante, uma vez que é por meio do uso da informação acessada que o indivíduo vai ter embasamento para desenvolver novas práticas discursivas que valorizem sua identidade.

Na subseção a seguir elencamos alguns aspectos relativos a história do movimento LGBTQI+ brasileiro para que possamos compreender como a resistência e ocupação de espaços até então exclusivos a performance heterossexual, branca e cisgênera é uma forma de manutenção do discurso heteronormativo e seus meios de dominação. Considerando os aspectos anteriormente problematizados, apresentamos a seguir um breve percurso histórico de formas de empoderamento da comunidade LGBTQI+, desde as suas primeiras manifestações até a inserção do movimento nas plataformas de redes sociais.

3 O MOVIMENTO LGBTQI+ NO BRASIL

Na sociedade brasileira ocorreram diversos marcos históricos que aos poucos consolidaram o movimento LGBTQI+ como o movimento social que compõe a sociedade brasileira contemporânea.

Segundo Espindola (2015) ainda no final do século XIX não existiam denominações que possibilitassem a identificação e segmentação das práticas sexuais dos indivíduos, de maneira que o termo “homossexualidade” surgiu, majoritariamente, por pressões de discursos reguladores advindos de instituições e áreas do saber, tais como a religião, o Estado e a medicina. Espindola (2015) afirma que o objetivo dessas instituições era atribuir um caráter patológico as práticas sexuais que não fossem as heterossexuais, incorporando dessa forma as demais sexualidades em um caráter patológico, anormal e desviante. Santos, Targino e Freire (2017) corroboram com Espindola (2015) quando apontam para a existência de instituições de regulação social, as quais as autoras utilizam como exemplo as crenças religiosas e as Ciências da Saúde, e como essas instituições contribuíram para a adoção do termo homossexualismo que se utiliza do sufixo *ismo* para se referir a essas manifestações sexuais como doença. Santos, Targino e Freire (2017) apontam que foi por meio da intervenção dessas instituições a partir do final do Século XIX que a perspectiva das relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo gênero como pecado e/ou enfermidade foi reforçada.

Apesar da história do movimento LGBTQI+ ser marcada por diversos episódios de repressão, exclusão e censura, também possui diversos marcos históricos que representam conquistas importantes para a comunidade. No Brasil os movimentos sociais e políticos protagonizados pelos membros dos grupos LGBTQI+ só vão surgir com mais notoriedade no final da década de 1970 e início da década de 1980 quando o país passa por uma reabertura democrática e a ditadura perde força (CANABARRO, 2013). Um exemplo de manifestação nesse sentido é o *Jornal Lampião da Esquina*, editado por jornalistas, intelectuais e artistas LGBTQI+ e que teve o início de sua circulação no ano 1978 no Rio de Janeiro (FRY, 1993). Segundo Fry (1993), o jornal tinha como objetivo manter o movimento LGBTQI+ informado sobre “coisas de bicha” em uma linguagem mais informal, desafiando a censura da época e o discurso heteronormativo predominante e abordando de forma sistemática a homossexualidade e seus aspectos políticos, existenciais e

culturais como algo positivo e não pejorativo. O jornal foi também uma tentativa do movimento LGBTQI+ de forjar alianças com outros movimentos sociais como, por exemplo, o movimento negro e o movimento feminista (FRY, 1993). Embora os editores do jornal na época tenham sofrido perseguição por meio de inquéritos policiais alegando que o *Lampião da Esquina* contrariava a “moral e os bons costumes” (FRY, 1993), o jornal foi um suporte de informação importante na época, pois possibilitou o acesso à informação por parte da comunidade LGBTQI+, seu empoderamento e articulação junto à outras identidades sociais que lutavam contra a censura e a repressão.

Já em fevereiro de 1979 ocorre outro marco importante quando um grupo de ativistas do movimento LGBTQI+ batizado de SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual - se apresenta em público durante um debate sobre as minorias promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FRY, 1993, p. 23). Foi um evento importante porque destacou o movimento LGBTQI+ como interlocutor legítimo na discussão de assuntos nacionais (FRY, 1993) além de, segundo o autor, ter aumentado a confiança do coletivo para se inserir em locais onde até então eram excluídos. Fry (1993) também aponta que no ano de 1980, durante a Semana Santa, esse sentimento de pertencimento e luta coletiva aumentou quando grupos integrantes do movimento LGBTQI+ se reuniram em São Paulo para discutir formas de atuação e organização contra a repreensão e violência que sofriam, bem como debater sobre a participação de representantes do movimento na política. Fry (1993) nesse encontro ficou claro a antipatia do coletivo por qualquer forma de autoritarismo tanto nas relações políticas quanto nas relações sexuais e afetivas.

No que diz respeito ao autoritarismo nas relações sexuais e afetivas, esse encontro também foi importante porque foi palco de problematização da reprodução do machismo dentro das relações homossexuais (FRY, 1993). A utilização de conceitos como “ativo” e “passivo”, “bofe” e “bicha”, “fanchona” e “lady”, entre outros (FRY, 1993), caracterizam uma relação de dominador e dominado nos relacionamentos homossexuais com base em estereótipos de gênero, delegando sempre à submissão para aquele que é considerado “feminino”. Além desse exemplo, existem diversos discursos discriminatórios e formas de dominação e exclusão dentro da própria comunidade LGBTQI+ (GUERRA, 2020) e é sempre importante lembrar que essa é uma discussão relevante quando se aborda a

temática LGBTQI+. Discursos racistas, machistas, capacitistas, transfóbicos, entre outros, acabam tornando inviável o empoderamento e articulação do movimento LGBTQI+ uma vez que discriminam e oprimem os próprios integrantes da sigla. A comunidade LGBTQI+ não é composta apenas por homens, brancos, heterossexuais, neurotípicos e de classe alta, de forma que qualquer discurso que oprima membros do movimento LGBTQI+ que são mulheres, negros, autistas, ou pessoas com qualquer outro tipo de transtorno neurológico, e de classe baixa, não serve ao propósito do movimento, uma vez que perpetua discursos dominantes e formas de dominação que prejudicam o coletivo (GUERRA, 2020). Novamente retomamos a importância de se manter uma abordagem interseccional quando se propõe a construção de estratégias para desafiar diferentes formas de dominação (COLLINS, 2016), pois esse tipo de fenômeno acaba gerando a segmentação do movimento.

No início da década de 1980 ocorreu a epidemia de SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, ou AIDS, como ficou popularmente conhecida. Na época, a imprensa midiática deu ao fenômeno nomes como “Peste Gay” e “Câncer gay”, referindo-se de maneira pejorativa ao fato de que a SIDA era recorrente entre integrantes do movimento LGBTQI+ (CANABARRO, 2013). Embora esse acontecimento tenha feito uma associação forte entre os LGBTQI+ e doenças sexualmente transmissíveis de forma que afetou negativamente o imaginário do resto da comunidade brasileira, reforçando a perspectiva em que os LGBTQI+ eram vistos como párias (FOUCAULT, 2005), também auxiliou na parceria entre o movimento e o Estado, especialmente nas áreas governamentais da saúde (PARKER, 2000). Existiam integrantes do movimento que acreditam que, por se tratar de um movimento social, a luta dos LGBTQI+ por direitos deveria estar articulada com a luta pelos direitos dos trabalhadores, dos negros e das mulheres, enquanto alguns defendiam que a luta do movimento deveria ser apenas em relação à luta por direito para os sexodiversos⁵ (FACCHINI, 2005).

Novamente é possível identificar a resistência por parte do movimento LGBTQI+ em se articular com demais movimentos, fator que, como mencionado anteriormente, contribuiu muito para a construção de hierarquias dentro do próprio movimento. Guerra (2020) aponta em seu estudo que o desenvolvimento do

⁵ Termo utilizado para se referir à pessoas cuja sexualidade não seja a heterossexual.

movimento LGBTQI+ também é composto por formas de preconceito dentro do próprio movimento. A parceria entre o movimento social e as entidades governamentais repercutiu em mudanças positivas para o cenário LGBTQI+ brasileiro, como, por exemplo, a remoção da homossexualidade da classificação de doenças por parte do Conselho Federal de Medicina, em 1985 (MOTT, 2005). Segundo Mott (2005, p. 100) “essa campanha nacional teve o apoio de mais de 16 mil signatários, incluindo destacados intelectuais, políticos e artistas, antecipando, em cinco anos, resolução semelhante da Organização Mundial de Saúde (OMS)”. Em 1990 a Organização Mundial da Saúde retira o termo *homossexualismo* do DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e do CID – Código Internacional de Doenças, uma vez que o sufixo *ismo* remete à doença, e o termo homossexualidade passa a ser utilizado para representar as diferentes formas de manifestações afetivas e sexuais não heterossexuais (ABGLT, 2013).

Conforme Fry (1993) esses acontecimentos foram importantes frutos da parceria entre o movimento LGBTQI+ e o Estado porque representam conquistas na luta contra a despatologização das identidades de gênero e manifestações afetivo-sexuais diversas. Os eventos também demonstram que integrantes do grupo LGBTQI+ passaram a ter mais voz e ocupar lugares de decisão dentro da comunidade brasileira, conquistando mais projetos voltados para a saúde desta parte da população. Ainda assim é notável que a maior parte das conquistas contempla principalmente questões ligadas à sexualidade e majoritariamente homens gays (FRY, 1993), reflexo da resistência por grande parte do movimento em adotar uma perspectiva mais interseccional. Pessoas trans e travestis, por exemplo, só vão ter direitos mínimos como reconhecimento do seu nome e gênero, bem como a despatologização da sua identidade de gênero, muito mais tarde com a fundação de associações como a Articulação Nacional das Travestis - ANTRA, em 2001 (CANABARRO, 2013). Em 1996 o termo “homossexuais” será citado pela primeira vez em um documento oficial do governo brasileiro, o Plano Nacional dos Direitos Humanos, incluindo esse grupo entre os grupos sociais mais vulneráveis da sociedade brasileira (CANABARRO, 2013, p. 4). No ano seguinte, em 1997, vai ocorrer a primeira parada do “Orgulho Gay” (utilizamos de aspas porque atualmente o termo Orgulho Gay para representar o evento é problematizado por excluir identidades e sexualidades do movimento LGBTQI+, sendo o termo Orgulho LGBT+

preferido), reunindo cerca de duas mil pessoas (NETTO; FRANÇA; FACCHINI, 2006).

Em 2000 ainda ocorrem mais fatos históricos que representam conquistas para o movimento LGBTQI+, como a concessão do direito previdenciário de pensão por parte INSS para parceiros gays por falecimento (CANABARRO, 2013). Em um exemplo mais atual, foi somente no final de 2014 que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2014) aprovou o uso do nome social para travestis e pessoas trans no âmbito da faculdade. Algo extremamente simples, mas de extrema importância para o respeito e dignidade das identidades de gênero de pessoas trans e travestis, uma vez que ser reconhecido pelo nosso nome é um ato mínimo de respeito e cidadania. Também é possível identificar uma articulação e movimentação cada vez maior de jovens LGBTQI+ na luta por direitos e empoderamento da comunidade LGBTQI+ (FRANCH, 2012).

Esses marcos na história da comunidade LGBTQI+ demonstram, para além das opressões, censuras e exclusões, muita resistência e conquistas por parte do movimento. Seja por meio de inserção nas decisões políticas brasileiras, do reconhecimento como parte legítima da comunidade, da despatologização das identidades de gênero e manifestações sexuais (FRY, 1993), entre muitas outras formas de inclusão e conquistas importantes, as ações e conquistas do movimento LGBTQI+ são formas de empoderamento do movimento.

Ainda que não se constituam como espaços físicos, as plataformas de redes sociais se consolidam como importantes espaços virtuais de acesso à informação e articulação do movimento LGBTQI+ e possibilitam a organização de eventos como os mencionados nesta seção. Nesse sentido, são espaços de interlocução da comunidade LGBTQI+, nos quais é possível identificar manifestações que tipificam esse empoderamento, bem como discursos discriminatórios que o dificultam. Esses discursos discriminatórios podem assumir um caráter racista, gordofóbico, transfóbico, machista, bifóbico, lesbofóbico; fragmentando a comunidade LGBTQI+ (GUERRA, 2020) e tendo como consequência problemáticas que dificultam ou impossibilitam o processo de empoderamento do grupo. Dentre essas problemáticas é possível mencionar a fragmentação do movimento LGBTQI+, a ausência de informações a respeito de identidades sexuais e de gênero, a reprodução de discursos discriminatórios e opressões dentro do movimento (GUERRA, 2020). Em razão dessas dicotomias, na próxima seção, vamos aproximar e discutir o conceito

de empoderamento por meio do acesso e uso, a luz da abordagem social da informação.

4 A ABORDAGEM SOCIAL DA INFORMAÇÃO E O EMPODERAMENTO

O conceito de informação vem sendo trabalhado de diversas formas dentro das áreas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. A tendência destas áreas do conhecimento tem sido de definir e compreender a informação como matéria prima na construção do conhecimento. Os autores das áreas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia abordam o conceito de informação sob diferentes perspectivas e metodologias que possibilitem relacionar o conceito aos seus objetos de estudo. De acordo com Morin (2002, p.96) “da percepção à teoria científica, todo conhecimento é uma reconstrução/tradução feita por uma mente/cérebro, em uma cultura e época determinada”.

Barreto (1999, p. 1), por exemplo, defende um conceito de informação como um conjunto de significantes que tem a intenção de gerar conhecimento no indivíduo e na sociedade em que ele vive. Para o autor, o ser humano é essencial no processo de desenvolvimento do conhecimento, pois a informação por si só não possui o processo cognitivo necessário para ser considerada conhecimento. Capurro (2003) propõe que a abordagem cognitivista da informação não foi o suficiente para contemplar toda sua complexidade conceitual uma vez que, segundo o autor, o conceito de informação contempla processos sociais de produção, distribuição, intercâmbio e consumo de informação.

O conceito de informação que a compreende como uma construção social mais complexa do que um processo cognitivo ou atomístico (CAPURRO; HJORLAND, 2007) é pertinente a este trabalho porque possibilita abordar a dinâmica social entre um grupo de indivíduos que têm como principais atividades o acesso, uso e compartilhamento de informação. O conceito proposto por Capurro (2003) permite que a informação seja analisada dentro de uma abordagem social que a compreende como um elemento cultural importante que se manifesta entre as relações dos seres humanos. Ela também é recorrente dentro da temática da responsabilidade social em que representa elemento com potencial de gerar transformações sociais.

Segundo Santos, Targino e Freire (2017, p. 120) a temática da responsabilidade social vai ganhar relevância na segunda metade do Século XX por meio da iniciativa de organizações privadas de relacionar o marketing social a partir de ações de filantropia que resultavam em exoneração de impostos para essas empresas. Atualmente, segundo Targino e Freire (2017, p. 120), o tema tem sido abordado em diversas áreas científicas seguindo princípios éticos, de maneira que essas diferentes áreas possam estar se apropriando do conceito para compreender fenômenos sociais e contribuir para o desenvolvimento das sociedades estudadas. Freire (2004) em seu estudo considerado pioneiro sobre questões relacionadas à abordagem social da informação, vai defender que a Ciência da Informação mantém como função social a facilitação da comunicação do conhecimento, já que segundo a autora:

[...] embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial. Com isso, crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade. (FREIRE, 2004)

Dessa forma, pesquisas que contemplem fenômenos sociais no âmbito da Ciência da Informação são possíveis por se tratar de uma área que se dedica ao estudo de processos, construções, sistemas, redes e artefatos, compreendendo a informação por ações que se remetem aos atores que as agenciam e aos contextos, situações e regimes de informação em que ocorrem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 32-33). González de Gómez (2003) afirma que a informação se constitui a partir de características culturais e experiências do mundo vivenciadas pelos atores presentes no processo de acesso e uso da informação, ressaltando novamente a dimensão social da Ciência da Informação e também da Biblioteconomia como campos que se valem de questões informacionais para estudar fenômenos de caráter social. Wersig (1993) vai corroborar com as discussões propostas por González de Gómez quando discorre sobre a temática da responsabilidade social como cerne da Ciência da Informação. Wersig (1993) menciona que a Ciência da Informação lida com problemas informacionais contemporâneos que requerem o planejamento de estratégias para serem resolvidos, indo além do simples estudo de conceitos e enunciados.

As temáticas de gênero e sexualidade também carecem de um olhar por parte da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, uma vez que esses temas contemplam diversos problemas sociais contemporâneos. O desenvolvimento de estudos que tratem do tema de acesso à informação da perspectiva dos recortes de gênero, raça, sexualidade, classe e outros importantes recortes sociais é imprescindível, pois a informação possui uma característica muito importante na manutenção de estruturas de poder (SILVEIRA, 2000) tanto de forma coletiva como individual.

Quanto ao uso individual da informação, Brookes (1980) sugere uma transformação do indivíduo que ocorre quando ele se apropria de determinados conjuntos de informação, os interpretando e atribuindo sentido. Esse sentido adquirido vai permitir ao indivíduo produzir seu próprio conhecimento, possibilitando a compreensão de fenômenos sociais que até então lhe eram incompreensíveis. Incompreensíveis porque determinados fenômenos e objetos de estudo muitas vezes requerem que o sujeito já possua previamente conhecimentos necessários para compreendê-los Brookes (1980). Esses conhecimentos, por sua vez, só são possíveis de serem desenvolvidos por meio do acesso e uso da informação, acesso que em alguns casos é dificultado para pessoas LGBTQI+, bem como para mulheres, negros, pessoas de classes mais baixas e outros grupos sociais que compõem a sociedade.

O processo de transformação explicitado anteriormente segundo a concepção de Brookes (1980) diz respeito a uma mudança interna no indivíduo por meio do acesso à informação. Essa mudança provoca também mudanças externas na sociedade em que o sujeito se encontra inserido. Araújo (2001) aponta que isso ocorre porque após o processo da geração de sentido por meio do acesso à informação, processo esse que transformou internamente o sujeito cognitivo-social, ele vai provocar mudanças nos contextos em que está inserido ao aplicar e socializar o conhecimento. De acordo com a concepção de Araújo (2001) a primeira transformação ocorre na estrutura cognitiva do sujeito receptor da informação, mas é por meio da socialização e aplicação desses novos conhecimentos, no contexto em que está inserido, que vai viabilizar experiências coletivas.

Essas experiências coletivas apontadas por Araújo (2001) podem ser referentes ao desenvolvimento de estratégias para estudar e propor soluções para problemas de cunho social, bem como sugerir novas abordagens para fenômenos

sociais. Uma dessas estratégias é o desenvolvimento de práticas que propiciem o acesso à informação para comunidades ou grupos de pessoas específicos. Esse processo que permite proporcionar o acesso à informação (ARAÚJO, 2001) requer estratégias para que ocorra de maneira eficiente e que a pessoa, ou coletivo de pessoas, para ao qual é destinado consigam acessar essa informação e desenvolver seu próprio conhecimento.

No desenvolvimento de novos conhecimentos, o indivíduo passa a compreender os fenômenos sociais nos quais está inserido (ARAÚJO, 2001). Esse é um processo que a longo prazo não somente auxilia na autonomia do indivíduo, mas também promove a conscientização, articulação e melhoria da qualidade de vida de coletivos de pessoas. Esse processo de acesso e uso da informação também é muito importante para a construção da identidade do indivíduo, principalmente quando discutimos especificamente identidades trans que, segundo Silveira (2006), é um processo de construção que busca o reconhecimento das identidades trans para além da heteronormatividade. A mudança externa e interna na realidade de indivíduos e coletivos é o que compreendemos nesse estudo como empoderamento.

O empoderamento, segundo Villacorta e Rodriguez (2002), é um processo que oferece suporte para que grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, políticas, de gênero, e outros indicadores sociais, busquem mudar essa situação e se incorporar nos locais de decisão da sociedade. Para Villacorta e Rodriguez (2002) as estratégias de empoderamento são elaboradas de maneira que se desenvolvam perspectivas locais ou nacionais mais democráticas, onde os referidos grupos marginalizados passam a ter voz no planejamento dessas sociedades.

Jussara Reis Prá (2001, p. 182) propõe um conceito de empoderamento focado em mulheres com o desenvolvimento de suas potencialidades, acesso à informação e aprimoramento de percepções pela troca de conhecimento, viabilizando dessa forma um “exercício legítimo do poder”. A autora cita possíveis estratégias a serem desenvolvidas para que o empoderamento das mulheres ocorra como, por exemplo, a análise de experiências pessoais por meio de histórias de vida e a adoção de técnicas interativas e cooperativas que permitam às mulheres se empoderar como um coletivo. Em outro ponto de vista, Taques (2006) define o

empoderamento como um processo de desenvolvimento de cidadania plena incorporando dimensões de igualdade social e reconhecimento de diferenças.

A partir desses três diferentes autores é possível compreender que o conceito de empoderamento é referente a ação de grupos que se encontram em condições sociais e econômicas desfavoráveis em relação a um grupo predominante que detém posição elevada dentro de uma estrutura hierárquica (TAQUES, 2006). O empoderamento é a ação desses grupos para refletir e agir de maneira a modificar essas estruturas de poder, viabilizando a participação em processos e espaços importantes na sociedade. O empoderamento também é o processo de aquisição de direitos, como o do acesso à informação (VILLACORTA; RODRIGUEZ, 2002). Essa ação de empoderamento pode ocorrer por meio de participação política, manifestações coletivas ou individuais que vão desafiar o discurso masculino, branco, cisgênero e heteronormativo predominante.

Para essa pesquisa especificamente abordamos o conceito de empoderamento que ocorre por meio do acesso e uso da informação (individual e/ou coletiva) por compreender que a própria informação é o elemento necessário para que ocorra a execução dos exemplos de empoderamento citados anteriormente (SILVEIRA, 2000).

O acesso e uso da informação como forma de empoderamento individual e coletivo foi abordado por Rios, Cueva-Cerveró e Linhares (2019) em sua pesquisa sobre o empoderamento de mulheres e mães participantes do Programa Bolsa Família. Rios, Cueva-Cerveró e Linhares (2019) defendem que esse empoderamento ocorre porque o acesso à informação mediado por computador permitiu que elas desenvolvessem um sentimento de pertencimento comunitário, social e pessoal, modificando seu próprio conhecimento e se apropriando de conceitos como o de cidadania. A apropriação do conceito de cidadania não apenas adicionou uma nova palavra ao vocabulário das mulheres que participaram da pesquisa, mas também possibilitou sua articulação na luta por mais dignidade (RIOS; CUEVA-CERVERÓ; LINHARES, 2019). A pesquisa das autoras propõe que o acesso à informação, tanto individual quanto coletivamente, auxilia na construção de sujeitos sociais e políticos mais conscientes da sua autonomia, direitos e oferece os meios necessários para conquistá-los e defendê-los (RIOS; CUEVA-CERVERÓ; LINHARES, 2019).

As ações do movimento LGBTQI+ em busca de empoderamento sempre encontraram barreiras em diversas formas de exclusão, como foi explicitado na anteriormente. Conforme Zanela (2018), membros do grupo LGBTQI+ encontram barreiras na própria socialização ao se inserirem em um ambiente novo. Zanela (2018) utiliza como exemplo o ingresso de mulheres trans e travestis em universidades e a percepção da rejeição em sua sociabilidade que ocorre por experiências posteriores de exclusão em espaços como o ambiente familiar e os primeiros anos escolares. Nesse caso, o estigma é oriundo da Informação Social que o corpo travesti e transexual comunica aos espaços que esses corpos ocupam, determinados desde muito cedo por sociedades que os percebem como “estranhos” (ZANELA, 2018, p. 377). A sociabilidade apontada por Zanela tem como fundamento os estudos de Goffman (2005) e a definição de Simmel (1983) que compreende como um processo constituído pelos impulsos, motivos, interesses e objetivos dos indivíduos e a forma com que eles são representados na sua interação com o outro. Simmel (1983) ainda afirma que a sociedade é fruto dessa sociabilidade entre sujeitos.

A abordagem social da informação também estuda fenômenos que afetam o indivíduo de maneira física no seu cotidiano, como é a discussão sobre Informação Social proposta por Zanela (2018). A informação sob este ponto de vista é concebida tanto como elemento crucial na formação de determinados fenômenos sociais, quanto fator que possibilita a manutenção das estruturas sociais nas quais esses fenômenos representam (SILVEIRA, 2000) e, portanto, auxiliam no processo de empoderamento. No caso deste estudo, especificamente se tratando do acesso e uso da informação por parte da comunidade LGBTQI+, a informação é um dos elementos que permite a manutenção da sua condição social de exclusão e dominação, ao mesmo tempo que o acesso à informação é prejudicado pela própria condição de ser LGBTQI+. Isso ocorre porque o acesso à informação tem cor, identidade sexual/de gênero e poder aquisitivo, é indissociável da tríade classe-gênero-raça e é preciso fazer os devidos recortes para se compreender as necessidades informacionais de classes mais oprimidas (ZANELA, 2018). A informação por si só não corresponde a todo processo necessário para o empoderamento do indivíduo, conforme aponta a autora:

Mais que (in)formar, seja preciso humanizar. E é na humanização dessas experiências sociais, que num primeiro momento parecem singulares, é que iremos crescer coletivamente, aprendendo com a Outra, informando a Outra, fazendo com que a Outra se junte a Nós, porque Nós – coletivamente – podemos combater as desigualdades econômicas, sociais e culturais. Essa Outra, distante dos nossos privilégios, parece tão estranha, marginal, alheia às nossas histórias; mas, essa outra – que também vos fala – tão próxima da sua realidade, que luta por igualdade, só precisa ser humanizada. (ZANELLA, 2018, p. 378)

Outro conceito da Ciência da Informação central à nossa pesquisa é o de fontes de informação. Villaseñor Rodrigues (1998) discorre sobre o conceito de fontes de informação como instrumentos e meios para satisfazer necessidades informacionais de um indivíduo e que são acessados diretamente pela pessoa ou mediados por meio de um segundo indivíduo. Carrizo Sainero (1994) por sua vez aborda as fontes de informação como aqueles materiais ou produtos que contenham notícias ou testemunhos e que permitem o acesso à variadas formas de conhecimento. Na nossa discussão vamos considerar principalmente as fontes de informação virtuais, ou seja, aquelas localizadas na *web*. Cipriano (2015) analisa as fontes de informação virtuais como possíveis fontes de informação histórica no futuro uma vez que, segundo a autora, são fontes de informação cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Cipriano (2015) discorre sobre as redes sociais e como elas servem como plataforma de registro de informação do cotidiano dos seus usuários. Para a comunidade LGBTQI+ as fontes de informação virtuais, incluindo as redes sociais, se configuram como importantes fontes de informação e auxiliam no acesso e uso da informação como parte do processo de empoderamento.

Na nossa pesquisa a informação é elemento-chave para o processo de empoderamento que discutimos. Por meio do acesso e uso da informação materializados na iniciativa de coletivos, cada vez mais pessoas terão a possibilidade de empoderar-se em razão da rearticulação de discursos e da afirmação de identidades (SILVEIRA, 2006) de manifestações sexuais-afetivas livres. Desse processo de acesso e uso vamos conseguir refletir sobre possibilidades de empoderamento da comunidade LGBTQI+ coletivamente. Ações coletivas podem viabilizar o combate à desigualdade e a problematização de estigmas que afetam física e psicologicamente a comunidade LGBTQI+ e demais grupos sociais que não correspondem ao padrão heteronormativo, cisgênero e branco como o da sociedade brasileira.

Outro aspecto a ser desconstruído em razão do acesso e uso da informação está relacionado aos estigmas que incidem sobre a comunidade LGBTQI+. Isso porque estigma vai ser definido por Sawaia et al. (2008, p. 24) “como cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo na lógica da exclusão”. Nessa perspectiva, o estigma é o que consideramos como discriminação, fenômeno social que atinge os LGBTQI+ por meio de discursos de ódio/discriminatórios. Defendemos que a ausência de informação ou o acesso e compartilhamento de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a aversão, a negação do que é diferente (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p. 119-120). Nessa condição é fundamental que o acesso e o uso da informação sejam refletidos como possíveis estratégias para combater esses fenômenos.

Nesse contexto propomos o acesso e uso da informação como etapas iniciais do processo de desconstrução desses estigmas, bem como uma forma de trabalhar os discursos discriminatórios que se manifestam dentro de plataformas de redes sociais da comunidade LGBTQI+. Esses discursos discriminatórios apontam para uma hierarquia mesmo dentro do meio LGBTQI+ e são responsáveis pela criação de estigmas que afetam a autoimagem do indivíduo, tornando difícil que um processo de empoderamento de forma integrada ocorra no movimento LGBTQI+ e delegando corpos LGBTQI+ marginalizados à submissão.

5 REDES SOCIAIS E AS COMUNIDADES VIRTUAIS

Na seção anterior foram abordados os conceitos de acesso e uso da informação como estratégias para compreender e trabalhar estigmas que se manifestam dentro de plataformas de comunidades virtuais do movimento LGBTQI+, bem como propiciar uma melhor perspectiva de empoderamento do movimento. Discorreremos agora sobre essas plataformas de redes sociais, as comunidades virtuais que se formam nesses locais onde os discursos dominantes discutidos anteriormente se manifestam

As novas tecnologias vêm alterando a noção que temos de tempo e espaço e têm possibilitado a criação de espaços virtuais em que as relações humanas ocorrem tendo o computador como instrumento de mediação (LÉVY, 2011). Essa interação entre usuários em espaços virtuais traz à tona novas características e

fatores culturais e sociais que não estão presentes na interação social face a face, ao mesmo tempo que relaciona o real com o virtual (LÉVY, 2011). O conceito de “tempo-espaço” de Lévy (2011) propõe que os ambientes virtuais ampliam os limites de tempo e espaço, uma vez que com essas novas formas de interação e comunicação são possíveis novas dinâmicas sociais, distinguindo aqueles que se fazem presente nesse ciberespaço e aqueles que se encontram fora dele. De acordo com o autor “a virtualização é a dinâmica mesma do mundo comum, é aquilo através do qual compartilhamos uma realidade” (LÉVY, 2011, p.148). O autor propõe a existência do virtual mesmo que este não se manifeste de maneira física.

Essa cibercultura defendida por Lévy como um mundo concreto vai ser palco de interação de diversas comunidades virtuais movidas por interesses em comum. Em relação às comunidades virtuais, Castells (1999, p. 385) aponta que “[...] as comunidades virtuais se entendem como uma rede eletrônica de comunicação interativa autodefinida, organizada em torno de um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria comunicação se transforme no objetivo”. Além dessas comunidades serem formadas por indivíduos com interesses em comum, elas também reúnem grupos de pessoas identificadas por meio de indicadores sociais, como é o caso das comunidades virtuais dedicadas exclusivamente a comunidade LGBTQI+.

As comunidades virtuais constituídas principalmente por grupos da sigla LGBTQI+ costumam ter como objetivo, além da comunicação e da interatividade entre seus membros, o desenvolvimento de práticas informacionais, como o acesso e uso da informação, que refletem para além do espaço virtual e ocasionam transformações nos contextos em que os membros dessas comunidades virtuais estão inseridos. Castells (2003) discute que enquanto as lutas sociais modernas possuem características semelhantes aos valores verticais da industrialização, as lutas contemporâneas apresentam a articulação de movimentos sociais por meio de uma perspectiva mais horizontal e em rede. Nessa conjuntura, as comunidades virtuais possuem plataformas e ferramentas que, quando utilizadas pela comunidade LGBTQI+, propiciam um espaço de acesso e uso da informação, articulação do movimento social e desenvolvimento de ações e estratégias. As comunidades virtuais são importantes fontes de informação (CIPRIANO, 2015) que permitem trabalhar determinados fenômenos sociais que ocorrem tanto dentro

quanto fora do espaço virtual, como é o caso dos discursos dominantes e formas de dominação discutidos nas seções anteriores.

As plataformas de redes sociais e as comunidades virtuais que nelas se configuram são importantes fontes de informação por permitir discussões acerca do acesso à informação por parte da comunidade LGBTQI+, representando um grande potencial de inclusão. Isso porque elas facilitam o acesso a informações (CIPRIANO, 2015) importantes para o desenvolvimento de identidades sociais do movimento LGBTQI+.

A partir do acesso e uso da informação identificada nessas plataformas vai ser possível a construção do conhecimento e de identidades de gênero e sexuais. Silveira (2000) apontou a importância da construção de identidades de gênero para além do padrão heteronormativo. O acesso e uso da informação permite a construção dessas identidades partindo da própria perspectiva do indivíduo, por meio da autodefinição e com base nas informações acessadas. Retomando os estudos de Collins (2016, p. 105), a autodefinição é um processo muito importante, pois vai permitir ao indivíduo valorizar a própria imagem e contrapor os discursos dominantes que o caracterizam de forma pejorativa.

Entre os diversos tipos de espaços virtuais dedicados à interação social, os que se configuram como plataformas de redes sociais são mais pertinentes para este trabalho. Isso porque as mídias sociais, ou plataformas de redes sociais como o *Facebook* tem por objetivo ser um espaço de interação, acesso e uso de informação. Ferrari e Assis (2017) discutem que, diferentemente das mídias tradicionais como televisão, rádios e jornais em que o público apenas recebe a informação, as redes sociais permite que seus usuários saiam de uma posição passiva e dá oportunidade para que eles interajam com outros usuários desenvolvendo seus próprios conteúdos e os publicando em rede. As autoras ainda defendem que as relações em rede sociais afetam o processo de formação de identidade do indivíduo, uma vez que “a identidade não é nata, ela não nasce com o sujeito, portanto é construída na interação com outros indivíduos.” (FERRARI; ASSIS, 2017, p. 83). Em espaços não virtuais, pessoas LGBTQI+ recorrentemente se sentem desconfortáveis para interagir pela possibilidade de terem sua integridade física ameaçada ou por terem seu discurso invalidado. Nessa conjunção, esses espaços se apresentam como alternativa segura, possibilitando

que os indivíduos LGBTQI+ tenham acesso à informações que possibilitam a formação da sua identidade.

Para Ferrari e Assis (2017) as interações sociais em rede, principalmente as plataformas de redes sociais, ampliam as fontes identitárias. Ferrari e Assis (2017) discutem o empoderamento de mulheres negras por meio da valorização das características dessas mulheres utilizando das redes sociais como forma de interação, uma vez que na sociedade brasileira o preconceito para com características de determinados grupos étnicos é muito forte e afeta a formação da sua identidade e sua autoimagem (FERRARI; ASSIS, 2017). Nesse sentido as plataformas de redes sociais também se mostram úteis para a comunidade LGBTQI+, considerando que existe um discurso dominante que marginaliza e cria estigmas em relação a autoimagem dos grupos que compõem a sigla. As plataformas de redes sociais possibilitam a criação de comunidades virtuais exclusivas de pessoas LGBTQI+ que oferecem, além de apoio entre seus membros, a possibilidade acesso à informação. A informação acessada dentro dessas redes sociais, tanto a compartilhada de outras fontes de informação virtual quanto a mediada por fonte de informação pessoal, é o que serve como base para a construção de identidades LGBTQI+, principalmente quando discutimos identidades de pessoas trans (SILVEIRA, 2006).

Espindola (2015) afirma que as redes sociais se encontram no centro de um complexo fenômeno de interação entre os valores sociais e culturais das instâncias de poder e da sociedade em geral. Segundo Espindola (2015) o papel das redes sociais é possibilitar a diversidade de pensamentos, discursos e atores, incluindo as minorias sociais, políticas e sexuais. Outro elemento importante a ser considerado quando pensamos em estudos se valendo de redes sociais é a presença dessas tecnologias no cotidiano de parte da população brasileira. Uma pesquisa realizada pela empresa norte americana EMarketer (2016) apontou que até o final de 2016 um terço da população mundial passaria a utilizar plataformas de rede social, o que corresponde, segundo o levantamento, a aproximadamente 2,34 bilhões de pessoas. Em um dos relatórios da EMarketer, a empresa ainda cita o Brasil como o país que mais usa redes sociais na América Latina. Em tese elaborada por Cuervo (2016) a autora também realizou diversos levantamentos que apontam para a presença das redes sociais no ambiente familiar de jovens brasileiros. De acordo com dados apresentados pela autora, com base na pesquisa realizada pelo Projeto

18/34 da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS, 2015), às atividades realizadas por jovens ligadas à tecnologia são: acessar redes sociais (72%), ouvir música (65,5%), buscar informações na Internet (47,6%), assistir à televisão (25,3%) e interagir com games (21,2%). Observamos uma porcentagem elevada de jovens que utilizam das tecnologias para acessar redes sociais em busca de informação, dados que corroboram com a ideia de que essa tecnologia está bastante presente na sociedade brasileira contemporânea.

Para nossa pesquisa vamos considerar as redes sociais como plataformas de interação social e palco de manifestações culturais, políticas e sociais, bem como espaço de acesso e uso da informação. Retomando a proposta de Ferrari e Assis (2017) que afirma que as redes sociais possibilitaram que os seus usuários passassem a atuar como agentes de mediação de informação, é importante observarmos como os conceitos de poder, dominação e empoderamento abordados anteriormente se manifestam nestes espaços. Uma forma de dominação proporcionada pelos espaços virtuais é a utilização desses meios para dar acesso à informações e dados tendenciosos que beneficiem o ponto de vista de um indivíduo pelo fato da informação compartilhada por ele ser justificável pela sua posição social. A dominação ocorre quando o sujeito se utiliza dessa justificativa para disponibilizar acesso a informações sobre determinados grupos sociais que reforçam a perspectiva da sociedade onde esses grupos são vistos de maneira pejorativas, ou como Foucault (2005) menciona, como párias. Retomando os estudos de Collins (2016), em que a imagem da mulher negra é definida por um grupo dominante com a finalidade de subverter o outro à sua dominância, é possível tomarmos como exemplo um fato recente que contempla o uso das redes sociais como plataformas de acesso a informação como forma de definir a imagem de determinados sujeitos ou culturas de maneira pejorativa (RATIER, 2019).

Esse exemplo foi um vídeo compartilhado por figuras políticas proeminentes considerado como conteúdo adulto, conteúdo que a figura política em questão associou ao carnaval brasileiro como algo recorrente (RATIER, 2019), embora o conteúdo do vídeo se categorize como um evento isolado e que não contempla a tradição cultural citada. Essa associação entre um evento isolado e uma tradição popular como o carnaval brasileiro influenciou um grande número de pessoas que utilizam as redes sociais desta figura política como fonte de informação, dada sua influência e alcance (RATIER, 2019). Dessa forma, foi estabelecida uma imagem

estereotipada de uma manifestação cultural com base em fontes de informação pouco confiáveis e reproduzidas de maneira tendenciosa. Ratier (2019) afirma que essa é uma prática comum a discursos de ódio. Ratier (2019) afirma ser uma estratégia conhecida como, em tradução brasileira, *exemplar saliente*, definição utilizada pelo professor de Ciências Cognitivas e Linguística na Universidade da Califórnia em Berkeley George Lakoff. Lakoff (2018) em artigo publicado no jornal *The Guardian* defendeu que a estratégia de exemplar saliente é um caso fora da curva, geralmente raro e negativo, utilizado de forma sensacionalista para representar identidades sociais. Lakoff (2018) ainda afirma que é uma estratégia comum utilizada no método dos discursos de ódio, pois se configura por meio do “uso da linguagem para difamar, depreciar ou desumanizar uma classe ou grupo de pessoas atribuindo-lhes certas propriedades inerentes” (LAKOFF, 2018).

Esse exemplo demonstra que a utilização das redes sociais como meio de acesso e uso de informação pode também ser um meio de dominação e influência (LAKOFF, 2018) quando essas redes são utilizadas por indivíduos que ocupam posições hierárquicas privilegiadas. Dessa forma o discurso desses indivíduos é tido como legítimo e influenciável com base em sua própria posição dentro de uma estrutura de poder. Quando utilizadas como meios de propagar discursos de ódio, dando acesso somente a fontes de informação que justificam esse tipo de discurso, as redes sociais contribuem para a criação de estigmas e imagens pejorativas de identidades sociais que, por consequência dos impactos psicológicos e sociais que resultam desse tipo de discurso, tornando mais fácil sua dominação (CRUZ, 2012).

Outro fenômeno referente ao uso da informação em plataformas de redes sociais para influenciar indivíduos são as *fake news*. Segundo Paula, Silva e Blanco (2018) *fake news* são informações disseminadas com o objetivo de informar o leitor sobre determinados fenômenos e expressar pontos de vista, entretanto o conteúdo dessas notícias é parcialmente ou totalmente falso. Paula, Silva e Blanco (2018) discorrem sobre o fato de o termo ter ganhado popularidade nas eleições dos Estados Unidos da América no ano de 2016, uma vez que ocorreram polêmicas relacionadas ao uso de *fake news* para influenciar os resultados das eleições. Observamos aqui outro exemplo do acesso à informação em plataformas de redes sociais como uma forma de manipular a opinião de um grupo de pessoas, justificando o poder que a informação tem quando associada a plataformas de redes sociais.

Em contrapartida, esses espaços de manifestação social, política e cultural e também de acesso e uso de informação, como as redes sociais, tem sido ocupado por grupos que têm seu discurso deslegitimado pelo discurso dominante. Entre esses grupos focamos especificamente no dedicado ao movimento LGBTQI+, onde é dado acesso a diversas fontes de informações que são do interesse dos seus integrantes, por tratarem de temáticas que afetam diretamente o próprio movimento. Neste cenário, os atores sociais se valem da informação como um elemento de redimensionamento das relações de poder que incidem sobre o afeto e sexualidade da comunidade LGBTQI+.

6 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foi selecionado o grupo de *Facebook* intitulado LGBTQI+ Resistência pela democracia. Em agosto de 2018 as primeiras aproximações com o grupo começaram a ser feitas, ao mesmo tempo que outros espaços virtuais destinados a comunidade LGBTQI+ eram explorados a partir de observação online sem que nesse período tivessem sido estabelecidos critérios. Os objetivos foram obter as primeiras impressões a respeito dos grupos, das interações sociais que neles ocorrem e suas ferramentas. A escolha do referido grupo se deu após a constatação de que, entre os diversos espaços virtuais dedicados a comunidade LGBTQI+ explorados, o grupo selecionado demonstrou ser o mais adequado para realização desta pesquisa. Isso se justifica pelo fato de que o grupo foi originado com o propósito de servir como um espaço de acesso à informação pertinente ao movimento LGBTQI+ como uma forma de articular e empoderar o movimento como um coletivo que vem sendo fortemente atingido por mudanças políticas recentes na sociedade.

Criado na data de 10 de setembro de 2018, o grupo surgiu em meio a fortes movimentos e mudanças políticas no cenário brasileiro. Nesse contexto, o grupo é desenvolvido com o objetivo de fazer oposição a formas de governo autoritárias que ameaçam diretamente a população LGBTQI+, além de várias outras identidades e coletivos sociais. De acordo com a descrição do próprio grupo escrita por seus moderadores:

Nosso grupo é um espaço de articulação e empoderamento da nossa comunidade. Aqui, todas as “letras” são bem-vindas, e todos os gêneros e orientações. Heterossexuais cisgêneros também são bem-vindos na qualidade de aliados de nossa luta no enfrentamento do fascismo, do racismo, do patriarcado e da heterocisnormatividade. (LGBTQI+: RESISTÊNCIA PELA DEMOCRACIA, 2018)

Atualmente o grupo tem aproximadamente 326.456 membros e uma média de 20 postagens diárias de acordo com a média elaborada pelo Facebook. Em relação ao conteúdo informacional compartilhado, os membros do grupo são bastante participativos nas discussões em torno das informações compartilhadas no grupo, uma vez que as postagens contemplam um número razoavelmente grande de comentários. Também foi constatado, numa análise de menor profundidade, que existem divergências entre os membros sobre temáticas pertinentes ao movimento

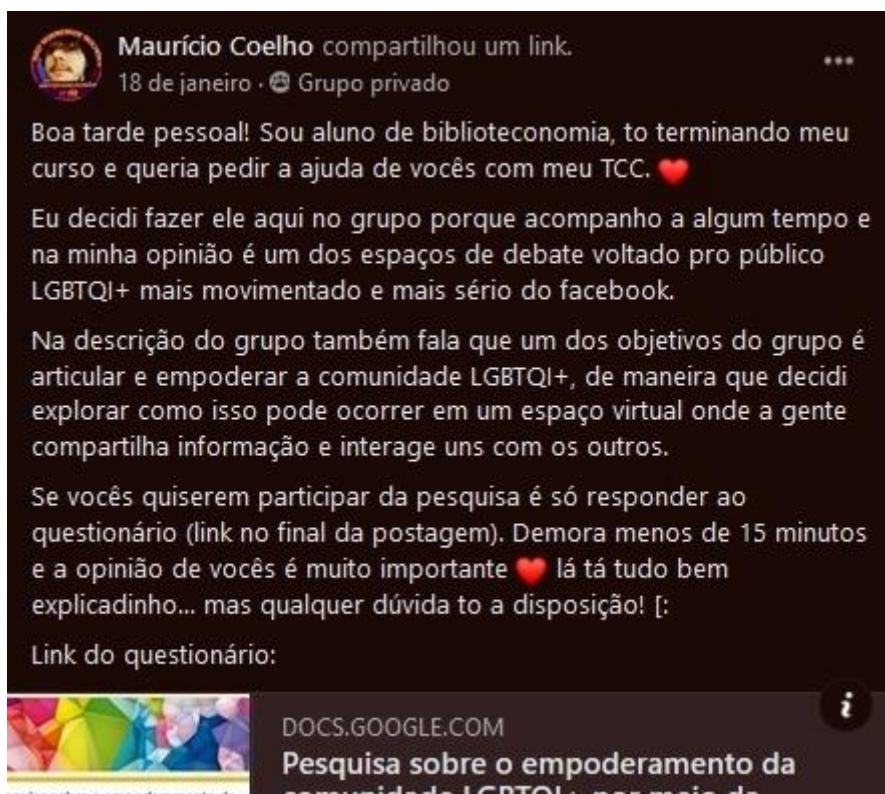
LGBTQI+, e que impedem a total articulação do movimento. Partindo dessa perspectiva, vamos nos valer do grupo como objeto de estudo para compreender como o processo de acesso e uso de informação auxilia em um possível empoderamento, bem como as citadas divergências entre os membros do grupo a respeito de abordar temas referentes a outros recortes sociais afetam esse processo de empoderamento.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada de abordagem quali-quantitativa (CRESWELL; PLANO CLARK, 2011) e de caráter exploratório (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995) e descritivo (VERGARA, 2000). A pesquisa descritiva, segundo Vergara (2000), trabalha com as características de determinada população ou fenômeno social, estabelece correlações entre variáveis e as define. Quanto à abordagem quali-quantitativa Creswell e Plano Clark (2011) a definem como uma abordagem mista que contempla tanto a coleta e análise de dados particulares dos métodos qualitativos e quantitativos tradicionais. Piovesan e Temporini (1995) afirmam que a pesquisa de caráter exploratório se apoia em princípios como a melhor aprendizagem por parte do autor quando ele parte de um objeto de estudo conhecido, busca ampliar seu conhecimento e pressupõe a elaboração e resposta de perguntas racionais.

Esse processo exploratório foi fundamental para balizar interpretações de caráter descritivo e ocorreu do mês setembro de 2019 a janeiro de 2020. A exploração se deu por meio de interações com outros usuários em torno das informações disponibilizadas para acesso. As interações ocorreram nos comentários de publicações de membros do grupo, tendo como objeto de discussão principal as informações acessadas e fenômenos relacionados ao movimento LGBTQI+ que essas informações abordavam.

A figura abaixo ilustra a última interação do autor com o grupo, em 18 de janeiro de 2020:

Figura 1: Última interação do autor com o grupo.



Fonte: dados do autor

Para a realização da pesquisa nos valem os procedimentos de netnografia. De acordo com Corrêa e Rozados (2017, p. 2) “a netnografia é uma ferramenta metodológica que amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional, pois permite o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço a partir do desenvolvimento e da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação (TICs)”. Para Godoy (1995) pesquisas de cunho etnográficas são facilmente associadas com a antropologia por serem utilizadas em estudos de populações originárias e minorias culturais.

O método netnográfico promove a adaptação de técnicas, procedimentos e padrões que são utilizados na etnografia tradicional para que também sejam utilizados em estudos de comunidades virtuais, bem como suas características culturais e comportamentais. Se a etnografia tradicional se ocupava com o estudo de culturas e comunidades humanas situadas em localizações geográficas delimitadas, o uso das tecnologias de informação e comunicação tornam possível estudar também os nichos sociais que vem se formando em ambientes digitais, bem como suas novas formas de comunicação e comportamento (CORRÊA, ROZADOS,

2017). Nesse sentido, segundo os autores a netnografia surge como um método de pesquisa que se baseia na observação de um campo online, utilizando de formas de comunicação e disseminação de informação mediadas por computadores como fonte de dados para compreensão e representação etnográfica de fenômenos culturais e sociais.

Por se tratar de um método já utilizado em estudos na área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia para compreender o comportamento informacional dos usuários (CORRÊA; ROZADOS, 2017) se mostrou pertinente para alcançar os objetivos da pesquisa correspondentes ao estudo do comportamento informacional e social da comunidade selecionada. Kozinets (2014) destaca as seguintes características do método netnográfico:

a) é *naturalista*, pois trabalha com o estudo das manifestações sociais que surgem de maneira espontânea dos usuários no ambiente virtual;

b) é *imersiva*, pois vai permitir que o pesquisador tenha uma compreensão profunda de seu objeto de estudo;

c) é *descritiva*, pois busca retratar uma determinada realidade, assim como os significados culturais e artefatos que se relacionam com essa realidade, artefatos estes que o autor utiliza como exemplo desenhos, símbolos, fotos, sons e vídeos;

d) é *multimétodos*, pois segundo o autor pode combinar diferentes instrumentos e técnicas de pesquisa, possibilitando novos insights através da triangulação;

e) e é *adaptável*, pois pode ser utilizada em diferentes ferramentas e suportes de comunicação e interação social no ambiente digital, como, por exemplo, fóruns de discussão, blogs, wikis, sites de redes sociais, podcasts e outros.

Nesse sentido a utilização da metodologia netnográfica engendra uma análise não apenas da comunicação realizada pelos usuários da comunidade virtual

selecionada, mas também suas manifestações sociais e culturais e características pertinentes do seu comportamento informacional dentro do contexto sociocultural no qual o grupo se insere.

Quanto à coleta de dados com o método netnográfico ela abrange três tipos de informação, a saber: *dados arquivados*, *dados extraídos* e *dados de notas de campo*. Os *dados arquivados* são referentes aos dados publicados espontaneamente pelos usuários da comunidade digital sem que haja estímulos por parte do pesquisador. Os *dados extraídos* são aqueles obtidos das interações do pesquisador com os usuários por meio de postagens no espaço digital ou com a aplicação de questionários, sendo o questionário o instrumento de coleta escolhida para esta pesquisa. Já os *dados de notas de campo* são aqueles produzidos por meio de observações pessoais por parte do netnógrafo sobre os membros da comunidade estudada, suas interações e significados. Esses dados são uma importante fonte de reflexão para o pesquisador a respeito dos eventos observados e de seus sentimentos, pensamentos e experiências durante o processo de pesquisa (KOZINETTS, 2014).

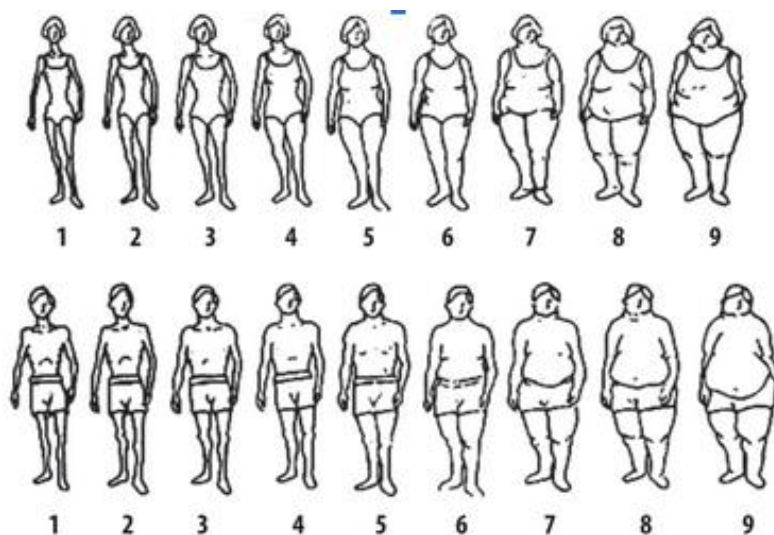
Para esta pesquisa foram coletados os dados extraídos por meio de questionário aplicado no grupo. A aplicação do questionário em 18 de janeiro de 2020 conseguiu alcançar um número de respostas bastante expressivo, totalizando 153 respostas e proporcionando uma quantidade de dados que permitiu encontrar respostas e reflexões importantes para o problema ao qual a pesquisa se propôs a trabalhar. Consideramos importante ressaltar também que por se tratar de um processo de pesquisa quali-quantitativa a subjetividade do autor contribuiu para a compreensão dos fenômenos a serem investigados.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas e está disponível no apêndice A deste documento. Parafraseando Corrêa e Rozados (2017) em uma pesquisa netnográfica as publicações espontâneas dos membros de espaços digitais podem não deixar claro suas intenções, motivações ou emoções envolvidas no processo comunicativo. Nesse caso o autor e autora sugerem uma abordagem mais direta por parte do pesquisador junto aos indivíduos do grupo com aplicação de questionários e entrevistas. Moresi (2003) afirma também que a pesquisa quantitativa gera dados estatísticos confiáveis e de fácil utilização. A aplicação do questionário possibilitou compreendermos o perfil dos indivíduos que compõem o grupo digital LGBTQI+ selecionado, seu comportamento informacional e

também coletar dados quanto às percepções dos membros a respeito da relação entre o acesso e uso da informação em espaços virtuais e o empoderamento dos membros da comunidade virtual.

Para a aplicação do questionário utilizamos as ferramentas do Google Drive, mais especificamente o Google Forms, que permitiu a elaboração de questionários de fácil acesso ao público em espaços digitais ao mesmo tempo que preservou a identidade dos correspondentes, resguardando dessa forma sua privacidade. O questionário foi desenvolvido com perguntas abertas e fechadas e, quanto ao caráter das perguntas, o questionário foi composto por 19 perguntas e dividido em blocos temáticos, sendo as seis primeiras questões de caráter perfilatório que abordam aspectos demográficos cuja finalidade é identificar a população dentro do grupo por meio de categorias como gênero, raça, sexualidade, dentre outras. Entre as questões que se propõem a identificar o perfil dos respondentes, a questão de número 5, que permite ao respondente selecionar o corpo com o qual se identifica, utilizou um conjunto de silhuetas propostas por Stunkard et al. (1983):

Figura 2: Escala de silhuetas de Stunkard (1983) utilizada na questão 5 do questionário desta pesquisa.



Fonte: Conjunto de silhuetas proposta por STUNKARD, A. J. et al. (1983)⁶.

As questões de número 7 ao número 12 tiveram como principal objetivo coletar dados que possibilitem compreender o comportamento informacional dos

⁶ Disponível em <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Escala-de-silhuetas-Sorensen-e-Stunkard-13-Fig-1-Conjunto-de-silhuetas_fig1_256325260> Acesso em 20 Janeiro de 2020.

membros da comunidade virtual, bem como a forma como eles interagem entre si no espaço virtual. As questões de número 13 ao número 19 coletaram dados para compreendermos, por meio da subjetividade e da perspectiva dos respondentes, como o acesso e uso da informação e a interação em comunidades virtuais podem auxiliar no processo de empoderamento, bem como o fato de ser LGBTQI+ influência a experiência do indivíduo nesses espaços virtuais.

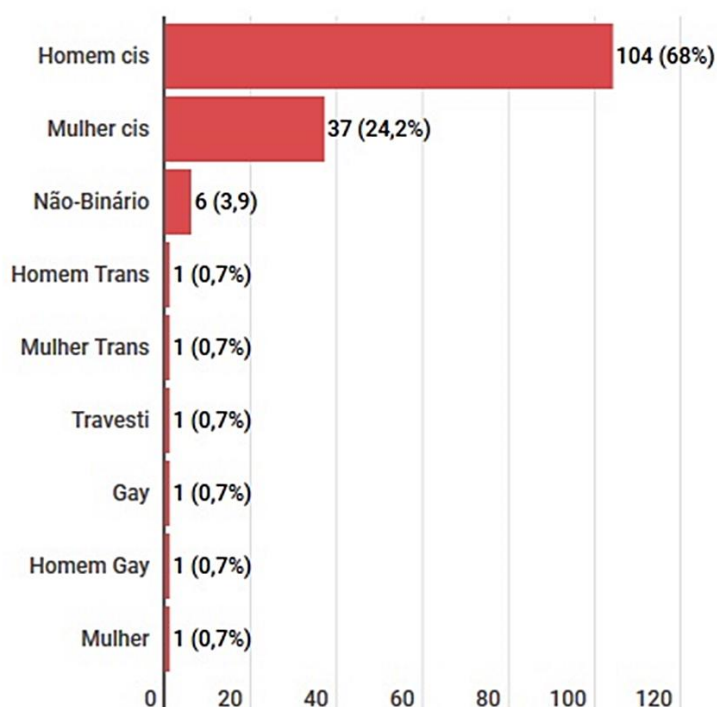
Para a análise dos dados coletados com o instrumento de pesquisa optamos pelo uso do Infogram, ambiente virtual que permite a criação de gráficos em formatos variados com a inserção dos dados da pesquisa. Preferimos o Infogram porque os gráficos criados pelo Google Forms não se mostraram claros o suficiente para uma boa representação dos dados coletados. Com o uso do Infogram foi possível criar gráficos que permitissem uma representação visual mais elucidativa dos dados coletados, propiciando um melhor suporte visual para a descrição da análise das respostas coletadas. Na forma de apresentação dos dados do segundo e do terceiro bloco optamos por apresentar as respostas mais instigantes, uma vez que, principalmente nas questões abertas, o número elevado de respostas impossibilitou que todas fossem apresentadas no texto. Nesse contexto, buscamos apresentar aquelas respostas cujos conteúdos são mais instigantes em relação ao fenômeno estudado.

7 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM O QUESTIONÁRIO

Neste espaço de escrita apresentamos as análises das 153 respostas que coletamos com o instrumento de pesquisa. Para conseguirmos apresentar os dados de maneira mais prática, optamos pela separação das questões em blocos temáticos, sendo que as questões de 1 a 6 vão formar o primeiro bloco e são de caráter perfilatório. Essas questões foram desenvolvidas com o intuito de caracterizar e melhor compreender quem são os indivíduos que participaram da pesquisa.

A questão 1 indagava os respondentes em relação ao seu gênero, em que foram estabelecidas previamente cinco opções de gênero e a opção outros com espaço para a inserção de outras identidades de gênero por parte do próprio respondente.

Gráfico 1: Gênero dos respondentes.



Fonte: dados da pesquisa

Os resultados mostram que houve um número pouco expressivo de respondentes não cisgêneros: a maior parte (68%, equivalente a 104 respostas) se identificou como homens cis, enquanto o segundo maior número de respostas foi de

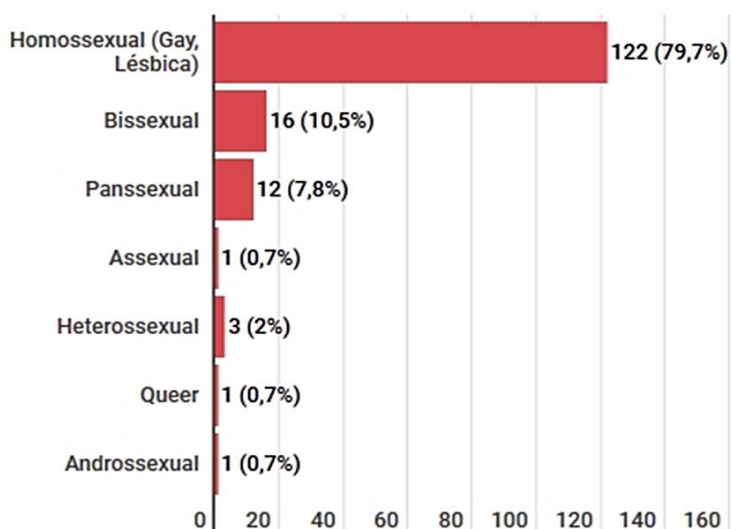
mulheres cis (24,2%, equivalente a 37 respostas). O terceiro maior número de respostas foi de pessoas não-binárias, com seis respondentes totalizando 3,9%. Infelizmente coletamos pouca participação de respondente trans fora do espectro de gêneros não-binários, sendo apenas uma resposta para homens trans, uma para mulheres trans e uma para travestis. Isso equivale a menos de 1% para cada categoria e reflete a questão da falta de representatividade em grandes coletivos LGBTQI+, muitas vezes por conta de silenciamento e reprodução de discursos discriminatórios dentro da própria comunidade, como aponta o relato da respondente 20 na questão aberta número 18, que se identificou como trans não-binária, lésbica e assexual e afirmou não se sentir confortável para interagir em espaços virtuais LGBTQI+, pois sofre uma série de agressões da própria comunidade LGBTQI+ ao se declarar trans e assexual.

Também tivemos a inserção de quatro novas categorias de gênero pelos respondentes, sendo elas: Gay, Homem Gay, Mulher e Travesti. Por compreender que a palavra gay é referente a uma manifestação sexual e afetiva, acreditamos que tenha acontecido um equívoco na diferenciação entre gênero e sexualidade. Já a categoria “mulher” acaba levantando o debate de que, do ponto de vista ideológico entre alguns subgrupos da comunidade LGBTQI+, o termo mulher cisgênero é ofensivo e a existência de pessoas trans estaria reforçando estereótipos de gênero estabelecidos por uma sociedade patriarcal (NUNES, 2018), sendo essa uma possibilidade pela qual a respondente sentiu a necessidade de criar uma nova categoria. A partir da observação espontânea do pesquisador como membro da comunidade virtual estudada durante o processo metodológico, observamos conflitos entre pessoas cisgêneras e pessoas trans, uma vez que constantemente as identidades de pessoas trans eram atacadas e algumas até decidiram abandonar o grupo devido às agressões. Também foi inserida a categoria “Travesti” por uma das respondentes. Tal categoria, conforme discute Carvalho (2016), se diferencia da categoria “Mulher Trans” por questões relacionadas à classe social e a reivindicação da identidade travesti como parte de uma luta de classes populares mais baixas, onde a imposição da moralidade da sociedade recai sobre as travestis de maneira mais violenta, rotulando-as como pervertidas e imorais. Em seu trabalho o autor entrevistou uma travesti e as palavras dela proporcionam uma reflexão interessante no que concerne aos aspectos que diferenciam as categorias mulher trans e travesti:

A impressão que dá é que as travestis... elas são oriundas de uma classe mais popular. As transexuais geralmente... quando você faz um desenho da onde ela vem, se você fizer o mapa da onde saiu essa transexual. Ela vem de uma classe média... de média para cima. A travesti, ela vem de uma classe social mais baixa. [...] e a classe baixa, ela é menos tolerante, entendeu? Então, se a família descobre um menino muito feminino, muito afeminado, ele... simplesmente corta, não aceita, vai embora. Se você não quer ser homem, você vai embora da família. Acabou. E aí quando esse menino sai, ele vai procurar pares para se identificar e ele acaba se identificando com esse grupo que se autodenomina travesti. A transexual, também... quando tem um menino que está se descobrindo e tal. Essa família de classe média... ela não faz esse corte já num primeiro momento. No primeiro momento é um psicólogo, e quando vai para o psicólogo, existe a questão do CID-10, transexualismo, é doente, vamos tratar. Pode ser uma cura, pode não ser... vamos ver o que a gente faz. Então existe uma tolerância para essa outra figura, que quando conhece o grupo parecido com ela, vai se identificar com o grupo que se autodenominam transexuais. (CARVALHO, 2016)

A questão 2 é referente à sexualidade com a qual os respondentes se identificam. Assim como a questão anterior foram estabelecidas cinco opções e um espaço livre (outros) para a inserção de novas manifestações sexuais e afetivas. Essa questão, entretanto, foi estruturada como uma questão de múltipla escolha por considerar que algumas manifestações sexuais são referentes ao gênero das pessoas com quem o sujeito se relaciona, mas também existem termos para se referir à maneira e à frequência com que o indivíduo se relaciona, como é o caso do espectro da assexualidade.

Gráfico 2: Sexualidade dos respondentes.



Fonte: dados da pesquisa

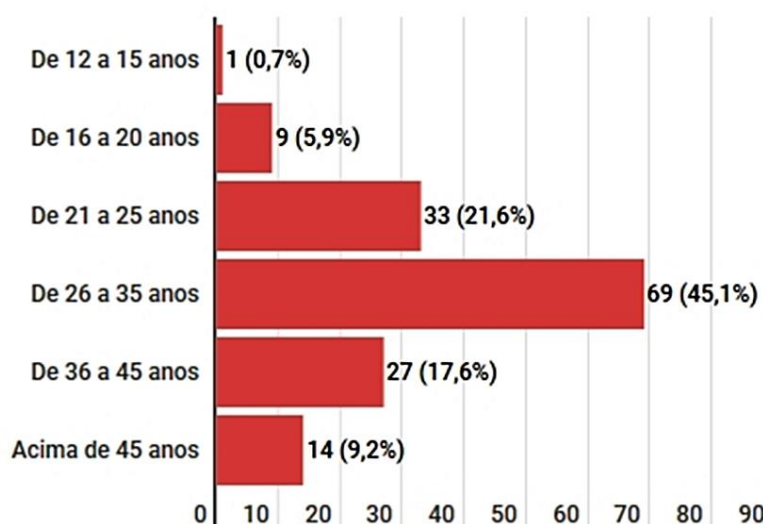
Identificamos uma maioria predominante entre as respostas, sendo que 122 dos respondentes se identificaram como homossexuais, categoria que inclui homens gays e mulheres lésbicas. Esse número equivale a 79,7% da população que participou da pesquisa. Notamos também que a segunda maior parte dos respondentes está dividida entre bissexuais com 16 respondentes (10,5%) e panssexuais com 12 respondentes (7,8%). Em seguida temos três respondentes (2%) que se identificaram como heterossexuais e somente um que se identificou como assexual (0,7%). O indivíduo que se identificou como assexual também se identificou como homossexual (gay ou lésbica), e aqui é interessante refletirmos novamente sobre a questão do silenciamento e da pouca representatividade mesmo em espaços voltados para a comunidade LGBTQI+, uma vez que os dados coletados justificam que mais de 90% da população alcançada e que se sentiu compelida a responder a pesquisa é composta por pessoas alossexuais. Para uma melhor compreensão, a alossexualidade é um termo frequentemente utilizado entre a comunidade assexual para se referir a pessoas que não são assexuais, ou seja, que vivenciam e experimentam a sexualidade da maneira mais comum e atrelada diretamente ao desejo e o ato sexual em si. Enquanto a assexualidade compreende que a atração pode ser romântica, estética, emocional ou de natureza sensual e não necessariamente o indivíduo sente a necessidade de se relacionar sexualmente para que a relação seja satisfatória (SILVA, 2019).

Nessa questão também foram inseridas duas novas manifestações sexuais, sendo elas androssexual (1 respondente, 0,7%) e *queer* (1 respondente, 0,7%). A androssexualidade é referente a atração sexual por homens ou pela performatização da masculinidade por parte de pessoas não-binárias, ou seja, é relevante por se referir à pessoas não-binárias que se relacionam exclusivamente com homens (SILVA, 2018). Já o termo Queer, quando usado de maneira identitária, se apresenta como antagônico as categorias mais estáveis conhecidas, como gays e lésbicas, por exemplo, pois não se alinha diretamente com qualquer categoria específica de identidade (ALMEIDA, 2004). Observamos que os algoritmos do *Facebook* alcançaram, mesmo em um dos maiores grupos LGBTQI+ do *Facebook*, uma maioria de pessoas cisgênero e homossexuais, principalmente homens gays.

Relacionamos esses dados com a manifestação do respondente 151 na questão 18 que afirmou não se sentir confortável em participar desses espaços porque os gays o oprimem muito por ser gordo. Fizemos essa relação com essa manifestação em específico para refletirmos que esse tipo de desconforto é relatado frequentemente por pessoas racializadas, não cisgêneras e gordas que alegam não se sentirem muito confortáveis dentro de espaços virtuais LGBTQI+. Ponderando que os algoritmos do *Facebook* funcionam de maneira a mostrar para o usuário publicações e informações somente das páginas e grupos com os quais eles mais interagem, podemos considerar que isso afetou o alcance do objeto de estudo. Isso se justifica porque aqueles que não se sentem muito propensos ou confortáveis para interagir na comunidade virtual estudada, devido aos discursos discriminatórios que se manifestam no grupo, podem não ter tido acesso ao instrumento.

A questão 3 indagou a idade dos respondentes para compreender melhor a faixa-etária dos membros do grupo.

Gráfico 3: Faixa-etária dos respondentes.

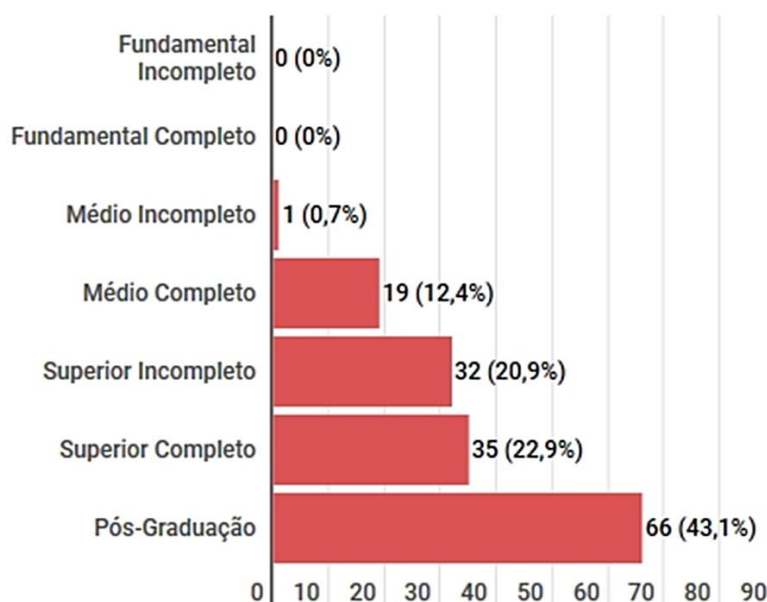


Fonte: dados da pesquisa

Constatamos que, dos usuários alcançados com o instrumento de pesquisa dentro do grupo de *Facebook*, os respondentes são majoritariamente compostos por adultos de 20 a 45 anos, enquanto o número de jovens totaliza menos de 10% dos indivíduos que participaram da pesquisa quando considerarmos o único

respondente (0,7%) que selecionou a categoria de 12 a 15 anos e os nove respondentes (5,9%) que selecionaram de 16 a 20 anos. Analisamos esses dados juntamente com os dados da **questão 6**, referente ao nível de ensino dos respondentes, conforme ilustra o gráfico abaixo. Analisamos os dados dessas duas questões de maneira cruzada porque defendemos que dessa forma foi possível desenvolver análises mais relevantes e instigantes.

Gráfico 4: Nível de ensino dos respondentes.



Fonte: dados da pesquisa

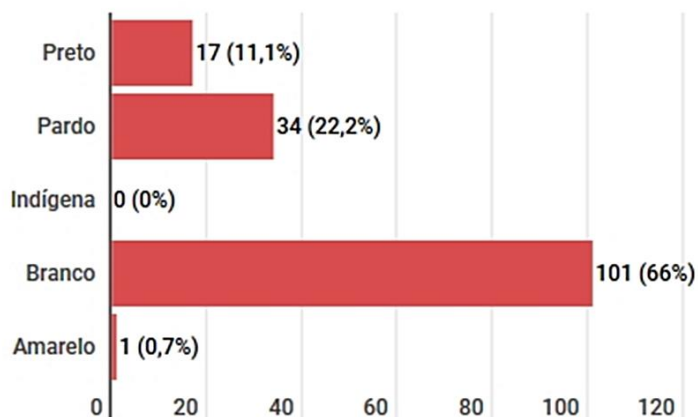
O gráfico aponta que 66 dos respondentes (43,1%) estão cursando ou cursaram pós-graduação. Também identificamos uma faixa-etária predominante entre os indivíduos que selecionaram pós-graduação, uma vez que cerca de 50 respondentes que selecionaram esse nível de ensino também afirmaram ter entre 26 e 35 anos. Além disso, em segundo lugar temos superior completo com 35 respostas (22,9%) seguido pelo superior incompleto com 32 respostas (20,9%). Consideramos que, nos valendo também dos dados referente à idade dos respondentes, uma porcentagem predominante entre eles é composta de adultos com ensino superior completo ou incompleto e pós graduação, enquanto somente um indivíduo (0,7%) afirmou ter o ensino médio incompleto e o mesmo afirmou ter entre 12 e 15 anos. Temos ainda 19 indivíduos (12,4%) que afirmaram ter o ensino médio completo.

Esses dados podem indicar que, dentro da comunidade virtual onde o trabalho foi aplicado, pessoas adultas e com maior afinidade a pesquisa acadêmica se sentiram mais à vontade para responder a pesquisa, enquanto a mesma talvez não tenha despertado tanto interesse em um público mais jovem. Outro fator interessante a ser considerado é que nas etapas iniciais da pesquisa, em que foi realizada uma observação espontânea de diversas comunidades virtuais voltadas para o público LGBTQI+, as comunidades voltadas para relacionamentos afetivos tinham um número maior de membros jovens, enquanto as comunidades voltadas para acesso à informação, debate político e ativismo possuíam um público mais adulto.

A comunidade escolhida para esta pesquisa se vale bastante de discussões que contemplam temáticas políticas, de acessibilidade, empoderamento e discursos de ódio e talvez a forma com que esses assuntos são tratados dentro da comunidade não seja tão atraente ao público mais jovem, conforme justificam os dados. Entretanto, é importante ressaltar também que, embora entre os respondentes não tenham sido contemplados muitos jovens LGBTQI+, diversos estudos e projetos têm mostrado que existe a tendência cada vez maior por parte da juventude LGBTQI+ a se interessar por informações relacionadas aos direitos humanos e articulação política voltada para a comunidade LGBTQI+, como é o caso do trabalho de Franch (2012) que retrata movimentos protagonizados pela juventude LGBTQI+.

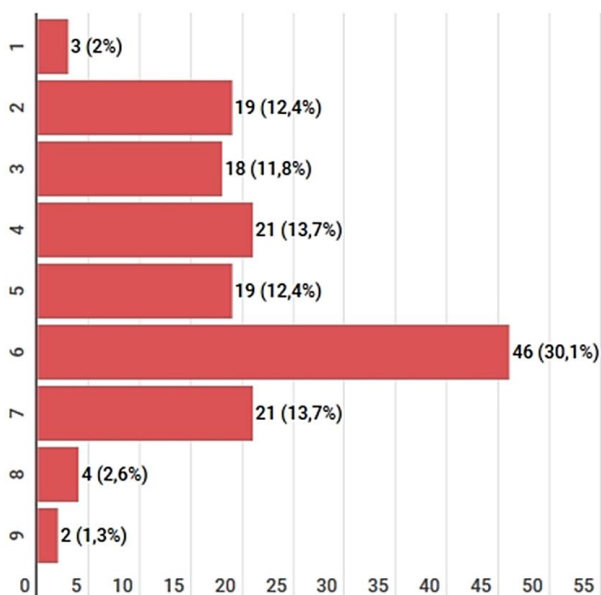
O questionário possui ainda duas questões voltadas para a identificação do perfil dos respondentes da pesquisa. **A questão 4**, referente à etnia do respondente, onde foram pré-estabelecidas cinco categorias e a categoria *outros* para a inserção de novas categorias. **A questão 5**, em que foi utilizado o conjunto de silhuetas de Stunkard et al. (1983) que apresenta uma imagem com uma escala de corpos de 1 a 9, sendo o corpo 1 extremamente magro e o corpo 9 extremamente gordo. O conjunto de silhuetas pode ser conferido na figura 1 deste trabalho, localizada na página 47, referente à metodologia utilizada na pesquisa. Novamente analisamos as duas questões de maneira cruzada com o objetivo de gerar reflexões instigantes.

Gráfico 5: Etnia dos respondentes.



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 6: Corpos dos respondentes



Fonte: dados da pesquisa

Na Figura 6 o primeiro dado que chama atenção é referente ao número de respondentes que se declaram brancos, somando 101, número equivalente a 66% da pesquisa. O segundo maior número foi de correspondentes se identificaram como pardos, somando 34 (22,2%) e o terceiro maior número foi de correspondentes declarados pretos, com 17 respostas (11,1%). Apenas um correspondente se identificou como amarelo (0,7%), nenhum se identificou como indígena e nesta questão não ocorreram inserções de novas categorias. Em relação à questão dos tipos de corpos dos respondentes, o número de respostas teve

menor variação de ocorrências numéricas entre as categorias selecionadas. Somente o tipo de corpo número 6 que teve um número de respostas mais destoante quando comparado aos outros, somando 46 (30,1%) no total, e os tipos de corpo 1 (três respostas, equivalente a 2%), corpo 8 (quatro respostas, equivalente a 2,6%) e o corpo 9 (duas respostas, equivalente a 1,3%) apresentaram números abaixo da média. Já os tipos de corpos 2, 3, 4, 5 e 7 tiveram margem de respostas aproximada, entre 11,8% e 13,7%.

É notável que, embora tenha grande diversidade entre os tipos de corpos com os quais os respondentes se identificaram, o corpo de número 6 se destacou com maior número de respostas e o mesmo pode ser considerado um corpo gordo. Cruzamos esse dado com os dados da questão de número 17, que indagaram os respondentes quanto aos discursos de ódio identificados pelos mesmos em espaços de acesso e disseminação de informação dedicados exclusivamente a comunidade LGBTQI+, de maneira a refletirmos que o discurso de ódio mais apontado pelos respondentes nesses espaços (110 respostas, equivalente a 71,9%) foram discursos de caráter gordofóbico. De acordo com Santos e Sanchoatene (2017) a gordofobia se caracteriza como uma aversão ao corpo gordo e a marginalização do mesmo, podendo resultar na exclusão dos mesmos em espaços voltados a relacionamentos afetivos e até mesmo a problemas psicológicos relacionados à autoestima.

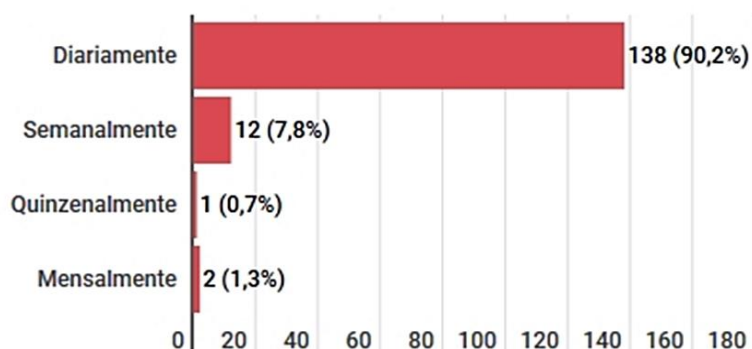
Até agora constatamos, por meio dos dados analisados, que a maioria dos respondentes são pessoas cisgêneras brancas, principalmente homens gays, entre 26 e 35 anos e que estão cursando pós graduação. Observamos que os dados da **questão 5**, referente aos tipos de corpos dos respondentes, e os dados da **questão 17**, referente aos discursos de caráter gordofóbicos como discursos predominantes dentro das comunidades virtuais LGBTQI+, demonstram que os membros do grupo vivenciam um tipo de exclusão e discriminação dentro da própria comunidade. Dessa forma, justificamos a importância da representatividade mesmo nesses espaços uma vez que elas permitem que membros da comunidade LGBTQI+ se manifestem a respeito de discursos de ódio e formas de opressão que ocorrem dentro da própria comunidade. Como foi apontado por Fry (1993) o movimento LGBTQI+ foi, historicamente, palco de uma visibilidade predominantemente branca

e homossexual que, em diversos eventos históricos, se mostrou resistente quanto a pautas que abordassem problemáticas relacionadas a outros fenômenos e identidades sociais que não fossem relacionados a homossexualidade masculina.

Agora realizaremos a análise das questões de número 7 a 12 que tem por objetivo coletar dados a respeito do comportamento informacional dos membros da comunidade virtual estudada. Por se tratar de uma comunidade que tem como principal característica o acesso e uso de informação, julgamos importante compreender as características comportamentais dos usuários no que diz respeito ao uso da informação. Julgamos que o comportamento informacional afeta a interação entre os membros da comunidade e, portanto, o objetivo principal do grupo, que é o empoderamento dos seus membros.

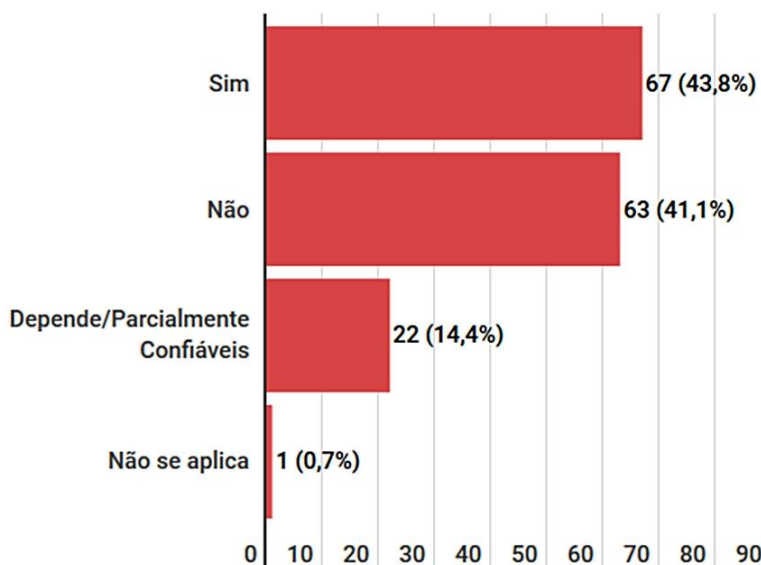
A questão 7 se propõe a compreender com que frequência os respondentes utilizam as redes sociais como fonte de informação, enquanto **a questão 8** tem como objetivo compreender, da perspectiva dos respondentes, a confiabilidade das plataformas de redes sociais como fontes de informação. A questão de número 8 era aberta e instruiu os respondentes a responder se sim, consideravam as redes sociais como fontes de informações confiáveis, ou não, não consideravam, justificando sua resposta. Analisamos essas duas questões de maneira cruzada para produzir *insights* mais instigantes do uso que os respondentes fazem das plataformas de redes sociais como fontes de informação.

Gráfico 7: Frequência de uso das redes sociais pelos respondentes



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 8: Confiabilidade das redes sociais segundo os respondentes



Fonte: dados da pesquisa

Dos 153 respondentes, 138 (90,2%) apontaram usar as plataformas de redes sociais diariamente, seguidos de 12 (7,8%) que afirmaram usar semanalmente, dois mensalmente (1,3%) e um (0,7%) quinzenalmente. Apesar da maioria ter afirmado utilizar as plataformas de redes sociais como fonte de informação diariamente, os dados da questão de número 8, referente a confiabilidade das redes sociais como fonte de informação, demonstram que, dos 153 respondentes, 63 (41,1%) não consideram as plataformas de redes sociais como fontes de informação totalmente confiáveis. Observamos também que 67 (43,8%) apontaram as plataformas de redes sociais como seguras, 22 (14,4%) afirmaram que são parcialmente confiáveis e que depende do uso consciente que se faz da informação, enquanto um único respondente (0,7%) respondeu “Grupos de direitos humanos e organizações civis”. Essa última resposta inserimos na categoria “não se aplica”.

Os que apontaram não considerar as redes sociais como uma fonte de informação confiável justificaram, de maneira predominante, as *fake news* como o fenômeno mais preocupante dessa fonte de informação. Paula, Silva e Blanco (2018) também apontaram para a problemática das *fake news* em plataformas de redes sociais e sites de notícias, uma vez que esse fenômeno busca influenciar a subjetividade do seu leitor com base em informações parcialmente ou

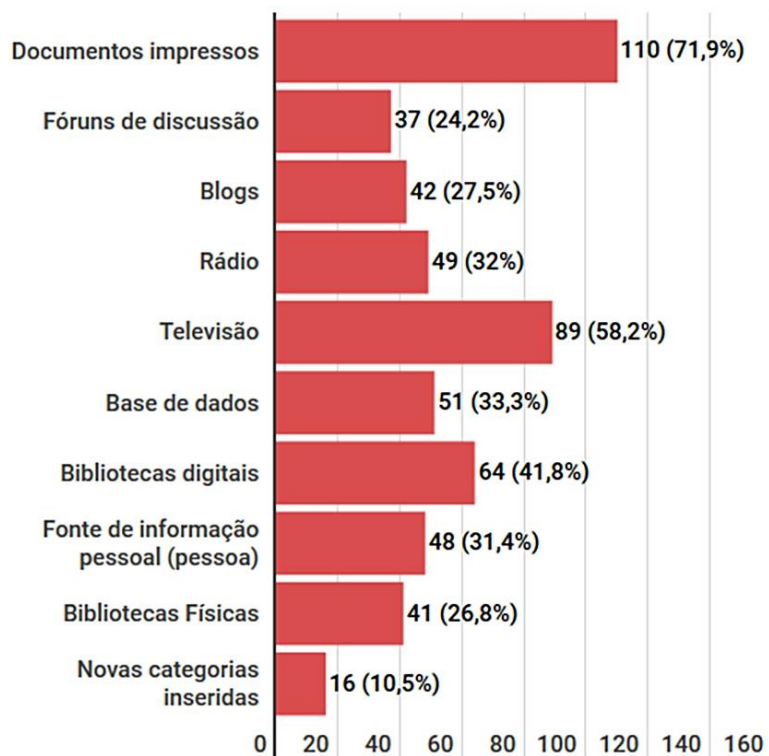
completamente falsas. Nesse contexto, o respondente 16 comunica não considerar as plataformas de redes sociais confiáveis porque são “território em disputa com as agências produtoras de *Fake News*.” Em contrapartida, os que defendem a confiabilidade do espaço virtual alertam para a necessidade de se verificar as fontes das notícias que são compartilhadas e possíveis discursos discriminatórios com viés ideológico. O respondente 72 relatou não serem confiáveis e justificou:

Não. As redes sociais detêm um poder muito incisivo por isso as mensagens inverídicas fazem parte deste meio, por isso necessário ter cuidado ao compartilhar qualquer tipo de texto, buscando de sites oficiais e mesmo nestes ter cuidado, pois mesmo diante do jornalismo há o limite para a liberdade de expressão. Esse procedimento é necessário para que posteriormente o indivíduo não venha a responder por crime contra a honra, sendo eles, calúnia, difamação e injúria. (Homem Cisgênero, Gay, Preto)

O respondente 122 defendeu achar importante o acesso a informações verificadas por meio de redes sociais, “justamente para combater a proliferação de matérias enganosas” e tornar esses espaços mais seguros, pois tem um grande potencial de inclusão e acesso à informação. Alguns respondentes ainda apontaram que somente consideram as redes sociais confiáveis quando a fonte que acessam nela é compartilhada por alguém que conhecem, ou seja, uma fonte de informação pessoal. O respondente 71 informa que, para serem consideradas fontes de informação confiáveis, as redes sociais precisam que seus usuários tenham a capacidade de realizar um olhar crítico para a informação que estão consumindo e que, por conta de “uma educação bancária e acrítica”, grande parte da população não consegue fazer isso. Refletimos que, embora grande parte da comunidade entrevistada use as redes sociais como fonte de informação, igualmente uma grande parte não considera as mesmas como fontes de informação confiável, mas segue utilizando pela sua praticidade.

A questão 9 permitiu que os respondentes informassem quais outros meios além das redes sociais eles utilizavam para acessar a informação. A questão se caracteriza como de múltipla escolha, de maneira que os respondentes selecionaram mais de uma das categorias disponíveis.

Gráfico 9: Outros suportes de informação utilizados pelos respondentes.



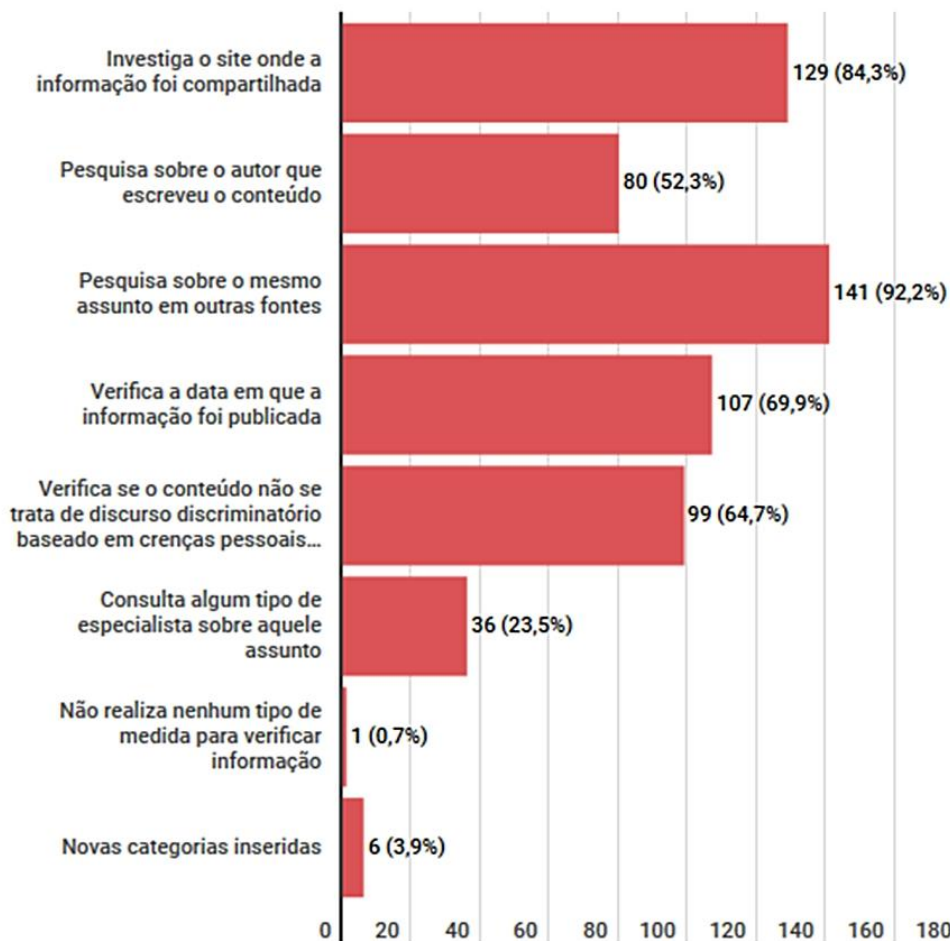
Fonte: dados da pesquisa

Dos 153 respondentes, 110 (71,9%) afirmaram utilizar os documentos impressos (livros, periódicos, jornais, etc.) como principal fonte de informação, seguido pelas categorias televisão (89 respostas, 58,2%) e bibliotecas digitais (64 respostas, 41,8%) como segunda e terceira opções. Bases de Dados e Fontes de Informação pessoal (pessoa) também se destacaram, com 51 seleções (33,3%) e 48 seleções (31,4%) respectivamente. Nessa questão, além das 9 categorias pré-estabelecidas, os respondentes adicionaram novas categorias como Jornais eletrônicos e/ou digitais, conversar com quem “estuda” o fato (ou seja, novamente uma fonte de informação pessoal), Sites de notícias, entre outros. Nas novas categorias inseridas, as categorias jornais online e sites de notícias foram inseridas cinco e seis vezes, respectivamente, apontando novamente para o uso frequente de fontes de informações virtuais. Muitos dos que selecionaram documentos impressos como fontes de informação também selecionaram as categorias referentes a fontes de informações virtuais, comportamento que demonstra o hábito de explorar fontes de informação em diferentes suportes de informação. Isso provavelmente se justifica, como indicaram as questões referentes ao perfil dos respondentes, pelo fato da maioria da população entrevistada cursar ensino superior e pós-graduação.

Até aqui observamos um perfil mais acadêmico por parte dos respondentes, voltado para fontes de informação mais especializadas, bem como as fontes de informação virtual e pessoal, sempre justificando a confiabilidade da fonte de informação pessoal pelo domínio que a pessoa tem do assunto. As respostas da questão ainda corroboram com a perspectiva apresentada por Cipriano (2015) de que as fontes de informação virtuais estão se tornando cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e se caracterizando muitas vezes como a principal fonte de informação.

A questão 10 procurou compreender o comportamento dos respondentes quando identificam uma informação que consideravam suspeita como sendo falsa ou parcialmente falsa, elencando algumas categorias a respeito de ações que eles podem tomar nessas situações. Essa também foi uma questão de múltipla escolha, possibilitando que um mesmo respondente selecionasse mais de uma categoria.

Gráfico 10: Comportamento dos respondentes em relação a informações pouco confiáveis

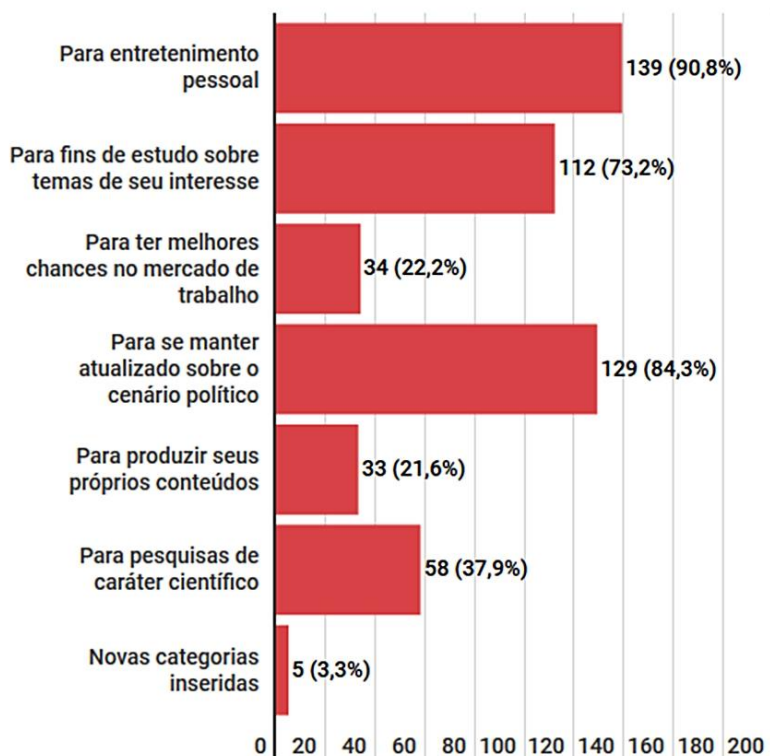


Fonte: dados da pesquisa

Dos 153 respondentes, 141 (92,2%) indicam consultar outras fontes de informação a fim de validar a informação encontrada, 129 (84,3%) apontam que investigam a fonte de informação (site) na qual encontraram a informação e ainda 107 (69,9%) afirmam verificar se o conteúdo não se trata de discurso discriminatório baseado em crenças pessoais do autor, bem como um grande número (80 pessoas, 52,3%) também afirmam pesquisar o histórico do autor responsável pela informação. Novamente percebemos um comportamento informacional muito consciente em relação às fontes de informação e o uso das mesmas por parte dos respondentes. Somente um respondente (0,7%) selecionou categoria “Não realiza nenhum tipo de medida para verificar a informação”. Alguns respondentes adicionaram mais categorias, indicando ainda mais cuidado na forma como se comportam em relação a informações que desconfiam não serem confiáveis. Categorias inseridas como “Denúncia da informação” e “Faço *fact checking* em sites especializados em desmentir as notícias falsas” demonstram, justamente das demais categorias pré-estabelecidas, que os respondentes têm grande preocupação em relação à veracidade e uso adequado da informação, bem como utilizam de diversos meios para lidar com informações pouco confiáveis.

A questão 11 teve como objetivo compreender para quais finalidades os usuários utilizavam as informações acessadas na *web*. Semelhante às questões anteriores, essa também foi uma questão de múltipla escolha.

Gráfico 11: Uso da informação acessada na *web*



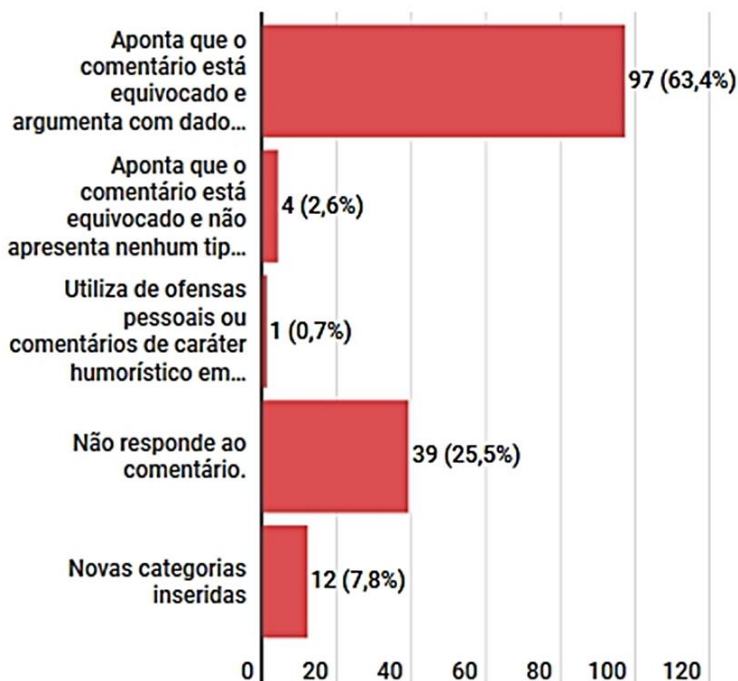
Fonte: dados da pesquisa

Dos 153 respondentes, os dados indicam que a maioria, total de 139 respondentes (90,8%), afirma acessar a informação na *web* para entretenimento pessoal seguidos de 129 (84,3%) respondentes que afirmam usar a informação para se manter informado sobre o cenário político. Ainda 112 respondentes (73,2%) apontam que acessam a informação em espaços da *web* para fins de estudo. Um número menor, de 33 respondentes (21,6%), informa que utiliza a informação na *web* para produzir seus próprios conteúdos. Novamente retomamos dados das questões anteriores para entrecruzar com estes e refletir que, até o momento, podemos perceber que a parcela da comunidade entrevistada que se dispôs a responder o questionário possui um perfil acadêmico, acessando bases de dados e outras fontes de informações com produções científicas. Os respondentes também demonstram explorar a potencialidade das fontes de informação como meio de acesso à variadas formas de conhecimento (CARRIZO SAINERO, 1994) e usar as informações acessadas nas plataformas de redes sociais para produzir novos conteúdos.

Ademais é interessante observar que o uso que o grupo faz da informação está vinculado à articulação e ao movimento político nacional, uma vez que o segundo maior número de respostas foi referente a informações relacionadas ao cenário político brasileiro. Isso é justificável pela própria proposta de articulação política e empoderamento da comunidade virtual, uma vez que os direitos das identidades sociais que compõem a comunidade LGBTQI+ estão diretamente afetados por mudanças políticas, logo também afetam o processo de empoderamento. Poucas pessoas (34, 22,2%) indicaram usar a informação disponibilizada no espaço *online* para ter melhores chances no mercado de trabalho, reforçando a perspectiva de que o perfil dos respondentes é predominante mais voltado para a pesquisa quando se trata do uso da informação e de espaços de acesso à informação.

A questão 12 buscou compreender como os respondentes do estudo reagem ao identificar, em uma comunidade virtual, um comentário feito por um membro daquela comunidade cujo conteúdo do comentário o respondente não concorda. Foram pré-estabelecidas quatro categorias de respostas, sendo elas: aponta que o comentário está equivocado e argumenta com dados e fatos relevantes; aponta que o comentário está equivocado e não apresenta nenhum tipo de dado ou fato; utiliza de ofensas pessoais ou comentários de caráter humorístico em resposta ao comentário e; não responde ao comentário.

Gráfico 12: Reação dos respondentes aos comentários com os quais não concordam



Fonte: dados da pesquisa

Dos 153 respondentes, a maioria (97, equivalente a 63,4% das respostas) afirmou que, ao se deparar com comentários que não concorda, inicia uma discussão apresentando fatos e dados relevantes. A segunda maior parcela de respondentes (39, equivalente a 25,5% das respostas) informou que apenas ignora o comentário, evitando discussões. Poucas pessoas (quatro, equivalente a 2,6% das respostas) afirmam responder ao comentário com o qual não concordam, mas não se importam em apresentar fatos ou dados. Apenas um indivíduo (0,7%) aponta que utiliza de ofensas pessoais ou comentários irônicos para responder ao comentário com o qual não concorda. O que mais nos chamou a atenção durante a análise dos dados dessa questão foram as respostas inseridas pelos respondentes. Entre as respostas inseridas, observemos o relato dos respondentes 119 e 143, respectivamente:

Depende muito das circunstâncias, mas em geral, só comento quando acredito ter um espaço para uma construção de conhecimento. Não comento quando percebo que o perfil pode ser um robô ou um fanático de alguma corrente de pensamento. (Homem cisgênero, Gay, Branco)

Depende da situação, se é algo mais complexo, que é possível que a pessoa tenha dito por genuína falta de informação, eu vou na primeira opção. Se é um comentário absurdo, preconceituoso, de uma pessoa obviamente sem conserto, aí eu vou na terceira, afinal eu tenho que rir de alguma coisa nessa desgraça toda. (Homem cisgênero, Gay, Branco)

O respondente 67 disse que aponta os equívocos no comentário e apresenta argumentos, mas utiliza de “ofensas pessoais leves e comentários de caráter humorístico” para provocar pessoas com visões políticas que considera problemáticas, enquanto o respondente 22 afirmou que apresentava dados e argumentos, mas hoje em dia considera que a ciência e as evidências não são levadas a sério porque as pessoas estão muito apegadas as suas próprias crenças, então prefere ignorar o comentário.

Essa também foi a questão com o maior número de novas categorias introduzidas pelos respondentes, totalizando um total de 12 novas categorias, somando 7,8% da pesquisa. Nessas novas categorias inseridas, os respondentes apontaram que a reação deles depende da situação e de quem postou o comentário. Optamos por não colocar todas as novas categorias expostas separadamente no gráfico e, no lugar disso, a soma do percentual delas, uma vez que a quantidade de texto utilizada pelos respondentes para criar as categorias foi muito grande, impossibilitando a criação de um gráfico claro e cognoscível com elas.

Essa última questão do segundo bloco temático demonstra que existe uma preocupação por parte dos respondentes em desconstruir pensamentos que consideram equivocados ou problemáticos e apresentar conhecimentos, por meio das novas categorias inseridas. Também foi possível observar que essa preocupação somente se aplica com indivíduos que não são considerados “casos perdidos”, ou seja, que estejam abertos ao diálogo e não demonstram nenhum tipo de fanatismo ou discurso de ódio. A manifestação em uma das respostas referente à preocupação com o aumento da desvalidação da ciência e das evidências científicas justifica novamente o perfil mais acadêmico e voltado à pesquisa de parte dos respondentes. Durante a observação espontânea realizada no grupo de *Facebook* que serviu de comunidade virtual para a pesquisa, também foi perceptível essa característica uma vez que, dentro do espaço virtual, diversas pesquisas em nível de conclusão de curso e mestrado a respeito da comunidade LGBTQI+ são divulgadas esporadicamente, sendo esta uma delas.

Analisaremos agora as questões do último bloco de perguntas que tem por objetivo compreender como o acesso e uso da informação e a interação social em comunidades virtuais, da perspectiva dos membros do grupo, possibilitam

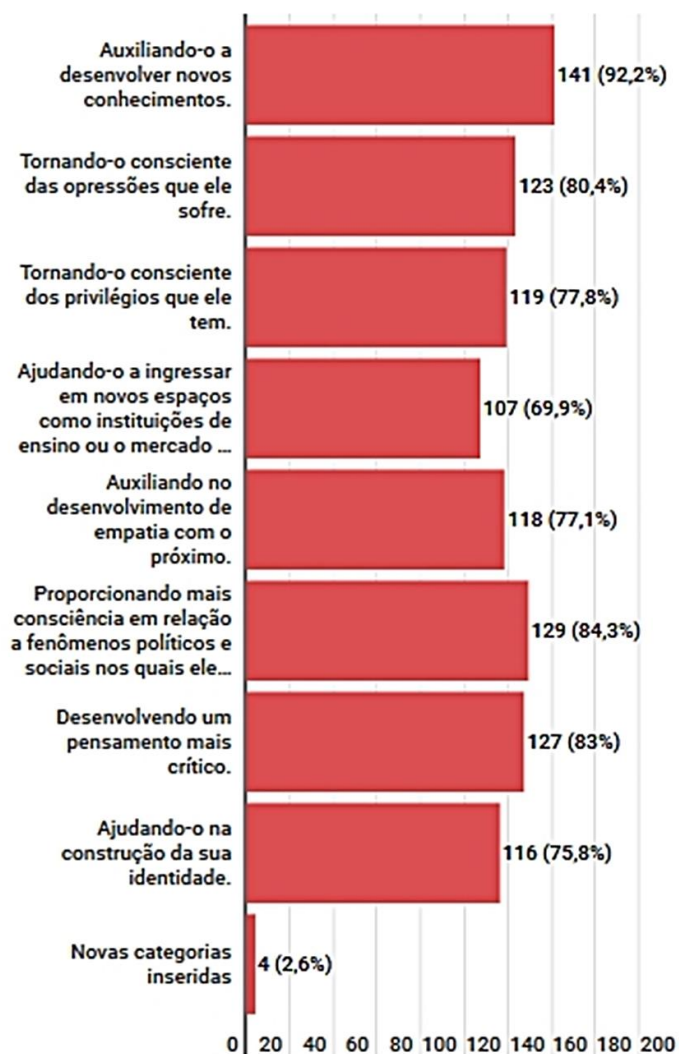
empoderamento individual e coletivo e também como o fato de ser parte da comunidade LGBTQI+ afeta a experiência deles em comunidades virtuais.

A questão 13 indagou os respondentes da pesquisa quanto aos benefícios que o acesso à informação pode oferecer a um indivíduo. Elencamos previamente oito categorias referente aos benefícios que o acesso a informação pode oferecer, a saber:

- a) Auxiliando-o a desenvolver novos conhecimentos;
- b) tornando-o consciente das opressões que ele sofre;
- c) tornando-o consciente dos privilégios que ele tem;
- d) ajudando-o a ingressar em novos espaços como instituições de ensino ou o mercado de trabalho;
- e) auxiliando no desenvolvimento de empatia com o próximo;
- f) proporcionando mais consciência em relação a fenômenos políticos e sociais nos quais ele está inserido;
- g) desenvolvendo um pensamento mais crítico e ajudando-o na construção de sua identidade.

As categorias elencadas são referentes às consequências do acesso e uso da informação para o processo de empoderamento. Essa foi uma questão de múltipla escolha, de maneira que um único respondente selecionou mais de uma categoria.

Gráfico 13: Percepção dos respondentes sobre como a informação pode beneficiar um indivíduo



Fonte: dados da pesquisa

Na análise dos dados da **questão 13** observamos que, comparado às demais questões, a variação de ocorrências numéricas entre as categorias foi mais próxima e menos discrepante. Com isso podemos refletir que grande parte dos respondentes da pesquisa consideraram todas as categorias como benefícios conquistados por meio do acesso à informação. Ainda assim é perceptível que a categoria que mais se destacou foi a do acesso à informação auxiliando na construção de novos conhecimentos, com 141 seleções, equivalente a 92,2% dos respondentes do estudo. Em segundo lugar temos a categoria referente ao acesso a informação auxiliando na consciência de fenômenos políticos, com 129 seleções, totalizando 84,3% do estudo. Essas duas categorias em destaque retomam características interessantes e predominantes entre os respondentes que observamos na análise das questões de comportamento informacional: um perfil intelectual e voltado para o

envolvimento político. Retomando conceitos estudados no referencial teórico, os autores Villacorta e Rodriguez (2002) apontam um empoderamento que ocorre por meio da inserção dos indivíduos excluídos em processos de tomada de decisão importantes na sociedade, como a política, por exemplo, de forma que essas identidades sociais tenham voz para apresentar suas demandas e expor a violência que sofrem. Jussara Reis Prá (2001) nos apresentou o empoderamento como um processo que ocorre por meio do acesso, uso e compartilhamento de informação entre indivíduos, cujo objetivo principal seria o aprimoramento de potencialidades e desenvolvimento de percepções dos indivíduos envolvidos nessa troca de ideias.

É interessante analisar que o acesso a informação foi compreendido pelos respondentes como um fator importante para ambos processos apontados pelos autores, processos esses que compõem um processo maior, o qual conhecemos por empoderamento. O acesso e uso da informação seria, nesse caso, essencial para o desenvolvimento de consciência e pensamento mais crítico em relação ao cenário político brasileiro, para que então o sujeito tenha condições necessárias de se inserir e atuar nesses locais. Da mesma forma o acesso e uso da informação se mostra necessário para o desenvolvimento de uma percepção mais complexa de si mesmo, de fenômenos sociais, econômicos e políticos que nos envolvem e nos afetam. Esse processo de acesso e uso da informação também auxilia na ampliação da consciência em relação a pessoas semelhantes a nós que são afetados de forma similar pelos mesmos fenômenos.

Algumas das novas categorias inseridas pelos respondentes pareceram demonstrar exatamente essa perspectiva, pois em uma delas o respondente 72 afirma que o acesso à informação auxilia “mostrando ao indivíduo que ele não está só, que há um movimento social de luta pelos direitos LGBTQ+”, enquanto o respondente 124 apontou que o acesso à informação “auxilia a conhecer melhor o lugar onde se vive e conhecer como a sociedade evolui e se comporta”. Ambas perspectivas apontam para o acesso à informação como importante fenômeno tanto para a criação de redes de apoio e de articulação do movimento social LGBTQI+, quanto ao desenvolvimento de uma consciência maior da sociedade no qual o sujeito está inserido e suas características culturais. Ambos são importantes

fenômenos sociais para que ocorra um processo de empoderamento não somente de um indivíduo LGBTQI+, mas do coletivo LGBTQI+.

Outro dado que nos chamou atenção foi a categoria inserida pelo respondente 67, em que ele nos comunica que “o triste é que o acesso à informação traz todos esses benefícios, mas o acesso a desinformação traz malefícios piores ainda”, porque segundo o respondente 67 as pessoas costumam se focar no consumo de apenas um tipo específico de informação na internet e esse tipo de informação é frequentemente utilizado para elaborar postagens de “impacto populista” em um sentido pejorativo, reafirmando um discurso de ódio “que era pra ser combatido através da informação”. A afirmação do respondente 67 de que o acesso à desinformação traz malefícios também está presente na discussão de Santos, Targino e Freire (2017) sobre a desinformação favorecer a ignorância, o preconceito, a aversão e a negação do que é diferente.

Os estudos de Lakoff (2018), também discutem essa perspectiva, pois o autor concebe a prática de usar informações tendenciosas como uma estratégia, a qual ele chama de exemplar saliente, onde determinada informação, cujo conteúdo geralmente é de algum evento raro e negativo relacionado a uma identidade ou movimento social marginalizado, é usada de forma sensacionalista para criar uma imagem negativa daquela identidade ou movimento social. Segundo o autor essa estratégia é um método comum dos discursos de ódio articulados em espaços virtuais como o intuito de desinformar o receptor da informação, o que vai de encontro com a fala do respondente 67 sobre o acesso a desinformação e uso da informação em benefício dos discursos de ódio. A partir daí temos uma reflexão interessante sobre como o acesso à informação em comunidades pode também, além dos benefícios citados, servir de ferramenta para a manutenção de discursos de ódio.

A questão de número 14 é aberta e indagou os respondentes se o gênero ou sexualidade deles já afetou de alguma forma o seu acesso à informação. Entre as respostas coletadas, diversos respondentes discorreram sobre acreditarem que sua sexualidade não afetou seu acesso à informação, sendo que muito desses relatos apresentaram como justificativa o fato de eles serem cisgêneros, brancos e terem tido acesso a escolas particulares com ensino de qualidade. Na análise dos

dados constatamos que, de fato, a maioria que alegou não ter dificuldades foram respondentes que também se identificaram como brancos e cisgêneros. Identificamos também algumas respostas que demonstram, por parte de alguns respondentes, certa ausência de consciência de fenômenos sociais que não os afetam, mas afetam pessoas mais marginalizadas dentro do meio LGBTQI+. A título de exemplo, o respondente 45 afirmou que sexualidade e gênero não afetam o acesso a informação porque, segundo o respondente, “a informação está hospedada em sites abertos para todas as pessoas, sem precisar pedir permissão ou conselho de ninguém para acessá-la”. Outro exemplo é o relato do respondente 96, que apontou que a informação “tá aí pra quem quiser pesquisar” e que o gênero e a sexualidade não dificultam em nada esse processo de acesso e uso.

Por outro lado, identificamos também respostas que demonstram mais consciência por parte de alguns respondentes em relação aos fenômenos sociais que afetam o processo de acesso e uso da informação. A respondente 6, por exemplo, informou não sentir que a sexualidade ou o gênero dela afetam o seu acesso a informação, mas também relatou que:

Vivo em um meio muito privilegiado, sou mulher hetero, branca, cis e dentro do padrão estético. O machismo não dificultou o acesso à informação especificamente, apesar de passar por algumas situações desagradáveis, reconheço meus privilégios. (Mulher cisgênera, heterossexual, branca)

A respondente de número 14 corroborou com o ponto de vista da respondente 6, pois, apesar de não sentir que tenha tido dificuldades relacionadas ao acesso à informação devido a sua condição social privilegiada, defende que pessoas de classe média não encontram grandes problemas em acessar a informação e que isso é um fenômeno que, segundo a respondente, afeta majoritariamente pessoas de classes menos abastadas na sociedade.

As respostas coletadas também justificam a perspectiva de que o acesso à informação é dificultado pelo fato do indivíduo ser LGBTQI+. Alguns dos respondentes relataram experiências pessoais para explicar como o acesso à informação era prejudicado pelo fato de serem LGBTQI+. O respondente 73 descreveu um evento do seu cotidiano que ocorreu em uma biblioteca, importante espaço de acesso à informação:

Em uma das vezes que eu estava usando saia, fui barrado e a segurança disse que no espaço que eu estava tinha muitas crianças que não compreenderiam o fato de ter um homem vestido de saia e pediu pra me retirar da biblioteca. (Homem cisgênero, preto, gay)

Corroborando com essa perspectiva, o respondente 39 discorreu sobre como as problemáticas de acesso à informação que ele enfrentou iniciaram com a descoberta da sua sexualidade. Segundo o respondente:

Eu tinha que agir na surdina para obter qualquer informação sobre e segue até hoje, quando, por exemplo, me negam informações sobre temas que, segundo o senso comum, "não interessam a pessoas como eu". (Homem cisgênero, preto, gay)

Com base nesses dois relatos, observamos fenômenos sociais que se manifestam a partir das características de gênero, raça e sexualidade do indivíduo e que dificultam seu acesso à informação. Um terceiro exemplo entre as respostas coletadas que possibilita *insights* importantes para nossa análise é o fenômeno descrito pela respondente 55 em relação as suas dificuldades em acessar a informação:

Por ser mulher, muitas vezes não quiseram me explicar alguma informação. Por exemplo, uma conversa/discussão que estava tendo, não me falaram pois pelo pensamento, não entenderia sobre, principalmente futebol e política. (Mulher cisgênera, branca e lésbica)

Até esse ponto conseguimos perceber que a maioria dos relatos de pessoas que encontraram dificuldade no acesso à informação partiu de pessoas pretas, trans e mulheres cisgêneras, principalmente lésbicas e bissexuais. Observamos também que os relatos nos mostram diversos fenômenos sociais distintos que dificultam o acesso à informação. Temos indivíduos que relatam a exclusão de espaços de informação pelo seu gênero, raça e/ou sexualidade, como é o caso do respondente 73. Também observamos os casos dos respondentes 39 e 55 que denunciam a exclusão de debates sobre determinados assuntos por não serem considerados aptos a participar do tópico informacional que está sendo discutido. Elencamos também o relato do respondente 7 que afirma:

Cresci com uma cultura heteronormativa em que todos os conteúdos representavam casais heteros. Neste sentido, sempre buscava me identificar com um deles, no caso, a mulher. Isso fez com que eu criasse uma resistência a conteúdos com personagens lgbtqi+, pois sou treinado em me ver representado em uma mulher cis hétero. (Homem cisgênero, gay, branco)

Nesse último exemplo conseguimos observar que o acesso à informação é afetado também quando ocorre uma filtragem logo na infância das informações a qual o sujeito tem acesso, excluindo completamente qualquer tipo de informação referente a uma comunidade LGBTQI+ não pejorativa e prejudicando o processo de construção de identidade do indivíduo. Para refletirmos sobre a manifestação do respondente 7 é pertinente retomarmos a discussão de Wittig (1992) sobre o discurso dominante que afirma, como uma verdade universal, que a base da sociedade é a heteronormatividade, consequentemente fazendo com que a construção de identidades LGBTQI+ ocorra com base em estereótipos heteronormativos. Isso acaba auxiliando na manutenção e consolidação das estruturas hierárquicas de poder, pois a informação com base heteronormativa se apresenta de maneira predominante ao indivíduo LGBTQI+. Observamos também na análise dessa questão que, mesmo dentro do movimento LGBTQI+, existe muitas vezes dificuldade por parte de integrantes do movimento de observar determinados recortes e fenômenos sociais que não os contemplam, como foi o caso dos respondentes 45 e 96. Nesse sentido a abordagem interseccional proposta por Collins (2017) é essencial porque vai permitir trabalhar com os discursos dominantes dentro de comunidades virtuais LGBTQI+ de acesso e uso da informação, ampliar a consciência dos seus membros e, por consequência, propiciar um maior potencial de empoderamento nesses locais.

A questão 15 é aberta e teve como objetivo compreender, da perspectiva dos respondentes, os motivos pelos quais discussões de caráter interseccional devem ser fomentadas dentro de espaços virtuais dedicados exclusivamente à comunidade LGBTQI+. A maioria dos respondentes se mostraram favoráveis a abordagem interseccional dentro dos espaços exclusivos da comunidade LGBTQI+ e discutiram sobre diversos fatores que caracterizam a importância de tal abordagem. Identificamos uma única exceção no relato do respondente 143 que, apesar de afirmar que seria interessante terem debates interseccionais dentro da comunidade, defendeu que esses debates deveriam ser na “medida certa” para “não perder o foco de que ainda é um espaço LGBT”. O respondente ainda discorreu sobre o fato de acreditar que é preferível desenvolver debates que foquem apenas na questão sexual, pois, segundo ele, “o enfoque tem que ser os problemas que abrangem a todos”. Retomando a discussão com base nos apontamentos históricos

de Fry (1993) observamos aqui mais uma vez resistência por parte de um do movimento LGBTQI+ em relação a uma abordagem interseccional. Ainda assim, é notável que todos os respondentes entraram em consenso de que a abordagem interseccional é um tópico importante a ser debatido em comunidades virtuais LGBTQI+.

O respondente 3 e o respondente 10, por exemplo, defendem a abordagem interseccional como uma forma de criar discussões e reflexões produtivas em espaços virtuais que viabilizem ações na vida real, pois, segundo o respondente 3, quaisquer “discussões saudáveis sobre temas de impacto são salutares e podem auxiliar na formação de opiniões e no engajamento de ações no mundo real”. Os respondentes ressaltaram a importância da abordagem interseccional ao justificar que um indivíduo não sofre apenas um tipo de opressão e que trabalhar com as diversas formas de opressão e dominação que se cruzam requer o uso da interseccionalidade. Collins (2017) também ressaltou a importância da abordagem interseccional para discutir de maneira integral a rede de dominações e opressões que se inter cruzam e dessa forma conseguir compreender e trabalhar com essa estrutura de poder de maneira eficiente. O respondente 14 fez uma autocrítica ao discorrer sobre a importância do discurso interseccional nas pautas do movimento LGBTQI+ afirmando que:

Vivemos embriagados em nossos próprios privilégios e problemas e muitas vezes sequer consideramos os problemas de outros grupos porque "já temos os nossos para lidar". Então eu, como um homem branco cis e gay, muitas vezes fico alheio aos problemas de outros grupos, não por falta de empatia, mas por ignorância. Fica aquele sentimento de: eu não imaginava que isso acontecia. (Homem cisgênero, branco e gay)

O relato do respondente 14 retoma a importância da abordagem interseccional discutida por Collins (2017) uma vez que a prática de discursos com essa abordagem permite uma amplitude de consciência e empatia em relação à opressões que não sofremos. Constatamos em algumas respostas insatisfação quanto a predominância de determinadas pautas dentro do movimento LGBTQI+ em detrimento de outras, geralmente jogando mais a margem pautas que se propõe abordar a realidade de minorias mais marginalizadas dentro do movimento. Além disso, observamos que em algumas das respostas analisadas, além da exclusão de determinadas pautas, os respondentes relataram resistência por parte de membros

do movimento LGBTQI+ em relação a discutir determinados temas. Um dos respondentes que demonstrou esse tipo de insatisfação foi o respondente 30:

Sem dúvida estes e outros temas precisam ser fomentados como forma de diversificar e ampliar as discussões dentro da comunidade. Precisamos de uma comunidade mais LBTQI+ e não tanto GGGGG como se percebe. (Homem cisgênero, gay, branco)

O conceito de comunidade ou movimento GGGGG tem sido usado como forma de protesto dentro dos espaços virtuais destinados ao movimento LGBTQI+ para denunciar que, recorrentemente, as pautas e eventos realizados pelo movimento LGBTQI+ tem como foco e beneficiam principalmente homens gays brancos. Ou seja, é uma forma de protesto contra a exclusão de indivíduos LGBTQI+ pretos, pessoas trans, corpos gordos e mulheres das suas pautas principais. Revalidando essa perspectiva, muitos respondentes também relataram identificar diversos discursos de ódio e manifestações preconceituosas dentro da própria comunidade LGBTQI+, fenômeno ao qual eles atribuem a ausência da abordagem interseccional dentro da comunidade. O respondente 38, por exemplo, propôs o uso da abordagem interseccional para trabalhar as formas de preconceito que existem mesmo em comunidades socialmente oprimidas, como ele afirma ser o caso da comunidade LGBTQI+. Segundo o respondente:

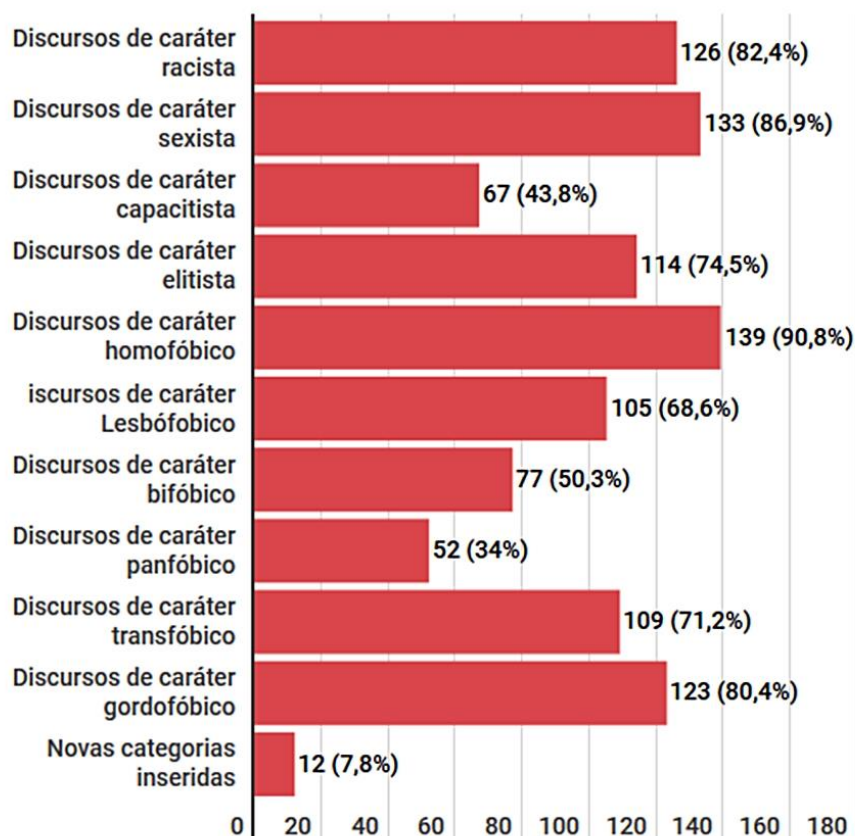
Sim porque mesmo dentro de comunidades socialmente oprimidas como a LGBT há outras formas de preconceito e discriminação. Como é o sofrido por gays afeminados, gordos e negros dentro da comunidade LGBT, assexuais que são invisibilizados, bissexuais que são taxados de indeciso e promíscuos, etc. Essas discussões se fazem necessárias para que nós enquanto comunidade socialmente oprimida aprendamos que também somos indivíduos preconceituosos e nos descontruamos ainda mais. (Homem cisgênero, preto, gay).

O respondente 38 ainda acrescentou que somente por meio dessa autocrítica é possível que o indivíduo se desconstrua e perceba os discursos dominantes que reproduz e que, dessa forma, ocorra o fortalecimento da comunidade LGBTQI+ como um coletivo. Registramos respostas que demonstram interesse por parte dos respondentes em relação à criação de mais espaços que busquem um diálogo interseccional, como o é o caso da resposta do respondente 49 que apontou que “os espaços dedicados ao público LGBTQI+ mais parecem um frigorífico onde a unidade e discussões de interesse do grupo são nulas”. Nessa resposta observamos que, além da reprimenda em relação à falta de discussões de pautas pertinentes ao movimento LGBTQI+ nas comunidades virtuais destinadas a esse

público, o respondente também criticou o fato de que a maioria dessas comunidades virtuais é dedicada a busca de relações afetivas e sexuais e promoção da imagem de corpos LGBTQI+.

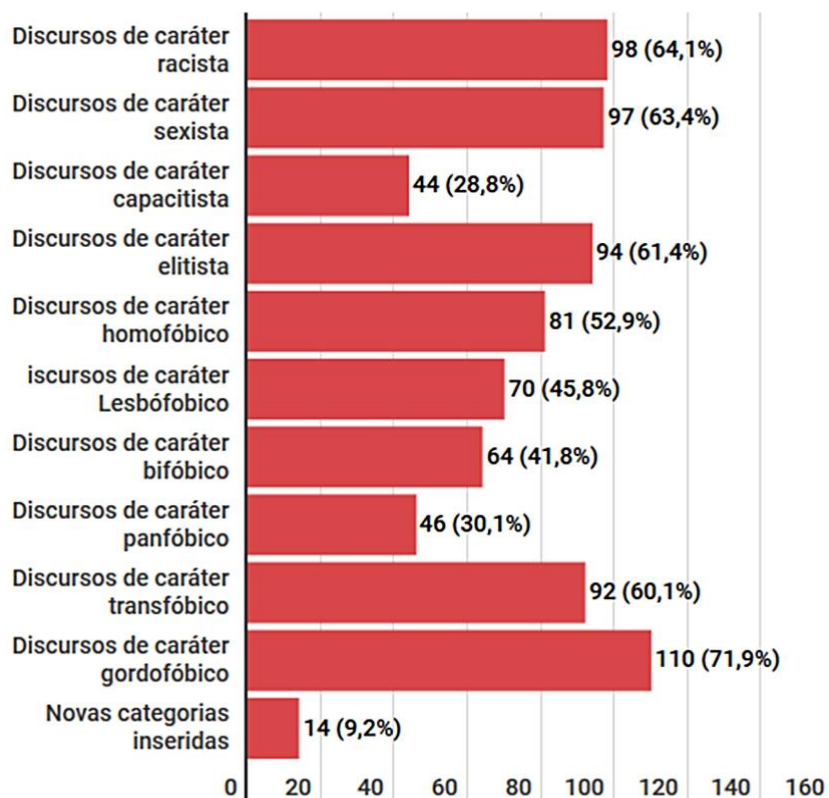
A **questão 16** questionou os respondentes quanto aos discursos de ódio que eles identificam em espaços virtuais que não são dedicados exclusivamente ao público LGBTQI+, enquanto a **questão 17** indagou quanto aos discursos de ódio que eles identificam em espaços virtuais exclusivos para esse público. Nesse sentido, consideramos pertinente analisar os dados de ambas questões de maneira cruzada para compararmos, da perspectiva dos respondentes, os discursos de ódio que se manifestam em espaços exclusivos LGBTQI+ e não exclusivos. Ambas as questões eram de múltipla escolha e permitiram que um mesmo respondente selecionasse mais de uma categoria.

Gráfico 14: Discursos de caráter discriminatório em comunidades virtuais que não são exclusivamente LGBTQI+ identificados pelos respondentes



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 15: Discursos de caráter discriminatório em comunidades virtuais que são exclusivamente LGBTQI+ identificados pelos respondentes



Fonte: dados da pesquisa

Analisando os dados das duas questões de maneira cruzada constatamos que os discursos de ódio em comunidades virtuais não exclusivas do público LGBTQI+ apontados como mais recorrentes pelos respondentes foram os discursos de caráter homofóbico (139 respostas, 90,8%) e os discursos de caráter sexista (133 respostas, 86,9%). Por outro lado, os discursos de ódio apontados como mais recorrentes em comunidades virtuais exclusivas do público LGBTQI+ foram os discursos de caráter gordofóbico (110 respostas, 71,9%), como vimos anteriormente, e os discursos de caráter racista (98 respostas, 64,1%). Também apuramos um grande número de respostas referente ao discurso de caráter lesbofóbico em espaços exclusivos e não exclusivos. Em espaços exclusivos de público LGBTQI+ tivemos 70 respostas na categoria de discursos de caráter lesbofóbico, equivalente a 45,8% da pesquisa, em contrapartida, tivemos 105 respostas, equivalente a 69,6% da pesquisa, na categoria de discursos de caráter lesbofóbico em lugares não exclusivos do público LGBTQI+. Nesse contexto

observamos que, com base em nossos dados, os discursos de ódio em relação à mulheres lésbicas é frequente tanto dentro da própria comunidade LGBTQI+ quanto fora dela. Também testemunhamos a frequência da ocorrência de discursos racistas e gordofóbicos dentro da comunidade, novamente por conta da marginalização de determinados tipos de corpos e exaltação de outros.

É importante ressaltar que esses discursos de ódio não foram os únicos apontados como recorrentes dentro dos espaços virtuais exclusivos e não exclusivos. Nos espaços virtuais exclusivos da comunidade LGBTQI+ ainda tivemos um grande número de respostas referente aos discursos de caráter sexista (97 respostas, referente a 63,4%), discursos de caráter elitista (94 respostas, referente a 61,4%), discursos de caráter transfóbico (92 respostas, referente a 60,1%), discursos de caráter bifóbico (64 respostas, 41,8%), discursos de caráter panfóbico (46 respostas, 30,1%) e discursos de caráter capacitista (44 respostas, referente a 28,8%). Já nos espaços virtuais não exclusivos da comunidade LGBTQI+ ainda tivemos um grande número de respostas referente aos discursos de caráter racista (126 respostas, referente a 82,4%), discursos de caráter gordofóbico (123 respostas, referente a 80,4%), discursos de caráter elitista (114 respostas, referente a 74,5%), discursos de caráter transfóbico (109 respostas, 71,2%), discursos de caráter capacitista (67 respostas, referente a 43,8%) e discursos de caráter panfóbico (52 respostas, referente a 34%).

Percebemos que, embora os dados coletados relativos aos espaços não exclusivos da comunidade LGBTQI+ sejam mais numerosos em relação aos dados coletados referente aos espaços exclusivos, também tivemos um grande número de respostas retificando a existência de discursos de ódio dentro da própria comunidade LGBTQI+, evidenciando que mesmo dentro da comunidade existem diversos discursos dominantes e formas de opressão. Guerra (2020) aponta em seu estudo as formas de discursos preconceituosos que são reproduzidos dentro do movimento LGBTQI+, Esses discursos dominantes que ocorrem dentro do movimento LGBTQI+ se valem do conceito poder discutido por Foucault (2005), onde indivíduos em posições privilegiadas do movimento oprimem aqueles que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e tem sua identidade sexual e de gênero marginalizada.

Notamos ainda que, nos discursos identificados em ambientes virtuais exclusivos da comunidade LGBTQI+, o discurso preponderante apontado pelos respondentes foi o discurso de caráter gordofóbico, correspondente a 110 respostas (71,9%). Essa questão não foi a única na qual coletamos dados referentes a denúncias da gordofobia recorrente dentro do movimento LGBTQI+. Esses discursos de caráter gordofóbico tem como base a exaltação de corpos LGBTQI+ masculinos que se encaixam dentro de um padrão eurocêntrico, branco e com condicionamento físico irreal, marginalizando corpos femininos, pretos, gordos e trans.

A questão 18 é aberta e indagou os respondentes quanto a sua confortabilidade para publicar e interagir em espaços destinados exclusivamente a comunidade LGBTQI+. Analisando as respostas, identificamos três grupos de pessoas: aquelas que se sentem desconfortáveis e, por isso, evitam de postar e interagir nesses espaços, aquelas que se sentem um pouco desconfortáveis, mas ainda conseguem postar e interagir e aquelas que se sentem confortáveis.

No grupo dos respondentes que não se sentem confortáveis para postar e interagir identificamos diversos relatos que justificam essas atitudes. Um argumento predominante nos relatos foi o de que esse desconforto tem como base a hostilidade que identificam por parte de integrantes do movimento LGBTQI+ dentro das comunidades virtuais, hostilidade que se manifesta, muitas vezes, por meio dos discursos discriminatórios. Um exemplo desses relatos foi a fala do respondente 20:

Quando se trata da minha orientação romântica (lésbica), sim. Quando se trata da minha orientação sexual (assexual) e de gênero (não-binário), não. A lesbiandade proporciona uma certa proteção entre lésbicas pois elas assumem que me relaciono sexualmente com elas mas, no momento que eu revelo ser assexual *e* não-binário, eu já recebo uma série de agressões. (Não-binário, lésbica, assexual e parda)

Observamos novamente que mesmo dentro de comunidades virtuais exclusivamente LGBTQI+ existe a reprodução de estigmas que, de acordo com Sawaia et al. (2008, p. 24), denotam um processo de desqualificação e exclusão de indivíduos. Tivemos mais relatos de respondentes que se identificam como não binários e não se sentem confortáveis dentro desses espaços, como é o caso do respondente 128 que alega: “me sinto mais confortável nos espaços destinados exclusivamente a pessoas não binárias, pois ainda somos muito discriminados nos

espaços LGBTQI+”. Neste relato observamos a necessidade de se existirem espaços exclusivos para os grupos que compõem o movimento LGBTQI+, uma vez que o movimento como um todo acaba sendo, muitas vezes, um local hostil para algumas identidades sexuais e de gênero, como é o caso das pessoas trans não-binárias. A lesbofobia também se destacou dentro do meio LGBTQI+ nesta questão, pois respondentes que se identificaram como lésbicas defenderam que as comunidades virtuais LGBTQI+ ainda reproduzem muito o discurso de caráter lesbófico, conforme expõe a respondente 2 que diz não participar ativamente desses espaços porque “a lesbofobia é muito grande”. Os dados também demonstraram que muitos respondentes não se sentem confortáveis nas comunidades virtuais LGBTQI+ devido à marginalização de corpos pretos e gordos, como nos coloca o respondente 151:

Não, pois os gays geralmente me discriminam e me oprimem MUITO em função do meu padrão estético (sou gordo). Como gordo, sou mais aceito em grupos com menor percentual de gays. (Homem cisgênero, gay, branco, gordo).

Compreendemos essa discriminação relatada pelo respondente 151 como um dos discursos dominantes que discutimos com base principalmente em Foucault (2005), Collins (2017) e Butler (2003). Esse discurso, que se manifesta dentro de espaços virtuais LGBTQI+, atribui definição pejorativa a corpos gordos como o do respondente 151, afetando sua autoimagem e gerando a exclusão de corpos gordos semelhantes ao dele. Em relação ao desconforto de alguns respondentes por causa de preconceito dentro do movimento, notamos relatos que apontam como protagonistas desses discursos dominantes os homens gays, cisgêneros e brancos. Começamos a compreender um perfil predominante dos interlocutores desses discursos dominantes e discriminatórios dentro da comunidade LGBTQI+. O respondente 141 menciona, de forma mais ampla, que não se sente confortável porque “os gays muitas vezes são mais cruéis do que os próprios héteros”. Novamente podemos refletir que, conforme foi observado no início da análise, o número baixo de respondentes trans e não-brancos pode ocorrer justamente pelo desconforto que esses grupos sentem dentro de espaços do próprio movimento LGBTQI+.

No grupo dos respondentes que se sentem parcialmente confortáveis, mas ainda assim postam e interagem, um argumento que foi identificado

recorrentemente foi o de que os respondentes preferem interagir em espaços LGBTQI+ que não sejam tão gerais, mas focados em identidades sexuais e de gênero específicas dentro do movimento. Nesse contexto, observamos a declaração do respondente 52:

Sim. Principalmente nos grupos para pessoas trans (binarias e nao binarias), pois acho q essas pessoas passaram por um processo de desconstrucao mais duro, entao acredito q seja mais dificil que algumas opressoes sejam reproduzidas por elas. Mas ainda me sinto desconfortaveis nos grupos GGGGG ou com mta gente cis (Não-binário, panssexual, branco)

Novamente percebemos o uso da sigla GGGGG como uma forma de protesto por parte dos respondentes em relação à predominância de pautas e ações relacionadas aos homens gays em detrimento das demais identidades sociais. Já o respondente 30 descreve que se sente “parcialmente bem”, pois segundo ele “mesmo dentro da comunidade LGBTQI+ o preconceito e opressão ocorrem. A idealização de padrões estéticos e o status financeiro, por exemplo, são grandes vilões no meio.”. Apreciamos até agora que, mesmo entre os grupos dos que se sentem parcialmente desconfortáveis e ainda conseguem interagir nesses espaços de informações, ocorrem diversas críticas aos discursos dominantes que percorrem o meio.

Analisaremos agora os dados referentes ao grupo de respondentes que relataram se sentir confortáveis para interagir nas comunidades virtuais LGBTQI+. Neste grupo identificamos como argumento predominante nos relatos dos respondentes o de que em espaços exclusivos da comunidade LGBTQI+ existem mais pessoas parecidas com eles, que pensam de maneira parecida e por isso a perspectiva de sofrerem algum tipo de preconceito é menor. Como exemplo observamos o relato do respondente 38:

Sim porque há varias pessoas que assim como eu pensam de maneira mais aberta em relação a temas como sexualidade, travestimo, cultura drag, etc. Sendo assim um espaço onde eu sou menos propício a sofrer com ataques e discurso de ódio. (Homem cisgênero, preto, gay)

Entre os respondentes que se sentem confortáveis o argumento de que esses espaços exclusivos são menos intolerantes do que os espaços frequentados por pessoas de fora da comunidade LGBTQI+ também foi recorrente, como é o caso do respondente 4 que declarou “Meu espaço preferido. Me sinto acolhido e seguro.

Espaços majoritariamente héteros me deixam aflito.”. Percebemos ainda um padrão de respostas onde os respondentes alegam que se sentem confortáveis para publicar informações e interagir independente do espaço virtual ser exclusivamente LGBTQI+ ou não, como é o caso do respondente 97:

Não. Eu gosto de publicar em todos os meios e assim descobrir os vários tipos de pessoas e ensinar o correto. As vezes muitas pessoas cometem preconceito por não conhecer. Cabe a nos levar as informações, educar e conscientizar (Homem cisgênero, gay, pardo)

O relato do respondente 10 também partiu dessa mesma perspectiva, pois ele afirma que “Eu sempre me posiciono em todos os espaços e sempre defendo meu ponto de vista com base no conhecimento científico.”. Identificamos então que, no grupo dos que afirmaram se sentir confortáveis para dar acesso à informações e interagir nos espaços virtuais, temos dois argumentos recorrentes: considerar que nesses espaços existem mais pessoas parecidas com eles, com opiniões parecidas e menos preconceituosas e sentir-se confortável para interagir independente do espaço ser exclusivo para um público LGBTQI+ ou não, uma vez que se tenha certeza de se estar apresentando um ponto de vista válido.

Constatamos ainda que nos grupos dos respondentes que não se sentem confortáveis ou se sentem parcialmente confortáveis para publicar e interagir, existe uma predominância maior de respondentes que se declaram como não-brancos (pretos, pardos e amarelos), trans (homem trans, mulher trans e não-binário) e pessoas que escolheram um tipo de corpo considerado gordo. Esses respondentes, por sua vez, apresentaram relatos de discursos de ódio dentro do próprio meio LGBTQI+ como argumento predominante para justificar seu desconforto em participar de espaços virtuais dedicados exclusivamente para o público LGBTQI+. A análise dos dados nos mostra que as estruturas de poder discutidas com base nos estudos de Foucault (1995; 2005; 2006) e Collins (1998; 2000; 2016; 2017) estão presentes dentro da comunidade LGBTQI+ e também se manifestam por discursos dominantes de caráter discriminatório, segregando e marginalizando identidades sociais do próprio movimento. Consideramos que esse fenômeno afeta ou impede totalmente o acesso e uso da informação por parte das identidades sociais que são afetadas por esses discursos dominantes, uma vez que elas não participam desses espaços virtuais de acesso à informação devido às discriminações que nele ocorrem.

A questão 19 é aberta e foi desenvolvida com o objetivo de nos fornecer dados para compreendermos como, da percepção dos respondentes da pesquisa, seria possível esse processo de empoderamento dentro de comunidades virtuais voltadas para o movimento LGBTQI+. Assim como na questão anterior, aqui também identificamos três grupos: aqueles que mencionaram não acreditar que espaços virtuais de acesso à informação possam empoderar um indivíduo ou um coletivo; aqueles que defendem a possibilidade do processo de empoderamento ocorrer nesses locais e; aqueles que defendem essa possibilidade, porém com ressalvas.

O grupo de respondentes que comunica não acreditar que esses espaços proporcionam meios para o empoderamento dos seus membros não apresentou justificativas ou argumentos para tal afirmação, como é o caso da declaração da respondente 2 que afirma:

Não acho que isso empodere nenhum lgbt, usar a internet não dá poder pra ninguém, ajuda a buscar conhecimento e saber que você não está sozinho, mas empoderar não empodera. (Mulher cisgênera, lésbica, branca)

Essa foi, entre as respostas dos que defenderam não ocorrer um processo de empoderamento dentro das comunidades virtuais, a mais elaborada. No geral os respondentes se limitaram apenas a dizer que não acham tal fenômeno possível. Em relação a resposta da respondente número 2 percebemos uma visão mais leiga em relação ao acesso à informação, uma vez que ela limita o processo a “usar a internet”, o que por si só pode levar a vários questionamentos, como: Usar a internet para qual finalidade? Usar quais espaços na internet? Nesta perspectiva, até mesmo o uso da internet pode ser considerado um privilégio que nem todos têm e que, por si só, apresenta diversas possibilidades e limitações no acesso à informação. Os argumentos usados pela respondente 2 de que acessando esses espaços os indivíduos apenas buscam informações e descobrem que não estão sozinhos, mas não se empoderam, foram argumentos também identificados nos relatos de outros respondentes que consideram esses fenômenos essenciais no processo de empoderamento, como veremos na análise dos próximos grupos.

No grupo dos que defendem a possibilidade de empoderamento nesses locais os relatos demonstram que, da perspectiva dos respondentes, os fenômenos que possibilitam esse empoderamento são a visibilidade que esses espaços

propiciam para manifestações de identidades sexuais e de gênero marginalizadas; o acesso à informações que possibilita a essas identidades reconhecerem seus direitos como cidadãos e desenvolverem suas identidades; interação social com outras pessoas que vivenciam fenômenos sociais parecidos nesses espaços, propiciando sentimento de pertencimento e criação de redes de apoio emocional e acesso e uso de informações LGBTQI+. O respondente 17 descreveu sua percepção acerca desse processo de empoderamento em comunidades virtuais de acesso e uso de informação:

A maioria das pessoas está nas redes sociais hoje em dia. Quanto mais a comunidade LGBTQI+ se posiciona por esses meios, mais visibilidade tem e mais chances terá de fazer com que certos temas ganhem relevância fora da comunidade também (Homem cisgênero, gay, branco)

Sobre o relato do respondente 17 é interessante analisarmos que ele se refere a relevância da temática LGBTQI+ fora da comunidade. Defendemos que dar acesso a informações com temática LGBTQI+ em comunidades que não são exclusivamente LGBTQI+ possibilita que pessoas de fora do movimento tenham acesso à essas informações. Conforme nos mostrou a pesquisa de Cuervo (2016) grande parte dos jovens na atualidade utilizam das plataformas de redes sociais para, entre outras finalidades, buscar informações. Nesse sentido, ter acesso à informações com temática LGBTQI+ é importante, uma vez que vai permitir a desconstrução de estigmas relacionados ao movimento LGBTQI+.

Esse foi um argumento que também identificamos com certa frequência nos relatos dos respondentes, justificando que, embora os respondentes acreditem que o acesso à informação dentro de espaços virtuais exclusivos da comunidade LGBTQI+ seja importante, defendem que levar informações a respeito das identidades LGBTQI+ para fora do meio também é importante. A justificativa recorrente desses argumentos é a de que o acesso à informações LGBTQI+ para pessoas de fora do movimento também auxilia no processo de empoderamento, uma vez que possibilita que pessoas não LGBTQI+ tenham outra perspectiva do movimento por meio do acesso e uso da informação. A discussão de Brookes (1980) também sugeriu uma transformação do indivíduo quando ele se apropria de determinada informação, atribuindo sentido à ela. O relato do respondente 32 foi um dos que defendeu essa perspectiva:

Acredito que compartilhar vivências seja algo que ajuda todos os membros da comunidade a se fortalecerem. Apesar disso, sinto que essas discussões não deveriam estar tão exclusivamente em espaços LGBTQ, sendo necessário que toda a sociedade esteja engajada em conhecer e compreender sobre as vivências que muitas vezes passamos, e assim tornar o país menos hostil para a comunidade LGBTQ. (Homem cisgênero, preto, gay)

Além dos relatos sobre a importância de levar esse acesso à informações sobre determinadas pautas e identidades sexuais e de gênero para fora do movimento LGBTQI+, constatamos também narrativas que defendem que o processo de empoderamento ocorre nesses espaços porque eles funcionam como um espaço afetivo e de acolhimento para indivíduos LGBTQI+. Nessa perspectiva, a respondente 40 afirma: “Acho que é mais como um laço de apoio. Normalmente, onde nossas famílias não nos apoiam, buscamos o conforto onde conseguimos.”. Também observamos respostas que apontam o desenvolvimento de estratégias de resistência dentro desses espaços, de maneira a se opor as dominações que sofrem os indivíduos LGBTQI+, uma vez que essas comunidades virtuais configuram locais seguros. Nesse sentido, observamos como exemplo o relato do respondente 70:

Por meio do espaço virtual conseguimos apresentar nossa opinião sobre assuntos sociais, políticos e econômicos sem medo de sofrer fisicamente por isso. As redes sociais são libertadoras para a comunidade LGBTQ+. (Homem cisgênero, gay, pardo)

Essa narrativa do respondente 70 está ligada também com a questão da confortabilidade nesses espaços virtuais, uma vez que eles apresentam menos riscos à integridade física e moral de alguns sujeitos LGBTQI+. O respondente 51 apontou o próprio instrumento de pesquisa como um recurso benéfico ao processo de empoderamento:

Sim, é importante que tenha discussões, afinal a linha tênue que liga a ignorância ao conhecimento, é justamente o debate. Devemos lidar com as discordâncias, saber aceitá-las e acima de tudo respeitá-las, por mais que não concordamos. A proposta do questionário, é de certo modo, uma alavanca ao empoderamento, porque dará a oportunidade para muitos se expressarem e verem expressões, não existe método de encorajamento maior do que a ação, onde temos a subjetividade de quem lê o relato de alguém, nisso acontece uma afinidade, uma semelhança e empatia entre pessoas desconhecidas, porém que compartilham de vivências parecidas. (Homem cisgênero, pardo, gay)

Na citação do respondente 51 contemplamos uma perspectiva onde o próprio instrumento de pesquisa estaria fomentando um processo de empoderamento entre

os membros da comunidade virtual estudada, uma vez que permite que os usuários se depararem com expressões importantes a respeito de identidades do movimento LGBTQI+ e que são, muitas vezes, estranhas ao próprio movimento. A partir da sua subjetividade o indivíduo vai interagir com essas informações e construir seus próprios conhecimentos. A construção de novos conhecimentos por meio da interação entre os pares é defendida por Jussara Reis Prá (2001) como um importante fenômeno para o empoderamento de indivíduos com uma causa em comum. Novamente reafirmamos que o acesso à informação é a etapa inicial e essencial para que ocorra esse processo de empoderamento. Em relação a construção e desenvolvimento da identidade do sujeito, tivemos relatos que argumentam ser esse o fator que enxergam como um grande potencial de empoderamento nas redes sociais. Nesse contexto, observemos os relatos dos respondentes 60 e 73, respectivamente:

Acho muito importante por exemplo estava a pouco tempo com dúvidas sobre meu gênero e consegui definir me encontrar através de blogs vídeos experiências através da Internet em conteúdos LGBTQI+ (Não binário, gay, branco)

É imprescindível, certas discussões me ensinaram tanto, desde os cuidados ao enfrentar a lgbtqiafobia dentro de casa e nas ruas até quando descobri que era soropositivo, foram espaços como esses que me proporcionaram liberdade de expressão e informação suficiente para não acabar no isolamento e conhecer pessoas que vivem as mesmas situações que eu. (Homem cisgênero, gay, preto)

Em relação a construção da identidade de pessoas trans os espaços virtuais de acesso à informação e interação são muito importantes, pois os corpos e as identidades trans crescem em uma sociedade predominante cisgênera, que exotifica e marginaliza seus corpos, muitas vezes filtrando e censurando totalmente informações a respeito da existência da transgeneridade e dessa forma impossibilitando que o indivíduo consiga sequer compreender sua própria identidade. Nesse sentido, Silveira (2006) ressaltou a importância da construção de identidades trans para além dos termos impostos pela heteronormatividade. Os espaços virtuais que proporcionam acesso à informação e interação com semelhantes possibilitam aos indivíduos trans descobrir a si mesmo e passarem a existir como quem realmente são. Araújo (2001) e Brookes (1980) dissertam sobre a importância do acesso e uso da informação na transformação cognitivo-social do indivíduo, atribuindo sentido às informações que acessa e moldando sua própria

identidade. O respondente 149 respondeu à questão 19 reconhecendo o valor da sua identidade para outras pessoas trans:

Minha identidade sem dúvida é um ponto de partida para visibilidade a outros homens trans ou pessoas trans no geral que se sentem inseguras de comentarem ou até mesmo entrarem em espaços nos quais não visualizam seus semelhantes. (Homem trans, gay, branco)

Partindo dessa afirmação constatamos que fontes de informação pessoal também são importantes fontes de informação para construção e reafirmação de identidades trans. Tivemos respostas que apontam um processo de empoderamento dentro desses espaços por meio do acesso à informação, como, por exemplo, a resposta da respondente 117:

A divulgação da informação é o caminho para o empoderamento, produz o rompimento com o conservadorismo e situações de preconceito ou discriminação. (Mulher cisgênera, lésbica, branca)

Verificamos aqui uma narrativa que propõe o acesso e uso da informação como forma de desconstruir os discursos dominantes e marginalizantes. Consideramos válido refletir a respeito da colocação do respondente 124, que relata considerar válido o processo de empoderamento nesses espaços pela simples justificativa de existirem LGBTQI+ ocupando esses espaços:

Proporciona MUITO empoderamento. Ser LGBTQI+ possui resistências maiores ou menores em diferentes locais, dentro do mesmo município. Imagina no país inteiro. Então, cada vez que alguém vê que há locais onde somos melhores aceitos, se tem a sensação de que podemos sim ser quem somos. Ao perceber isso, através do grupo, nos dá forças e nos capacita de forma valiosíssima para o nosso empoderamento individual. (Homem cisgênero, gay, pardo)

Até aqui observamos, a partir da percepção e subjetividade dos respondentes da pesquisa, diversos fenômenos que se manifestam dentro das comunidades virtuais e que podem auxiliar no processo de empoderamento dos indivíduos que compõem essas comunidades, recorrentemente se valendo do acesso e uso da informação. Freire (2004) discute sobre o poder da informação no que concerne a transformação da sociedade e a influência da informação na socialização dos indivíduos. As comunidades virtuais ampliam as possibilidades de acesso à informação, permitindo que mais indivíduos consigam usar as informações disponibilizadas *online* para finalidades que os auxiliem no seu desenvolvimento individual e coletivo.

Analisaremos agora o último grupo, referente aos respondentes que dizem acreditar que essas comunidades virtuais de acesso à informação e interação empoderem seus membros, mas apresentaram ressalvas para que isso ocorra. Percebemos que, de maneira predominante, os respondentes apontaram dois fatores condicionantes para que existisse a possibilidade de um empoderamento nesses locais: a necessidade de mais união por parte da comunidade LGBTQI+ e que o empoderamento somente ocorre se os impactos que surgem desses espaços conseguirem romper a barreira do virtual. O respondente 3, por exemplo, afirma que concorda com a possibilidade de empoderamento nesses ambientes, mas que ainda não visualiza “um grau de união adequado na comunidade para que possa sequer a começar a fazer a diferença”. Justificando essa visão, o respondente 128 também denunciou a falta de união dentro do meio:

Acho que empodera bastante. Tive muito apoio nos espaços destinados a não binaries mas nos espaços lgbtqi+ em geral não tenho essa mesma percepção. Me sinto apagade e discriminade dentro da comunidade. (Não binário, panssexual, branco)

E em relação aos impactos para além do virtual, os respondentes defendem que para existir um empoderamento de fato, as interações e informações acessadas nesses ambientes devem se concretizar por meio de ações na vida real. O respondente 30, por exemplo, relata que:

Proporciona empoderamento se conseguir romper as barreiras do virtual. Se conseguir fazer pessoas se olharem verdadeiramente e sentirem-se parte de algo. (Homem cisgênero, gay, branco)

Por outro lado, o respondente 14 respondeu à questão criticando que, apesar de considerar possível o empoderamento, expõe que “nos isolamos em bolhas que dificultam/impedem esse processo.”. Temos ainda o relato do respondente 57, que utilizou o espaço de resposta da questão para denunciar o preconceito contra pessoas LGBTQI+ de idade mais elevada: “Precisamos de um olhar melhor para as pessoas LGBTQI+ acima dos 40 anos. Há uma discriminação grande.”.

Constatamos que, apesar da grande variedade de fenômenos e possibilidades que esses espaços virtuais de acesso à informação e interação social apresentam quando dissertamos sobre empoderamento, ainda existem muitos aspectos nos quais eles precisam melhorar. Aspectos esses que, em concordância

aos relatos dos respondentes, devem partir de movimentos, desconstruções e reflexões da própria comunidade. As possibilidades de empoderamento estão diretamente relacionadas com a estrutura de poder que se consolidou dentro da própria comunidade LGBTQI+ e como observamos quando discutimos Foucault (2006) essa estrutura se vale da dominação de indivíduos em posições menos privilegiadas, inviabilizando o empoderamento por partes das identidades sociais mais marginalizadas do movimento LGBTQI+.

8 REFLEXÕES FINAIS

As comunidades virtuais são atualmente espaços presentes no dia a dia do ser humano, atuando como espaços de interação social, acesso, uso e compartilhamento de informação. Como palco de interações sociais, as comunidades virtuais têm causado impacto para além do virtual, transformando a forma como as pessoas se relacionam e agindo como espaço de diversos fenômenos sociais. Nesse contexto, o trabalho aqui apresentado buscou compreender as possibilidades e problemáticas relativas a um processo de empoderamento das identidades sexuais e de gênero do grupo de *Facebook* LGBTQI+ Resistência pela Democracia, se valendo principalmente do acesso e uso da informação. O grupo de *Facebook* é uma das maiores comunidades virtuais brasileiras voltadas exclusivamente para o público LGBTQI+ e tem como principal característica servir como um espaço de acesso à informação, articulação política e interação social. O grupo também foi criado com o objetivo de ser um espaço de empoderamento para seus membros.

Para melhor compreensão do fenômeno estudado os conceitos de poder e discursos dominantes se mostraram essenciais, uma vez que eles estão diretamente ligados ao conceito de empoderamento e isso viabilizou a compreensão do mesmo como um processo de manutenção de estruturas hierárquicas de poder e de dominação. O próprio conceito de empoderamento foi um conceito chave para a pesquisa e que, juntamente com uma abordagem social do conceito de informação, propiciou um estudo sobre empoderamento em comunidades virtuais por meio do acesso e uso de informação.

Por meio da aplicação do instrumento de pesquisa conseguimos determinar características mais precisas dos respondentes, o que nos permitiu compreender o perfil do grupo de *Facebook* estudado. Não apenas identificamos o perfil do grupo, mas também observamos características predominantes por parte daqueles que reproduzem discursos dominantes dentro do próprio meio LGBTQI+, sendo esse perfil composto majoritariamente por homens cisgêneros, homossexuais (gays e lésbicas) e brancos. Identificamos também que a maioria cursa ou já cursou pós-graduação, bem como tem entre 26 e 35 anos. Essa constatação nos permitiu compreender melhor a estrutura hierárquica dentro da comunidade.

Os dados coletados com o instrumento de pesquisa também nos permitiram definir características do comportamento informacional do grupo estudado no que concerne ao acesso e ao uso que eles fazem das redes sociais como fonte de informação, bem como da própria informação acessada. Concluímos que o grupo é composto por usuários com perfil predominantemente acadêmico e voltado para o uso da informação principalmente para fins de pesquisa, articulação política e entretenimento pessoal. Observamos também que os respondentes demonstram bastante precaução com a verificação da veracidade da informação acessada.

Constatamos ainda, partindo da perspectiva dos respondentes, a existência de reproduções de discursos dominantes e discriminatórios dentro do próprio meio LGBTQI+. Da subjetividade dos respondentes ainda comprovamos diversas manifestações sociais nesse espaço virtual que apontam para um possível empoderamento coletivo se valendo do acesso e uso da informação embora, como apreciamos na análise dos dados, esse empoderamento também seja afetado pelas problemáticas referentes à ausência de uma abordagem interseccional.

Diferentemente dos outros estudos, esse trabalho buscou estabelecer contribuições tanto para temática proposta quanto para metodologia utilizada. A princípio, a pesquisa havia sido elaborada de maneira a contar ainda com a aplicação de outras etapas da metodologia netnográfica, visando a coleta de dados arquivados, além dos dados extraídos que reunimos com o questionário. Entretanto, com a coleta de dados extraídos com o questionário reunimos uma grande quantidade de dados relevantes que permitiram trabalhar com o problema ao qual a pesquisa se propõe a tratar, de maneira que neste momento não se mostrou necessária a coleta de dados arquivados. A metodologia então se valeu de etapas netnográficas que possibilitaram uma resposta ao problema da pesquisa com perspectivas futuras de desenvolvimento tanto do tema quanto da metodologia com o aporte de novos métodos netnográficos.

Com a análise dos dados da pesquisa observamos a existência de possibilidades de empoderamento, da perspectiva dos respondentes, em comunidades virtuais do acesso e uso da informação. Mais do que isso também analisamos que o próprio acesso à informação é um elemento importante no processo de empoderamento de indivíduos e coletivos, bem como as comunidades

virtuais propiciam uma ampliação desse acesso à informação. Defendemos que, justamente pelo acesso à informação ser um fator importante para o processo de empoderamento, é necessário que ele seja discutido de uma perspectiva inclusiva e interseccional, visando uma democratização do acesso à informação para o maior número possível de indivíduos.

Isso nos leva a outra consideração conclusiva importante que é a de que, embora as possibilidades de fenômenos que beneficiem o processo de empoderamento em plataformas de redes sociais sejam muitas, elas também entram em conflito com problemáticas que dificultam e até mesmo podem inviabilizar esse processo. Observamos a partir da análise de dados que existem formas de violência mesmo dentro de comunidades virtuais exclusivamente LGBTQI+. Essas formas de violência se manifestam por meio de discursos dominantes e discriminatórios dentro desses espaços virtuais, fragmentando a comunidade e oprimindo as próprias identidades sociais que a compõem, resultando no enfraquecimento do movimento.

As manifestações de discursos preconceituosos dentro da comunidade, mais do que fragmentar e dividir o movimento, impossibilitam uma integração essencial para que o processo de empoderamento ocorra em todo seu potencial. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de que a temática seja contemplada nos estudos de mais pesquisadores, de maneira a aprofundar ainda mais as reflexões e impactos que resultam de tais pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. A teoria *queer* e a contestação da categoria gênero. In: CASCAIS, António Fernando (Org.). **Indisciplinar a Teoria**. Estudos Gays, Lésbicos e Queer. Fenda, p. 91-98. 2004. Disponível em: <http://miquelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/teoria-queer.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

APOCALYPSE, Simão Marcos; JORENTE, Maria José Vicentini. Design da informação em repositórios institucionais: contribuições para a visibilidade de trabalhos referentes à comunidade LGBT, diversidade de gênero e sexualidade. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16888>. Acesso em: 04 out. 2020.

APROVADO o uso de nome social para travestis e transexuais no âmbito da Universidade. **Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul**, Porto Alegre, 08 dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/aprovado-o-uso-de-nome-social-para-travestis-e-transexuais-no-ambito-da-universidade>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**, v. 2, n. 5, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5227>. Acesso em: 24 nov. 2019.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: http://www.valdick.com/files/Sistemas_de_informacoes_artigo3.pdf. Acesso em: 05 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Documentos e Publicações**. Disponível em: <https://www.abglt.org/biblioteca>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651999000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 nov. 2019.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p.13-67.

BRITTO, Clovis Carvalho; MACHADO, Rafael dos Santos. Informação e patrimônio cultural LGBT: as mobilizações em torno da patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70964>. Acesso em: 04 out. 2020.

BRITO, Jean Fernandes; MATIAS, Márcio. Arquitetura da informação e princípios de usabilidade: proposta de um modelo de análise e desenvolvimento para *websites* de turismo LGBTQ. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/eb/article/view/40165>. Acesso em: 04 out. 2020.

BROOKES, Bertram Claudes. The foundations of Information Science. **Journal of Information Science**, 1980. Disponível em: https://www.academia.edu/728861/The_foundations_of_information_science. Acesso em: 23 nov. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional, 2013, Passo Fundo. **Anais** [...]. Passo Fundo: UPF, 2013. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>. Acessado em 29 nov. 2019.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--231.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.148-207, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CARRIZO SAINERO, Gloria. Las fuentes de la información. In: CARRIZO SAINERO, Gloria; SÁNCHEZ, Pilar Irureta-Goyena; QUINTANA SÁENZ, Eugenio López de. **Manual de Fuentes de Información**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Encontro Anual da ANPOCS**, ANPOCS, Caxambu, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000100501&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10. dez. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CIPRIANO, Rita. Era uma vez no Facebook. Serão as redes sociais as fontes históricas do futuro? **Observador**, 2015. Disponível em:

<https://observador.pt/2015/08/22/era-uma-vez-no-Facebook-serao-as-redes-sociais-as-fontes-historicas-do-futuro/>. Acesso em: 09 out. 2020.

COLLINS, Patricia Hills. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31 n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: 4 nov. 2019.

COLLINS, Patricia Hills. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Pensamento_feminista_negro.html?id=i17GDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 4 nov. 2019.

COLLINS, Patricia Hills. **Fighting words**: Black Women and the search for justice. Minneapolis: University of Minnesota; 1998.

COLLINS, Patricia Hills. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. **The Palgrave Handbook of Intersectionality in Public Policy**. v. 8 n. 1, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318024972_The_Difference_That_Power_Makes_Intersectionality_and_Participatory_Democracy. Acesso em: 04 nov. 2019.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frotas. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, n. 49, p. 1-18, 2017. Disponível em: [10.5007/1518-2924.2017v22n49p1](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p1). Acesso em: 11 nov. 2019.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. Designing and conducting mixed methods research. 2nd. Los Angeles: SAGE Publications, 2011 *apud* PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da; FREITAS, Diego. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, n. 42, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004221>. Acesso em: 03 nov. 2019.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. Preconceito social na Internet: a reprodução de preconceitos e desigualdades sociais a partir da análise de sites de redes sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, 121-136, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-99362012000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 nov. 2020.

CUERVO, Luciane da Costa. **Musicalidade da Performance na Cultura Digital**: Estudo Descritivo-exploratório sob uma Perspectiva Interdisciplinar. 2016. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/157496>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESPÍNDOLA, Carolina Bonoto. Cidadania na sociedade em rede: o ciberativismo e o combate à LGBTfobia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 3. 2015, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM,

2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-5.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FERNANDES, Nathan. Revolta de Stonewall: tudo sobre o levante que deu início ao movimento LGBTQ+. **Galileu**, jun. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/revolta-de-stonewall-tudo-sobre-o-levante-que-deu-inicio-ao-movimento-lgbt.html>. Acesso em: 04 dez. 2019.

FERRARI, Érica; ASSIS, Juliana Horta de. A dimensão informacional da transição capilar: identidade e empoderamento nas mídias sociais. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 74-95, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71893>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FERREIRA, Ricardo Alexino. A revolta de Stonewall e sua importância para o mundo gay, na avaliação de Alexino Ferreira. **Jornal da USP**, São Paulo, 28 jun. 2016. Disponível em: <http://jornal.usp.br/radio-usp/a-revolta-de-stonewall-e-sua-importancia-para-o-mundo-gay-na-avaliacao-de-alexino-ferreira/>. Acesso em: 04 dez. 2019.

FERREIRA, Sylvania Alves; VIANA, Azilton Ferreira; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. A importância da comunicação científica para a visibilidade de temáticas sociais: LGBTQ e biblioteca pública. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/10054>. Acesso em: 04 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 231-249, 1995.

FRANCH, Mônica. Juventudes coloridas: sociabilidade, consumo e subjetividade entre jovens LGBTQ em João Pessoa. **Latitude**, Paraíba, v. 6, n. 1, p. 71-82, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/855>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero**, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5519>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FRY, Peter. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 Nov. 2019.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação. In: Encontro Nacional De Pesquisa Da Associação Nacional De Pesquisa E Pós-graduação Em Ciência Da Informação, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2009. p.106-126. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3133/2259>. Acesso em: 04 nov. 2019.

GUERRA, Wesley Sa Teles. ORGULHO E PRECONCEITO DENTRO DA COMUNIDADE LGBTQIA+. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 7, p. 96-99, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/WesleyGuerra> Acesso em: 22 nov. 2020.

ISHIMOTO, Adonai Takeshi; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/714>. Acesso em: 04 out. 2020.

KOZINETS, Roberts V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: <http://doczz.com.br/doc/43917/netnografia--realizando-pesquisa-etnogr%C3%A1fica-online>. Acesso em: 11 nov. de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKOFF, George P; DURAN, Gil. Trump has turned words into weapons. And he's winning the linguistic war. **The Guardian**, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jun/13/how-to-report-trump-media-manipulation-language>. Acesso em 04 dez. 2019.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LGBTQI+: RESISTÊNCIA PELA DEMOCRACIA. **Sobre**. 10 set. 2018. Facebook: LGBTQI+.: Resistência pela Democracia. Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/2306440552913351/about/>. Acesso em 15 out. 2019.

LIMA, Gláucio Barreto de. **Filmes LGBT como memória e resistência**: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temático para a formação e

desenvolvimento de coleções. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2018. Disponível em: http://sites.ufca.edu.br/ppgb/wp-content/uploads/sites/20/2019/06/LIMA_Filmes-LGBT-como-memória-e-resistência_2018.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; BRITO, Jean Fernandes; SILVA, Rafaela Carolina. Disseminação, compartilhamento e apropriação da informação no Youtube: uma análise do canal LGBTQ “PÕE NA RODA”. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e67718>. Acesso em: 04 out. 2020.

MARTINS, Guilherme; PIZARRO, Daniella Camara. Gênero e sexualidade na biblioteca escolar: algumas reflexões. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 175-188, abr./jul. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1450>. Acesso em: 04 out. 2020.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2003 [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 06. nov. 2019.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOTT, Luiz. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Revista Espaço Aberto**, Democracia Viva, n. 25, 2005. Disponível em: http://www.observatoriodeseguranca.org/files/ibasenet_0.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? **Athenea Digital Revista de Pensamento e Investigación Social**. n. 17, p. 227-239, 2010. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/652>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NEARLY one-third of the world will use social networks regularly this year. **Emarketer**, Nova Iorque, 30. jun. 2016. Disponível em: <https://www.emarketer.com/Article/Nearly-One-Third-of-World-Will-Use-Social-Networks-Regularly-This-Year/1014157>. Acessado em 14. nov. 2019.

NETTO, Fernando Costa; FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina (Orgs). **Parada**: 10 anos de orgulho LGBT em São Paulo. São Paulo: Editora Produtiva, 2006.

NUNES, Raul. A identidade transfeminista através da rede. In: Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11, 2017, Santa Catarina. **Anais** [...]. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=605. Acesso em: 18 ago. 2020.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki. *et al.* Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 484-512, 2019. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34561>. Acesso em: 04 out. 2020.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: Sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.

PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO, Yuri Augusto. Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 3, n. 1, p. 93-110, 2018. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71135>. Acesso em: 23 out. 2020.

PINHO, Fabio Assis; MELO, Letícia Alves Félix de; OLIVEIRA, Jéssica Pereira de. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 13, n. 2, p. 36-47, 2019. Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/8876>. Acesso em: 04 out. 2020.

PINTO, Elton Mártires; LEITE, Fernando César Lima. Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 97-112, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/25448>. Acesso em: 04 out. 2020.

PIOVISAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101995000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 nov. 2019.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, Capital Social, Empoderamento e Políticas Públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, p. 173-208, 2001.

PUCRS. **Projeto 18/34 Ideias e Aspirações do Jovem Brasileiro sobre Conceitos de Família**. Núcleo de Tendências e Pesquisa do Espaço Experiência da Faculdade de Comunicação Social (FAMECOS). Porto Alegre, PUC/RS, 2015. 3ª Edição. Disponível em: http://portal.eusoufamecos.net/wp-content/uploads/2015/11/1834_Familia_Sintetico_20151908.pdf. Acesso em: 03 dez. 2019.

RATIER, Rodrigo. Vídeo obsceno: tática de Bolsonaro é comum em discursos de ódio. **Uol.com.br**, São Paulo, 06 mar. 2019. Disponível em:

<https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2019/03/06/video-obsceno-tatica-de-bolsonaro-e-comum-em-discursos-de-odio/>. Acesso em: 15 out. 2019.

RIGHETTO, Guilherme Goulart. **Competência em informação de minorias**

sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. 2018.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186804>. Acesso em: 04 out. 2020.

RIOS, Acacia; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; LINHARES, Ronaldo. Mulheres e mães do bolsa família: acesso à informação, empoderamento e cidadania em três comunidades de sergipe. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 889-904, 2019. Disponível em: [10.26512/rici.v12.n3.2019.26763](https://doi.org/10.26512/rici.v12.n3.2019.26763). Acesso em: 26 nov. 2019.

RODRIGUES, Cristiano Santos. Atualidade Do Conceito De Interseccionalidade Para A Pesquisa E Prática Feminista No Brasil. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 10, 2013, Santa catarina. **Anais** [...]. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em

<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>.

Acesso em: 10 março. 2020.

SÁEZ, Víctor Manuel Marí. Construir conhecimento partindo das margens: informação, conhecimento e movimentos sociais. **Transinformação**, v. 24, n. 1, p. 61-64, 2012. Disponível em: [10.1590/S0103-37862012000100006](https://doi.org/10.1590/S0103-37862012000100006). Acesso em: 26 nov. 2019.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. esp., p. 34-49, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/361>. Acesso em: 04 out. 2020.

SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole. ‘Gorda, Sim! Maravilhosa, Também!’:

Do Ressentimento à Autoestima em Testemunhos de Vítimas de Gordofobia no

YouTube. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Intercom, 2017, p. 1-15. Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/20173>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SANTOS, Bruno Almeida. **Centros de referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência

da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25919>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52012>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Rebecin**: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 4, n. 1, p. 114-135, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30216/1/2017_art_rnrsantos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Laelson Felipe da. **Práticas informacionais**: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16342>. Acesso em: 04 out. 2020.

SILVA, Rafaela dos Santos. **A tradução de pronomes de gênero não-binário e neutro na legendagem**: uma análise dos seriados Carmilla e One day at a time. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193045>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVA, Vitória Carvalho Rocho da. **Midiatização da sexualidade**: a emergência da narrativa contra-hegemônica da assexualidade no ciberespaço. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2744>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **De tudo fica um pouco: a construção social da identidade do transexual**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/409>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000300008&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 22 nov. 2020.

SIMMEL, George; MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/71150>. Acesso em: 04 out. 2020.

STUNKARD, Albert James. et all. Use of the Danish adoption register for the study of obesity and thinness. In: Kety SS, Rowland LP, Sidman RL, Mat-thyssen SW, editors. **The genetics of neurological and psychiatric disorders**, New York: Raven, p. 115-20, 1983.

TAQUES, Fernando. O empoderamento mitigado. **Revista eletrônica de pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, Santa Catarina, v. 3, n. 1, p. 67-85, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13506/12379>. Acesso em: 25 nov. 2019.

VALE, Mariene Alves do; VITORINO, Elizete Vieira. Fontes de informação online para comunidade LGBT+. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 50-71, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1338>. Acesso em: 04 out. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILLACORTA, Alberto Enríquez; RODRIGUEZ, Marcos. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/empoderamento.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

VILLASEÑOR RODRIGUEZ, Isabel. Los instrumentos para la recuperación de la información: las fuentes. In: TORRES RAMÍREZ, Isabel de (Ed.). **Las fuentes de información: estudios teórico-prácticos**. Madrid: Síntesis, 1998.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**. Boston: Beacon, 1992.

ZANELA, Maria. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: resoluções do nome social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 367-396, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3053>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075>. Acesso em 5 nov. 2019.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO VIRTUALMENTE



Caro respondente, você está sendo convidado para participar da pesquisa “DAS MARGENS ÀS COMUNIDADES VIRTUAIS: o empoderamento da comunidade LGBTQI+ por meio do acesso e uso da informação”, que tem como objetivo analisar como o grupo de Facebook *LGBTQI+ Resistência pela Democracia* atua para o empoderamento dos seus usuários a partir do comportamento informacional e acesso à informação. Você foi convidado por ser parte do referido grupo e suas respostas a este questionário anônimo vão ajudar a coletar dados que possibilitem uma reflexão da perspectiva dos próprios usuários do grupo referente ao acesso à informação e a interação social em ambiente virtual como uma forma de articular e empoderar a comunidade LGBTQI+.

Este questionário faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido por Maurício Coelho da Silva, aluno de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientado pelo Professor Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa. Todos os seus dados serão mantidos em confidencialidade e utilizados apenas para fins de pesquisa. Calculamos que o tempo médio para responder esse questionário é de 15 minutos.

1 - Qual seu gênero?

Homem cis Mulher cis Homem trans Mulher trans Não-binário Outro.
Qual:

2 - Qual sua sexualidade? Selecione mais de uma se for o caso.

Homossexual (gay, lésbica) Bissexual Panssexual Assexual Heterossexual Outro. Qual:

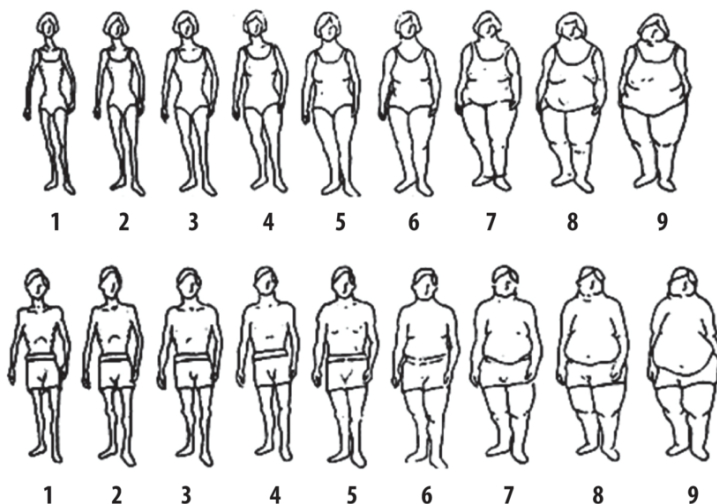
3 - Qual sua idade?

De 12 a 15 anos de 16 a 20 anos de 21 a 25 anos
 de 26 a 35 anos de 36 a 45 anos acima de 45 anos

4 - Qual sua Etnia?

Preto Pardo Indígena Branco Amarelo Outro. Qual:

5 - Observando a figura abaixo selecione o número referente ao tipo de corpo com o qual você se identifica:



1 2 3 4 5 6 7 8 9

6 - Qual seu nível de ensino?

Fundamental Incompleto Fundamental Completo Médio Incompleto
 Médio Completo Superior Incompleto Superior Completo Pós-Graduação

7 - Você utiliza as redes sociais como fonte de informação com que frequência?

Diariamente Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente

8 - Na sua opinião, redes sociais são fontes de informação confiáveis para acessar e compartilhar informação? Por favor, justifique sua resposta.

Sim Não Justifique:

9 - Quais outras fontes de informação você faz uso para se manter informado? Selecione mais de uma opção se for o caso.

Documentos impressos (livros, periódicos, jornais, etc.) Fóruns de discussão
 Blogs Rádio Televisão Base de dados Bibliotecas Digitais Fonte de
informação pessoal (pessoa) Bibliotecas físicas Outros. Qual:

10 - Imagine a seguinte situação. Você está navegando na web e se depara com uma informação que parece parcialmente ou completamente falsa. Quais dessas medidas você realiza para verificar a veracidade da informação que você encontrou? Selecione mais de uma opção se for o caso.

Investiga o site onde a informação foi compartilhada. Pesquisa sobre o autor
que escreveu o conteúdo. Pesquisa sobre o mesmo assunto em outras fontes.
 Verifica a data em que a informação foi publicada. Verifica se o conteúdo não se trata
de discurso discriminatório baseado em crenças pessoais do autor. Consulta algum tipo de
especialista sobre aquele assunto. Não realiza nenhum tipo de medida para verificar
informação. Outros. Quais:

11 - Para quais finalidades você utiliza as informações que acessa na web? Selecione mais de uma opção se for o caso.

- Para entretenimento pessoal.
 - Para fins de estudo sobre temas de seu interesse.
 - Para ter melhores chances no mercado de trabalho.
 - Para se manter atualizado sobre o cenário político.
 - Para produzir seus próprios conteúdos.
 - Para pesquisas de caráter científico.
 - Outros. Quais:
-

12 - Imagine a seguinte situação. Você está participando de uma discussão em um espaço virtual da internet (fórum, rede social, blog, etc.) e alguém publica algum tipo de comentário com o qual você não concorda. Você:

- Aponta que o comentário está equivocado e argumenta apontando dados e fatos relevantes.
 - Aponta que publicação está equivocada e não apresenta nenhum tipo de dado ou fato.
 - Utiliza de ofensas pessoais ou comentários de caráter humorístico em resposta ao comentário.
 - Não responde ao comentário.
 - Outros. Quais:
-

13 - Do seu ponto de vista, como o acesso à informação pode beneficiar um indivíduo? Marque mais de uma opção se for o caso.

- Auxiliando-o a desenvolver novos conhecimentos.
 - Tornando-o consciente das opressões que ele sofre.
 - Tornando-o consciente dos privilégios que ele tem.
 - Ajudando-o a ingressar em novos espaços como instituições de ensino ou o mercado de trabalho.
 - Auxiliando no desenvolvimento de empatia com o próximo.
 - Proporcionando mais consciência em relação a fenômenos políticos e sociais nos quais ele está inserido.
 - Desenvolvendo um pensamento mais crítico.
 - Ajudando-o na construção da sua identidade.
 - Outro. Qual:
-

14 - Na sua opinião, o seu gênero ou sexualidade já dificultou o seu acesso à informação? Por favor, justifique sua resposta.

- Sim Não Justifique:
-

15 - Em espaços virtuais dedicados exclusivamente ao público LGBTQI+, você acha que devem ser fomentadas discussões de caráter interseccional que abordem assuntos como racismo, machismo, capacitismo, entre outros? Por favor, justifique sua resposta.

- Sim Não Justifique:
-

16 - Ao frequentar espaços virtuais de compartilhamento de informação que não são exclusivamente dedicados ao público LGBTQI+ você já leu, viu ou ouviu algum tipo de discurso de ódio, conteúdo que considerou discriminatório ou que tenha feito você se sentir desconfortável de alguma forma? Quais desses discursos você identificou? Marque mais de uma se for o caso.

Discursos de caráter racista. Discursos de caráter sexista. Discursos de caráter capacitista. Discursos de caráter elitista. Discursos de caráter homofóbico. Discursos de caráter Lesbófico. Discursos de caráter bifóbico. Discursos de caráter panfóbico. Discursos de caráter transfóbico. Discursos de caráter gordofóbico. Outros. Quais:

17 - Ao frequentar espaços virtuais de discussão e disseminação de informação que são exclusivamente dedicados ao público LGBTQI+ você já identificou algum desses discursos de ódio?

Discursos de caráter racista. Discursos de caráter sexista Discursos de caráter capacitista. Discursos de caráter elitista. Discursos de caráter homofóbico. Discursos de caráter Lesbófico. Discursos de caráter bifóbico. Discursos de caráter panfóbico. Discursos de caráter transfóbico. Discursos de caráter gordofóbico. Outros. Quais:

18 - Você se sente mais confortável para publicar sua opinião e interagir com outras pessoas em espaços virtuais dedicados exclusivamente para o público LGBTQI+? Por favor, justifique sua resposta.

Sim Não Justifique:

19 - Qual a sua percepção acerca do quanto a participação em espaços virtuais (redes sociais, fóruns, blogs, entre outros) proporciona empoderamento à comunidade LGBTQI+?
